

RESSALVA

Alertamos para ausência dos Anexos I, II, IV e V não incluídas pelo autor no arquivo original.

**Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”
Faculdade de História, Direito e Serviço Social
UNESP – FRANCA/SP**

Maria Angélica Ferrato dos Santos Guercio

**OS CANAVIEIROS DE RIO DAS PEDRAS – SP:
VIDA E TRABALHO**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca-SP para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. (Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade).

Orientadora: Profa. Dra. Lília Christina de Oliveira Martins

Franca
2001

Guercio, Maria Angélica Ferrato dos Santos
Os canavieiros de Rio das Pedras – SP: vida e trabalho
Maria Angélica Ferrato dos Santos Guercio. – Franca:2001
p. 252.

Dissertação – Mestrado – Faculdade de História, Direito e Serviço Social –
UNESP – Franca.

1.Serviço Social – Trabalhadores rurais. 2. Agroindústria –
Cana-de-açúcar. 3. Globalização – Trabalho. I. Título.

CDD – 362.851

**Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”
Faculdade de História, Direito e Serviço Social
UNESP - FRANCA/SP**

Maria Angélica Ferrato dos Santos Guercio

**OS CANAVIEIROS DE RIO DAS PEDRAS – SP:
VIDA E TRABALHO**

Comissão Examinadora

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social

1 ° Presidente e Orientadora: _____

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

Franca, 05 de março de 2001.

Para:

***Miguel, meu marido,
Luis Henrique, Jose Eduardo e
Ana Júlia, meus filhos,
dedico este trabalho.***

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de reconhecimento.

Reconhecer o empenho da Profa. Dra. Lilia Christina de Oliveira Martins, orientadora sempre presente que nos ajudou a dar direção e conteúdo a este trabalho.

Reconhecer o valor das orientações recebidas dos Professores Doutores Israild Giacometti Chinagli e Ubaldo Silveira da UNESP-Franca/SP, Dalcio Caron da ESALQ-USP e Pedro Ramos da UNICAMP e UNIMEP.

Reconhecer a disposição dos entrevistados em nos receber.

Reconhecer a contribuição dada pelas Assistentes Sociais do Município de Rio das Pedras; pelos funcionários e assessores da Prefeitura da Municipal; pelos bibliotecários, pelos moradores e produtores canavieiros, através das informações complementares que nos passaram.

Reconhecer a contribuição valiosa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capivari e Região, da Casa da Agricultura “Dr. Romano Cury” e do escritório do INCRA, de Rio das Pedras/SP.

Reconhecer as contribuições dadas pelo setor de Recursos Humanos das Usinas de Açúcar S.José S/A e Santa Helena S/A.

Reconhecer as importantes informações dadas pelo Dr. Marcos Farhat da Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba – AFOCAPI, e pelo Dr. Enio Roque de Oliveira da Organização de Plantadores de Cana do Estado de São Paulo – ORPLANA - SP.

Especialmente reconhecer a paciência, o incentivo, o apoio de Miguel, meu marido. De Luis Henrique, José Eduardo e Ana Júlia, meus filhos, sem o que eu não teria finalizado este trabalho.



CAPELA DA FAZENDA BOM JARDIM

Foi na Fazenda Bom Jardim que, por volta de 1800 e pelas mãos de Manoel Morato do Canto, teve início o povoado de Rio das Pedras, segundo dados de sua história recente.

Nela também foi construído em 1817, o primeiro engenho de açúcar da região, sob a autorização da Corte Brasileira. Ainda no século XIX, tornou-se uma das maiores produtoras de café e foi a 1ª fazenda a substituir a mão de obra escrava pela do imigrante italiano. Do início do século XX até nossos dias, produziu cana-de-açúcar.

Falecido na Fazenda Bom Jardim em 4 de outubro de 1900, o neto do fundador da cidade e seu mais ilustre proprietário, o Barão de Serra Negra, foi enterrado nessa Capela. Hoje seus restos mortais encontram-se na cidade de Piracicaba/SP.

SUMÁRIO

	Pág
Lista de Tabelas.....	07
Lista de Gráficos	08
Lista de Quadros	09
Lista de Abreviaturas	10
Resumo	12
Abstract	14
Introdução	16
Capítulo I – A Globalização e o mundo do trabalho	29
1.1 – A globalização no atual contexto sócio-econômico	29
1.2 - O mercado de trabalho e atual crise do emprego	38
1.3 - As perspectivas para o século XXI no mundo globalizado ..	47
Capítulo II - A questão agrária brasileira	57
2.1 - Do café à cana de açúcar: as inovações tecnológicas o capitalismo	57
2.2 – A agroindústria canavieira e seus reflexos sócio- econômicos e políticos	72
2.3 - O capitalismo no campo: a situação atual	100

Capítulo III – O município de Rio das Pedras/SP e a sua trajetória	
sócio-econômica na questão agrária.	111
3.1 – A origem e o processo histórico de Rio das Pedras	111
3.2 - A estrutura agrária e a monocultura canavieira	131
3.3 – O trabalhador rural na busca do emprego	136
Capítulo IV – Descrição e análise dos dados estudados. O	
desvendar das condições de trabalho e de vida dos	
canavieiros de Rio das Pedras/SP.	148
4.1 – As condições de trabalho dos canavieiros	148
4.2 - A ingerência do “turmeiro” junto do trabalho canavieiro	164
4.3 - As condições de vida dos canavieiros	179
4.4 – A questão canavieira: importância e perspectivas	194
4.5 - Análise dos pontos significativos e contraditórios da	
pesquisa de campo	202
Considerações Finais	209
Referências bibliográficas	214
Anexos	222
Resumen	251

LISTA DE TABELAS

	Pág.
Tabela I Maiores Municípios Produtores de Açúcar (de usina) e de Álcool no Estado de S.Paulo – Períodos: 1949/1950, 1981/1982, 1997/1998	89
Tabela II Produção de Cana de Açúcar na Região Açucareira de Piracicaba e no Estado de São Paulo	91
Tabela III Produção Média e Número de Estabelecimentos Produtores de Cana – Região de Piracicaba e Estado de São Paulo – Períodos: 1940 a 1995/96	92
Tabela IV Evolução da População Brasileira – Situação de Domicílio	97
Tabela V Evolução da População Total, Urbana e Rural, Taxa de Urbanização e Densidade Demográfica do Município de Rio das Pedras- SP. De 1940 – 1991 e 1996	115
Tabela VI Evolução da População Total, Masculina e Feminina de Rio das Pedras – SP. De 1940 a 1991 e 1996	116
Tabela VII Taxas de Crescimento Populacional Total do Município de Rio das Pedras –SP. De 1940 a 1991 e de 1992 a 1996	118
Tabela VIII Taxas de Crescimento Populacional, Rural e Urbano do Município de Rio das Pedras. De 1940 a 1991 e de 1996	118
Tabela IX Evolução e Composição do Pessoal Ocupado segundo Setor de Atividade, do Município de Rio das Pedras – SP.	119
Tabela X Estrutura Fundiária do Município de Rio das Pedras – SP.	135
Tabela XI Dados relativos aos tipos de contratos e formas de trabalho dos canavieiros de Rio das Pedras – SP - Período de 1998;1999	155

Lista de Gráficos

		Pág
Gráfico 1	Nível de Escolaridade	121
Gráfico 2	Origem dos Entrevistados	168
Gráfico 3	Renda Mensal	180
Gráfico 4	Renda Familiar	181
Gráfico 5	Situação de Trabalho	182
Gráfico 6	Procedência Familiar	186
Gráfico 7	Procedência Profissional	188
Gráfico 8	Situação de Propriedade por Tipos de Moradia	192

Lista de Quadros

		Pág.
Quadro I	Valores estabelecidos pela Convenção Coletiva de Trabalho – Setor Canavieiro – Vigência 01/05/2000 a 30/04/2001	142
Quadro II	Valores estabelecidos pela Convenção Coletiva de Trabalho – Setor Canavieiro – Vigência 01/05/1998 a 30/04/199.....	143

Lista de Abreviaturas

ABC – Região de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, na Grande São Paulo.

AFOCAPI – Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba

ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

CAI – Complexo Agro-Indústrial

CCQ – Círculo de Controle de Qualidade

CEAD – Centro de Estudos a Distância

CESIT – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho

CODISTIL – Construtora de Destilarias Dedini S/A

FAT – Fundação de Amparo ao Trabalhador

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e estatística

FMI – Fundo Monetário Internacional

GERCA – Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura

ha – hectare

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

IBC – Instituto Brasileiro do Café

IDH – M – Índice de Desenvolvimento Humano de Municípios

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

LUPA – Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária

m – metro

MAUSA – Metalúrgica de Acessórios para Usinas S/A

NPDR – Núcleo de Pesquisas e de Documentação Regional
ONU – Organização das Nações Unidas
ORPLANA – Organização de Plantadores de Cana do Estado de São Paulo
PEA – População Economicamente Ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PLANALCÚCAR – Programa de Melhoramento da Cana de Açúcar
PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool
PUC – Pontifícia Universidade Católica
SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
ton – tonelada
SOBER – Sociedade Brasileira de Economia Rural
SUS – Sistema Único de Saúde
UnB – Universidade de Brasília
ÚNICA – União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo
UNICAMP – Universidade de Campinas
UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

RESUMO

O trabalho que ora se apresenta enfocou questões relativas ao trabalho e à vida de uma parcela significativa de trabalhadores da lavoura canavieira, moradores de Rio das Pedras, município esse que pertence à região de Piracicaba considerada a segunda mais importante do Estado de São Paulo.

Com esta pesquisa, buscou-se identificar dados da realidade local relativas às relações de trabalho e condições de vida do trabalhador canavieiro, visto que a observação empírica mostrava-nos situações de muita precariedade material em seus diversos aspectos. Precárias também as relações sociais que deixavam visíveis a dependência dos favores políticos e dos programas sociais desenvolvidos pelos órgãos públicos municipais, principais gestores das políticas públicas, em especial da assistência social.

Buscou-se também identificar a relação existente entre a estrutura agrária e a monocultura canavieira, sua importância histórica, econômica, social e política para o município, através de referenciais teóricos, onde a globalização capitalista e o seu arcabouço ideológico, o neoliberalismo, interferem e determinam situações naquele micro-espço.

Verificou-se ainda que os dados mais marcantes na composição da trajetória sócio-econômica do município estudado tiveram, como pano de

fundo, a questão agrária determinada pela concentração da propriedade da terra e do poder econômico.

Concluindo este trabalho podemos dizer que, na última década, os acontecimentos decorrentes da crise do setor sucroalcooleiro, definiram os novos caminhos a serem percorridos. No entanto, os fatos concretos até agora registrados formam base sobre a qual deverão ser construídas as novas relações de produção que, certamente, modificarão as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores canavieiros em geral e os de Rio das Pedras, em especial.

ABSTRACT

The main goal of this work–study is to highlight some issues concerning the work and life standards of the sugar cane crop workers who live in Rio das Pedras, a small town that belongs to Piracicaba's region – the second most important in the State of São Paulo.

Due to some precarious material situations among the sugar cane workers, this research got to identify data from the local environment relating to the work relations and life conditions of the workers. It was observed that the social relations are also very poor, once there is a visible dependence between the social programs developed by the municipality and the exchange of political favors.

Other factor that had to be taken into consideration was the relationship between the agrarian structure and the sugar cane one-crop farming (or monoculture) - its historical, economical, social and political importance to the county through theoretical information. That is, the capitalism globalization and its ideological framework, the neoliberalism, that interferes and determines situations in that micro-space.

The most remarkable historical data gotten in the make-up of the political and socio-economical course in the county proved to be the agrarian issue, determined by the land concentration ownership and the local economical power.

Getting through this research, we can say that in the last decade, the events resulting from the crisis in the sucro-alcoholic area, have determined new ways to go through. However, the concret facts that have been registered so far, make up the foundation on which should be developed the new production relationships that, surely, will modify the work and life conditions of the sugar cane workers in general, and especially of those ones who work and live in Rio das Pedras.

INTRODUÇÃO

A proposta deste estudo é compreender e analisar a realidade e o processo histórico–social engendrado pelo um sistema econômico e político iniciado em meados do século XIX, quando se construiu o primeiro engenho para fabricação de açúcar, no município de Rio das Pedras, Estado de São Paulo, valendo-se para tanto, de informações, da pesquisa empírica e “quantitativa”, de dados estatísticos e fundamentação teórica.

O estudo pode ser classificado como “estudo de casos”, pois enfoca exclusivamente o município de Rio das Pedras, na zona canavieira de Piracicaba, na região de Campinas, no Estado de São Paulo; apresenta análises dialéticas dessa realidade buscando a compreensão da estrutura sócio-econômica e política do município, bem como a sua inter-relação com a realidade maior.

Nossas reflexões tiveram por base uma convivência pessoal e profissional nos idos dos anos 70, quando, contratada como a primeira profissional do Serviço Social da localidade, fomos incumbidos de implantar esse serviço junto à Prefeitura Municipal. Mais recentemente, no início da década de 90, nos envolvemos com o acompanhamento e o assessoramento técnico aos projetos e programas sociais desenvolvidos pelo setor chamado de Serviço Social Municipal, remanescente daquele primeiro trabalho por nós implantado. Isso nos provocou, não somente o

interesse, como a oportunidade de buscarmos algumas explicações, de caráter mais científico, para as questões sociais apresentadas por um considerável contingente da população do município. Como objeto, a análise e a compreensão das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais canavieiros, seus determinantes sócio-econômicos e políticos, em nível pessoal e local e suas relações com a questão agrária.

Essa questão, impressa na questão agrária do município, fundada na monocultura canavieira e no chamado “complexo canavieiro”, e as conseqüentes condições de trabalho e de vida de grande parcela dos trabalhadores locais, foram importantes conteúdos do objeto acima explicitado.

Objetivamos identificar, conhecer e analisar as formas dos empregos e/ou trabalhos; as relações de classes; os instrumentos de apoio e de organização social que o trabalhador canavieiro tem em mãos e de que faz uso; a ingerência do “turmeiro” nas relações de trabalho desse segmento, o papel exercido pelos usineiros, ou industriais canavieiros, e os grandes proprietários rurais.

Sobre a qualidade de vida, importante foi conhecer que nível apresenta, quais os tipos de ajuda que os trabalhadores recebem dentro da rede de proteção social existente, quais as formas de participação social e comunitária e quais as relações sócio-políticas que interferem nas condições de vida e de trabalho do trabalhador canavieiro.

Para fundamentar nossas propostas de estudos, buscamos conhecimentos específicos sobre a globalização mundial, o sistema econômico e político neoliberal, também adotado pelo Brasil nessa última década, o novo mercado de trabalho e a crise do emprego que vem afetando todas as áreas do desenvolvimento econômico. Os estudos sobre as mudanças significativas do setor canavieiro, especialmente nos três últimos anos, e as perspectivas para o século XXI, deste mundo globalizado aliaram-se às referências teóricas mais aprofundadas da questão agrária brasileira, do desenvolvimento do capitalismo no campo, dos reflexos sócio-econômicos e políticos da agroindústria canavieira e as inovações tecnológicas da terceira revolução industrial ou da chamada “era do conhecimento” que estamos vivendo.

Dois fatores relevantes deste trabalho foram: primeiro, contribuir teoricamente com o Serviço Social, na medida que este estudo permitirá subsidiar, atualizar e adequar a intervenção realizada através das políticas públicas, na questão do trabalho/vida do homem do campo; segundo, analisar aspectos da questão canavieira em geral e do município em particular, bem como seus desdobramentos sócio-econômicos e políticos na era da globalização, da informatização, da tecnologia.

O trabalho tem a pretensão ainda de levar para a universidade e à comunidade acadêmica, dados históricos, culturais, sociais e econômicos e de relações sociais de um município pertencente

à segunda maior zona açucareira do Estado de São Paulo (a primeira é a de Ribeirão Preto), localizada numa das regiões mais desenvolvidas do Estado de São Paulo, a de Campinas. Esta região constitui um dos pólos de desenvolvimento tecnológico e industrial, com uma importante atividade agrícola e agroindustrial considerada pioneira no país.¹

O município de Rio das Pedras, universo desta pesquisa, tem a agroindústria canavieira instalada desde os anos 50 e, hoje, quase 90% de sua área agrícola é ocupada com a plantação da cana-de-açúcar; 80% dessas propriedades são exclusivamente canavieiras, caracterizando-se fortemente a monocultura, fenômeno que remete às questões sociais abordadas neste estudo e que, ao mesmo tempo, impõe a concentração da propriedade e da renda e todas as suas conseqüências: econômicas, sociais e políticas, identificadas na realidade.

Os principais sujeitos desta pesquisa foram os trabalhadores rurais canavieiros, tanto o chamado de “*volante*”, fosse ele originário do município ou “*migrante*” de outros Estados brasileiros, que tivesse escolhido residir em Rio das Pedras, quanto o apenas “safrista”, trabalhador/morador somente do período da safra ou colheita da cana-de-açúcar. Esses trabalhadores rurais

¹ A região de Campinas é composta de 90 municípios, e possui uma população de mais de 4.087.000 habitantes. Sua produção representa 9% do PIB nacional, e é maior do que a produção de qualquer outro Estado brasileiro. (Domingues, P.P. Seminário Desafio 2000 de Campinas e Região. Campinas : EPTV, 1999.

foram os sujeitos fundamentais deste estudo, visto que neles observamos os fenômenos decorrentes das formas de produção/exploração da chamada industrialização do campo.

O intermediário da contratação da mão-de-obra foi outro sujeito importante dentro do universo pesquisado: é ele quem detém todo o controle inclusive sobre a distribuição do trabalho na lavoura canavieira, seja no período da safra, seja no da “parada” ou entressafra e é proprietário de empresas prestadoras de serviços, organizadas ou não. É também conhecido por “turmeiro” ou “gato”.

Para estabelecermos os eixos de análise, trabalhamos quatro pontos essenciais para a construção do nosso objeto de pesquisa: o primeiro voltou-se para as **condições de trabalho do canavieiro**, sujeito desta pesquisa. Pudemos, então, aferir dados relativos ao período em que os trabalhadores se mantiveram empregados; tipos de contratos de trabalho que conseguiram manter; benefícios, sindicalização e busca de direitos trabalhistas; valores de remuneração e sua relação com a produtividade no trabalho e o comportamento individual do trabalhador canavieiro, entre outros.

Quanto ao segundo eixo de análise, podemos dizer que **a ingerência do “turmeiro” ou intermediador** na contratação da mão-de-obra da lavoura canavieira e a forma e o *modus* como ela se vem realizando, reafirma a sua presença, inclusive nas novas empresas

“terceirizadoras”, que continuam a utilizar esses intermediários entre o trabalho existente e o trabalhador contratado.

O terceiro eixo de análise teve, como foco, **as condições de vida** desse mesmo trabalhador, observadas sob aspectos como a renda individual e a familiar, o nível de escolaridade, as condições de habitação, de higiene e de saúde, verificadas pela incidência de doenças e de vícios. A esses aspectos, acrescentaram-se as informações e os dados sobre a utilização dos serviços sociais municipais desenvolvidos pelas políticas públicas, das ajudas solidárias e sobre a aquisição de bens materiais. Complementando os dados, constatamos os níveis de participação na comunidade, ou em movimentos sociais, bem como de participação política e religiosa formando assim, o contexto desta avaliação.

O quarto eixo analítico decorre da **questão canavieira**, a qual, dentro da estrutura agrária do município, dá fundamento a este estudo. É dela que decorrem todos os fenômenos relativos à propriedade da terra e à sua exploração econômico-social, todos os determinantes históricos e políticos. Nela se define a permanência – ou não – das situações hoje vivenciadas, no âmbito da política e da economia agrícolas em geral e da monocultura canavieira em particular. A questão canavieira permeia as demais, enfocadas neste trabalho.

O desenvolvimento deste estudo baseou-se na pesquisa quantiquantitativa² e visou desenvolver, esclarecer e proporcionar uma visão mais geral da realidade. Sobre fatos específicos do nosso objeto, pudemos aprimorar conhecimentos, o que nos possibilitou projetar algumas explicações dos fenômenos observados.

Buscamos, ainda, nos referenciais teóricos, as explicações da realidade e foram eles que nos orientaram a pesquisar e analisar os dados e os fundamentos do caminho que percorremos.

As descrições e as narrativas das pessoas entrevistadas permitiram a captação da aparência e da essência das questões estudadas, além de nos levar a conhecer e a explicar sua origem, suas relações, contradições e mudanças.

Partimos da situação concreta de vida do trabalhador canavieiro em sua realidade tal como ela é, num processo que se operacionaliza através de ciclos progressivos, dinâmicos e inacabados, procurando ir além da explicação, caminhando para “... os enfoques interpretativos, construtivistas dessa mesma realidade” numa metodologia sóciocrítica³. Para isso, utilizamos de técnicas e instrumento próprios das ciências sociais, de acordo com as necessidades dos levantamentos,

² Segundo Rodrigues et. al. (1998, 54-57) “... a abordagem quantiquantitativa tem como preocupação ampliada, relacionar o mundo quantificável com o qualificável. Que, a investigação quantitativa representa o terreno objetivo em que se pode fundar, muitas vezes, a expressão qualitativa do fenômeno estudado. A qualitativa está fundada nos resultados da interação entre o pesquisador e o fenômeno investigado”.

³ Segundo Rodrigues et al (1998, p.42-49) “... tanto as metodologias construtivas como as sociocríticas se fundamentam em critérios regulativos, de orientação qualitativa ... obtidos através de diversas fontes de informação, do diálogo e da argumentação racional ... contextualizando-se o objeto de estudo”.

como a observação, as entrevistas semi-estruturadas, as informais e focalizadas, as individuais, além dos levantamentos documentais e dos dados estatísticos.

Quanto ao segundo grupo de sujeitos pesquisados, o do “turmeiro”, o interesse maior deste estudo foi conhecer e analisar o papel desse ex-trabalhador rural, hoje empregador e suas relações com o sistema de exploração do trabalho na lavoura de cana-de-açúcar. Essa intermediação fortaleceu-se e organizou-se administrativamente, diante das exigências legais, a partir de movimentos reivindicatórios de trabalhadores ocorridos na década de 80. Hoje, a maior parte desse setor, está ocupada por pessoas organizadas em empresas de prestação de serviços, capazes de desenvolver, com mais eficiência, o trabalho da lavoura canavieira. No entanto, pelas informações obtidas em nossa pesquisa, existem ainda pessoas que as realizam de maneira irregular.

Pudemos ainda nos utilizar, de forma complementar, de estudos históricos e culturais já existentes sobre o município, como conteúdos teóricos e/ou materiais para a investigação científica; para tanto nos apropriamos de fontes como trabalhos históricos e publicações, realizados pelas Escolas da cidade, fornecidas por suas bibliotecas e pela Biblioteca Pública Municipal; de três publicações sobre a história da cidade e de seus cidadãos e de entrevistas informais⁴ com dois moradores antigos.

⁴ Entrevista informal é o menos estruturada possível e tem como objetivo básico, a coleta de dados a obtenção de uma visão geral do problema pesquisado, feita com informantes-chaves. (Gil, 1994, p.115-116)

Aplicamos esse mesmo tipo de entrevista em três fornecedores de cana: um pequeno proprietário, outro médio e o terceiro, grande proprietário de terras. Utilizamos ainda, de informações e documentos fornecidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capivari e Região onde se insere o município de Rio das Pedras, bem como dados do FBIGE.

O conjunto das entrevistas focalizadas⁵ realizadas com as assistentes sociais do Serviço Social Municipal, e das observações retidas das leituras de Relatórios Anuais de Atividades de 1998 e 1999, como também dos Planos Municipais de Assistência Social, deram-nos indicações preciosas dos caminhos a seguir neste estudo.

As entrevistas informais com a Assessoria de Gabinete do Senhor Prefeito Municipal na pessoa do Sr. Mário Francisco Ganassin e com o Departamento de Contabilidade, que nos apresentaram os Balanços Anuais de 1998 e 1999, foram complementados pela entrevista e os Relatórios Anuais de 1995 e de 1999, fornecidos pelo Engenheiro Agrônomo, Chefe da Casa da Agricultura “Dr. Romano Cury”, de Rio das Pedras, Dr. Darci de Camargo Redi. A esses, foram acrescentadas informações do INCRA local, cujas cópias de Relatórios nos foram passadas, pelo funcionário responsável.

Os responsáveis técnicos dos departamentos de Recursos Humanos das Usinas de açúcar Santa Helena S/A e São José S/A,

⁵ Segundo Gil (1994), entrevista focalizada é tão livre quanto a informal, enfocando um tema bem específico. O entrevistado fala livremente sobre o assunto e se, se desviar, o entrevistador procura levá-lo de volta ao tema original”.

receberam-nos para uma entrevista informal e forneceram-nos dados, dentre outros, sobre as contratações de mão-de-obra para os serviços na lavoura.

Dois outros organismos receberam-nos de forma especial, apresentando-nos dados relativos à produção canavieira e perfis do município e da região enfocados. Tais organismos têm tido um papel importante nesta fase de desregulamentação política e econômica desse setor de atividade. Referimo-nos à Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba – AFOCAPI, na pessoa do Dr. Marcos Farhat, responsável técnico do Departamento Agrônômico – e à Organização de Plantadores de Cana do Estado de São Paulo – ORPLANA, com sede em Piracicaba, na pessoa do Dr. Enio Roque de Oliveira, Assessor Técnico.

Já dentro de uma visão mais geral do estudo ora apresentado, podemos dizer que a abordagem metodológica utilizada baseou-se na análise dialética da realidade, através de uma observação crítica e de uma dimensão pedagógica e política que se dirigiu para a questão dos direitos civis e sociais desses atores coletivos. Foi no método dialético que identificamos princípios que permitiram uma conclusão metodológica importante: para conhecermos de forma real um objeto, estudando-o em vários dos seus aspectos, de suas relações e inter-relações, é necessário que seu contexto e sua existência sejam entendidos e olhados em constante mudança, pois “sempre há algo que

nasce e se desenvolve e algo que se desagrega e se transforma”. (Gil, 1995, p. 32)

Na primeira fase deste trabalho, utilizamo-nos da pesquisa exploratória,⁶ que visou desenvolver, esclarecer, proporcionar uma visão geral acerca do fato estudado.

Foi a primeira etapa a que nos propusemos, dela projetando a possibilidade de alguma explicação dos fenômenos observados, visto que a pesquisa qualitativa nas ciências sociais nos permite fazê-lo, pois as ciências sociais trabalham “...com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 1998, p. 22).

Para uma aproximação teórica do tema proposto nesta pesquisa, organizamos a estrutura expositiva desta dissertação em cinco Capítulos.

No Capítulo I, desenvolvemos o tema “Globalização e o Mundo do Trabalho”, subdividido em três itens fundamentais, ou seja, a globalização no atual contexto sócio-econômico; o mercado de trabalho e

⁶ Segundo Gil (1994, p.44-45) “...as pesquisas exploratórias apresentam menor rigidez no planejamento; envolvem levantamento bibliográfico e documental; entrevistas não padronizadas; estudo de casos, e são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Elas se constituem geralmente a primeira etapa de uma investigação mais ampla.

a atual crise do emprego e as perspectivas para o século XXI no mundo globalizado, textos que deram amplidão ao tema enfocado.

No Capítulo II, a “Questão Agrária Brasileira” foi o foco central, apresentada numa perspectiva histórica, bem como sob a ótica de suas correlações sócio-econômicas e políticas. Apresentamos, nesse capítulo, um estudo sobre as interferências do capitalismo no campo e das inovações tecnológicas no período compreendido entre o início da cultura do café e a volta do predomínio da cana-de-açúcar no Brasil. A agroindústria canavieira e seus reflexos sócio-econômicos e políticos e a situação atual do capitalismo no campo encerraram esta parte do trabalho.

Organizamos o Capítulo III a partir do tema “O Município de Rio das Pedras/SP e sua trajetória sócio-econômica e política na questão agrária”; e nele centralizamos as informações que são a base deste estudo. Para isso, desenvolvemos itens sobre o processo histórico de Rio das Pedras, sobre a estrutura agrária e a monocultura canavieira existente no município e iniciamos a abordagem sobre o próprio trabalhador rural canavieiro, ou seja, sobre o principal sujeito desta pesquisa e sua trajetória na busca pelo emprego.

Desenvolvemos o Capítulo IV, apresentando, descrevendo e analisando os dados da pesquisa buscando desvendar as **condições de trabalho** dos canavieiros de Rio das Pedras, a **ingerência do “turmeiro”** junto a eles, as **condições de vida** desse segmento de trabalhadores,

principais sujeitos neste estudo, todos os três aspectos permeados por aquela que chamamos de **questão canavieira**, item que desenvolvemos descrevendo pontos **importantes** e **perspectivas atuais** da questão enfocada. Na conclusão deste capítulo, apresentamos a análise dos pontos significativos e contraditórios da pesquisa de campo. Completando e encerrando o trabalho, fazemos as considerações finais.

Através do desenvolvimento desses conteúdos, procuramos explicitar a realidade estudada com o respaldo teórico, visto que este serviu para orientar e para fundamentar o nosso caminho, permitindo que formatássemos um perfil próprio como investigadores, na conclusão e na apresentação de nossa pesquisa.

Esperamos que o estudo aqui desenvolvido venha a somar-se ao conjunto de tantos outros produzidos em torno do tema aqui abordado; sirva ele também para a abertura de novos caminhos para outros estudiosos.

CAPÍTULO I: A GLOBALIZAÇÃO E O MUNDO DO TRABALHO

1.1. A Globalização no atual contexto sócio-econômico

O neoliberalismo, ideologia da globalização capitalista, no atual contexto histórico, constitui a forma utilizada pela burguesia para justificar, teoricamente, suas proposições. Segundo estudiosos da atualidade, o neoliberalismo localiza-se na segunda fase do liberalismo clássico, o qual, segundo Pastorini (1995, p.449), surgiu nos séculos XVII e XVIII na Inglaterra e na Holanda como uma corrente progressista. Tinha, como objetivo, questionar e derrubar o Estado absolutista, num período de acentuada crise político-religiosa, marcada pelo antagonismo entre a Coroa (defensora do absolutismo) e a burguesia ascendente, partidária do liberalismo, ou seja, da liberdade de comércio e de produção, nascido como uma resposta à crise e à erosão do poder absoluto do Rei. Tenta limitar os poderes da coroa, ampliando as liberdades dos indivíduos perante os poderes públicos. O individualismo é o ponto de partida da teoria liberal. Segundo Chinagli (1997, p.28), "...no liberalismo clássico, o Estado era a instância organizadora das condições de convivência política; a liberdade política constituía-se em um bem a ser preservado tendo a liberdade econômica como forma de garanti-la".

Antes do ideário neoliberal, foi imposta a social-democracia, a qual, segundo Faleiros (2000, p.44-45), "...se dá através de acordos de classes (trabalhadores, patrões e Estado) no sentido de garantir uma cooperação de classes para o crescimento econômico e a justiça social, com ênfase na política de emprego, acompanhada pelos sindicatos. As demais necessidades seriam financiadas por impostos através de um fundo público destinado a todos os cidadãos, o que lhe daria um caráter universal".

São da social-democracia as concessões dadas aos trabalhadores, conhecida por *Welfare State* ou Estado de Bem Estar Social, que foi uma resposta, no pós-guerra, aos movimentos do proletariado, às suas ações revolucionárias, às ações sindicais e de seus partidos políticos. Segundo Cabral (2000, p.120) o Estado de Bem Estar Social "...é a proposta de intervenção estatal, dominante após o Segunda Guerra Mundial, nos países centrais, que garante a realização de políticas sociais implementadas pelo Estado na perspectiva de garantia de mínimos sociais relativos à Seguridade Social, Educação, Saúde e outros".

No entanto, a origem do neoliberalismo ocorre imediatamente após a superação do desafio nazi-fascista⁷, como alternativa ao

⁷ O nazismo e o fascismo foram as duas concepções ideológicas que deram fundamento e forma à 2ª. Guerra Mundial. O nazismo eliminou os diferentes (Haddad, F. *Em defesa do Socialismo: Por ocasião dos 150 anos do Manifesto*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998. p. 62) e o fascismo, impôs uma autoridade arbitrária, ditatorial e violenta.(*Grande Dicionário da Língua Portuguesa- Larousse Cultural*. São Paulo: Nova Cultural, 1999)

socialismo, mas compatível com o capitalismo vigente.

Segundo Anderson (apud Chinagli, 1997, p.25), o neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte, os maiores berços do capitalismo, como uma reação ao Estado intervencionista e de Bem-Estar Social. Visava denunciar a ameaça à liberdade econômica e política da social-democracia sobre os mecanismos de mercado. O seu conteúdo repousava sobre as seguintes marcas: Estado forte, redução do poder dos sindicatos; controle do dinheiro; poucos gastos sociais e redução nas intervenções econômicas. A meta mais importante desse governo deveria ser a estabilidade monetária, com disciplina orçamentária, contenção dos gastos sociais, manutenção de um determinado nível de desemprego para enfraquecer os sindicatos, redução de impostos sobre os rendimentos mais altos. A desigualdade que se buscava seria saudável economicamente, assim seria possível voltar a dinamizar as economias avançadas que haviam sido modificadas pelas formas e teorias vigentes de Beveridge e Keynes atingindo o sistema de acumulação capitalista e o livre mercado.⁸

⁸O esquema unificado de proteção social implantado na Inglaterra por William Beveridge, na Inglaterra, em 1943, que contemplava os desempregados, os inválidos, as crianças e os idosos, previa a aposentadoria e acatava demandas no campo da saúde e da educação, avançou nas conquistas sociais e serviu de base para a formulação do Estado de Bem-Estar Social e de suas políticas, nos países de capitalismo avançado. (Pereira, A.P.P. - A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. In *Capacitação em Serviço Social e Política Social*, Módulo 1, CEAD – UnB, 1999. p.54) A teoria keynesiana (de John Keynes) surge com o enfraquecimento e até mesmo o abandono dos princípios do liberalismo clássico (cuja teoria foi elaborada por John Locke) e propunha a articulação das esferas política e econômica, ao Estado. A teoria keynesiana dominou o mundo intelectual e político nas primeiras décadas do século XX até os anos 70, quando começa a ser contestada devido ao acelerado ritmo de crescimento das despesas públicas, inflação ascendente, alta taxa de desemprego, etc. (Pastorini, A. *Liberalismo e Neoliberalismo – A Questão do Estado Mínimo*. Caderno de Comunicações. 8^o. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Salvador, BA, 1995. p. 449).

A execução das políticas neoliberais e a decadência dos regimes socialistas foram extremamente determinantes da sobrevivência e da ampliação do capitalismo.

Na América Latina, aí incluso o Brasil, “as propostas neoliberais vêm sendo a marca hegemônica das políticas vigentes” (Chinali, 1997, p.27) e têm, como objetivos básicos, “por um lado a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco, tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado, auto regulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas”. (Batista, 1994, p.27). Essas definições foram consolidadas num encontro de técnicos, membros de governos e de instituições internacionais que ficou conhecido como Consenso de Washington.⁹

O caráter positivo da desigualdade acoberta o pressuposto essencial do neoliberalismo. O empreendedor é o elemento necessário ao progresso esperado, buscado; tem a possibilidade de diferenciar-se dos demais, de obter vantagens próprias que o levariam dispendir tempo, energia e recursos pessoais, no desenvolvimento de organizações e de produtos, estimulando o aumento da produtividade e o progresso da

⁹ Segundo Batista (1994, p.5), denomina-se, informalmente, Consenso de Washington aos resultados de um encontro convocado pelo Institute for International Economics, intitulado *Latin American Adjustment: How Much Has Happened*, ocorrido em novembro de 1989 na capital dos EE.UU, com a participação de funcionários especializados em assuntos latino-americanos, do governo norte-americano e do FMI, Banco Mundial e BID e economistas latino-americanos. O objetivo do encontro era avaliar as reformas econômicas realizadas pelos países latino-americanos.

economia. Estes dois valores formam, nesse contexto, a contribuição mais importante do capitalismo para o desenvolvimento da humanidade.

Segundo Paiva (1995, p.13) “o ressurgimento da noção antidemocrática de cidadania regulada, onde só aqueles que formalmente são requisitados pelo sistema produtivo poderão usufruir de algum tipo de direito social e da atenção do Estado”, demonstra-nos o caminho que percorre o neoliberalismo de nossos dias.

Diz-nos também Singer (1998, p.19) que a economia capitalista industrial, desde o seu início, procurou ir além dos limites dos Estados-Nação; que a superação da movimentação de mercadorias e capitais ocorreu na segunda metade do século XIX “quando o padrão-ouro proporcionou moedas automaticamente conversíveis e se criou um conjunto de instituições destinadas a garantir o livre câmbio e as inversões estrangeiras”. Esta experiência termina com a Primeira Guerra Mundial (1914/18), seguida da crise dos anos 30, e da Segunda Guerra Mundial (1939/45). Foram mais de trinta anos, durante os quais cada economia nacional protegia e comandava a própria acumulação de capital dentro de seu território, ficando restrito o nível de intercâmbio comercial e financeiro entre aquelas nações.

No entanto, depois da Segunda Guerra Mundial, os vencedores, encabeçados pelos Estados Unidos, tiveram como meta de suas ações, a retomada da globalização econômica. Foi na Conferência de Bretton Woods, em 1944, que se criaram as instituições como o Fundo

Monetário Internacional – FMI, e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, as quais receberam o papel de comandar o processo de globalização. Apenas a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS e os países sob sua influência se recusaram a participar desse plano.

A globalização é um processo que se realiza sem solução de continuidade há mais de cinquenta anos. O aumento maior do intercâmbio em relação à produção é uma das medidas da globalização.¹⁰ Outras seriam: a integração em nível mundial da produção e do sistema financeiro e a incorporação de todos os países ao mercado global.

Aos poucos, todas as esferas da vida social, tanto coletiva como individual, são alcançadas pelos problemas e pelos dilemas da globalização, e o capitalismo com o qual nasce o mundo do século XX, produz e se reproduz em moldes internacionais. Esse capitalismo comercial liga cidades, países, continentes, rios mares e oceanos. Multiplicam-se pelo mundo afora, as nações que seguem parâmetros instituídos pelos europeus, os países dominantes, as metrópoles. Sempre na base “... da reprodução ampliada do capital, compreendendo a concentração e a centralização desse capital, em escala local, regional, nacional, continental e internacional. Um processo civilizatório universal”. (Ianni, 1998, p.36)

¹⁰ Entre 1948-50 e 1957-59, a produção industrial do mundo cresceu 60% ao passo que o comércio mundial de produtos primários aumentou 30% e o comércio internacional dos mesmos, 57% (Maizels, apud Singer, 1998, p.32-33); “...desde a 2ª. guerra, uma notável retomada teve lugar nos movimentos internacionais de capital cujo volume subiu mais depressa do que o comércio mundial e a produção industrial durante os últimos quinze anos”. (Dunning, apud Singer, 1998, p.19-20)

Tem-se ainda a reflexão, segundo a qual, "...o atingimento da fase global do capitalismo seria a sua terceira e última fase ou ciclo. Perdem as forças os Estados–Nação , tanto os dependentes como os dominantes; os centros decisórios pulverizam-se entre empresas e conglomerados movendo-se por países e continentes, ao acaso dos negócios, movimentos do mercado, exigências da reprodução ampliada do capital".(Ianni, 1998, p.39)

O capital e seus processos de concentração e de centralização tomam maior força, invadem cidades, nações e continentes; atingem as vidas, os modos de agir e pensar, as manifestações e produções culturais, a criatividade, logo, o modo de vida e de trabalho.

Para compreendermos essas questões nos nossos dias, Luckács (1981, p.562), apresentado num estudo elaborado por Antunes (1997, p.91), faz a seguinte reflexão: "... o capitalismo dos nossos dias, ao mesmo tempo em que, com o avanço tecnológico, potencializou as capacidades humanas, fez emergir crescentemente o fenômeno social do estranhamento" que ao invés de desenvolver a individualidade "... desfigura, avilta a personalidade humana". Nesse mesmo estudo, será em Mészáros (1981, p.76) que o autor, ao explicitar a afirmação do capitalismo, nos diz que:

"tudo é retificado e as relações ontológicas fundamentais são postas de cabeça para baixo. O indivíduo é confrontado com meros objetos (coisas,

mercadorias); ele foi alienado. Não tem consciência de um ser pertencente a uma espécie, em outras palavras, um ser cuja essência não coincide diretamente com sua individualidade”.

Segundo Ianni (1998, p.21-36) o chamado processo de mundialização¹¹ ocorrido no pós-guerra, favoreceu, mais fortemente, as estruturas e processos de dominação e antagonismos do capitalismo. As suas conseqüências atingiram tanto a vida das coletividades como, principalmente, a vida dos indivíduos, exacerbando os problemas e dificuldades próprias, pois tanto o capitalismo quanto o socialismo, podem ser vistos como “dois processos civilizatórios universais, essencialmente distintos e antagônicos, mas reciprocamente referidos, cúmplices, constitutivos um do outro”.

Foi em meados da década de 70, quando a economia mundial capitalista apresentou claros sinais de estagnação, com altos índices inflacionários e com uma mudança de poder no cenário mundial a partir do advento das economias do Japão e da Alemanha e, na década de 80, com o desmonte do leste europeu socialista, que houve um importante reordenamento nas relações de poder no mundo.

Na década de 80, ocorreu o grande salto tecnológico, abrindo uma forte crise no mundo do trabalho. Este fato provocou uma revolução

¹¹ Mundialização e globalização são quase sinônimos. Os norte-americanos falam em globalização. Os franceses preferem mundialização. Intemacionalização pode designar qualquer coisa que saia do âmbito do Estado nacional. (Folha de S. Paulo, Globalização, 2/2/1997, p. 2)

técnica no interior do capitalismo dos países avançados, centrais, com fortes reflexos nos demais, especialmente naqueles chamados de periféricos, em razão da interdependência entre esses dois mundos. A automação, a robótica, a micro eletrônica juntamente com a descentralização e a fragmentação geográfica, atingem duplamente a *classe-que-vive-do-trabalho*. (Antunes, 1997, p. 15-17, 85)

Essas modificações que ocorreram e ainda estão por acontecer, formam a base das preocupações que os estudos recentes têm apresentado. Neste estudo têm fundamental importância as questões sociais existentes nas sociedades onde prevalecem as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, como a brasileira, e as técnicas utilizadas nas soluções, que tendem a ser manipuladas e dirigidas àqueles que se encontram numa posição prevalecente. As diversidades e as desigualdades aliadas às novas tecnologias ajudam a instituir diversas formas sociais de vida e de trabalho interferindo até nos modos de ser, pensar e agir dos cidadãos.

Em suas linhas básicas, essa teoria da modernização do mundo contempla uma formulação científica. Para estabelecermos alguns parâmetros, passamos a analisar abaixo, o mercado de trabalho e a atual crise do emprego.

1.2. O mercado de trabalho e a atual crise do emprego

Para entendermos os diversos aspectos que abrangem a questão do trabalho e podermos discutir a crise do emprego, é importante saber que o trabalho inicia-se num processo mental (ideação ou teleologia)¹² e culmina numa ação objetiva (a construção de algo concreto) que altera, modifica, transforma a realidade onde ele ocorre. Ao transformar a realidade ou a natureza, o homem também se transforma, adquirindo novos conhecimentos, novas habilidades.

É o sentido subjetivo do trabalho, fazendo surgir novas necessidades, iniciando-se assim, um processo infinito.

No entanto, esse processo é complexo, pois a cada novo conhecimento desencadeiam-se outros, que levam ao desenvolvimento das capacidades humanas em transformar a natureza naqueles bens necessários ao desenvolvimento da humanidade. Portanto, todo ato chamado de trabalho que esteja voltado para o atendimento de uma necessidade concreta, historicamente determinada, atinge muito além do próprio indivíduo. Suas conseqüências objetivas e subjetivas não se

¹² Podemos entender ideação ou teleologia como a “... construção, na consciência, do resultado provável de uma determinada ação”. Ainda que “... trabalho é um processo composto pela prévia ideação e pela objetivação e resulta sempre, na transformação da realidade, ao mesmo tempo, do indivíduo e sociedade envolvidos”. A objetivação pode ser entendida como “... a transformação do que foi previamente idealizado em um objeto pertencente à realidade externa ao sujeito”. (Lessa, S. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: *Capacitação em serviço social e política social: Módulo 2*: Brasília: CEAD, 1999, p. 22.)

limitam à produção do objeto imediato, mas se estendem por toda a história da humanidade.(Lessa, 1999, p.24)

Na medida em que as sociedades se desenvolviam, a situação relativa ao trabalho modificava-se radicalmente. Nas sociedades divididas em classes, quando uma classe explora o trabalho de outra, terá que haver um poder que “... obrigue os indivíduos a produzirem e entregarem o fruto do seu trabalho à outra classe” (Lessa, 1999, p.25). Instala-se aí, uma relação de poder entre os homens, que é intermediada pelos complexos sociais (o Estado, a política, o Direito e outros)¹³ importantes para a reprodução social.

No entanto, a sociedade não se reduz ao trabalho. Novas necessidades surgem e dão origem a complexos sociais que não fazem parte do trabalho. Há, nesse processo, o surgimento da totalidade social, ou seja, o conjunto total das relações e complexos sociais. Um dos mais importantes para este estudo são as classes sociais e a luta entre elas, pois cada uma possui componentes políticos, ideológicos, culturais e manifestações externas de posições antagônicas, que ultrapassam o trabalho. É a divisão social do trabalho que impõe, no interior das classes trabalhadoras, distinções de ordem político-ideológica entre o trabalho manual e o não manual, enquanto modalidades diferentes de

¹³ Para melhor compreensão e utilizando-nos dos estudos de Lessa (1999., p. 25-26)), podemos dizer que Complexo Social é o conjunto de relações sociais que se distinguem das outras relações pela função social que exercem no processo reprodutivo. A Reprodução Social é o complexo processo que, fundado pelo trabalho, termina dando origem às relações entre os homens que não mais se limitam ao trabalho enquanto tal, mas dão origem à novas relações.

subordinação do trabalho ao capital evidenciado na tendência de maior remuneração do trabalho não manual.

Segundo Antunes (1999, p.123), a grande função do trabalho é distinguir o homem da natureza e aí "... fundar o ser social e dar condições para sua existência" revelando-nos ainda que,

... na sociedade regida pelo valor, tem-se a dialética da riqueza-miséria, da acumulação-privação, do possuidor-despossuído. Que, segundo as leis da Economia Política, o estranhamento do trabalhador expressa-se de maneira que: quanto mais ele produzir tanto menos terá para consumir; quanto mais valores cria tanto mais se torna sem valor e sem dignidade; que quanto melhor formado o seu produto tanto mais deformado o trabalhador; quanto mais civilizado o seu objeto tanto mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho tanto mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais rico de espírito o trabalho mais o trabalhador se torna pobre de espírito e servo da natureza. (Marx, apud Antunes, 1997, p.123-124)

É na década de 80 que se observa o primeiro atingimento na objetividade/materialidade que produziu agudas mudanças no processo de trabalho, de produção do capital. O segundo, atingiu a subjetividade do trabalho, ou seja, aquilo que ele significa para cada indivíduo.

Assim, o processo denominado flexibilização, altera o modelo fordista/taylorista (um homem/uma máquina) e introduz o modelo japonês ou toyotista que, ao contrário da verticalização do modelo anterior, este tem uma horizontalização que permitiu, principalmente, a expansão desse método e seus procedimentos. É dele a propagação do kanban, just in time, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, eliminação do desperdício, gerência participativa, sindicalismo de empresa e a flexibilização da produção ou especialização flexível, entre outros.

É dentro desse método flexível adotado e vigente nos anos 90, especialmente no Brasil, que podemos dizer que “houve mutações no universo da classe trabalhadora” pois, ao mesmo tempo em que se desqualifica alguns, requalifica outros e a desespecialização de operários fabris acompanha a formação da massa de trabalhadores temporários, parciais, subcontratados, terceirizados (qualificados e não qualificados). Aos trabalhadores da economia informal, juntam-se os desempregados (proletários pós-industrial) ou subproletário moderno (Antunes, 1997, p.52) formando uma significativa massa de trabalhadores, tanto nos países avançados como nos países periféricos, atingidos igualmente pela força da descentralização/globalização.

No entanto, essa processualidade contraditória e multiforme, fez com que se tornasse ainda mais complexa, heterogênea e fragmentada a classe-que-vive-do-trabalho. Por um lado houve um

processo de intelectualização do trabalho manual e, por outro lado, num sentido radicalmente inverso, uma desqualificação, subproletarização, intensificadas no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado e outros. Pode-se acrescentar a esses, a incorporação do trabalho feminino e o assalariamento do setor de serviços.

Diante desses fatos, Antunes (1997, p.54) conclui que o operariado não desaparecerá rapidamente e nem haverá a eliminação da *classe-que-vive-do-trabalho* como dizem alguns estudiosos do nosso tempo.

Para Habermas e Rouanet (apud Teixeira, 1998, p.16), a crise atual precisa ser entendida como uma crise do objeto moderno de civilização, que tinha como ingredientes principais, os conceitos de universalidade, individualidade e autonomia. A razão da crise do projeto da modernidade é o esgotamento dos conteúdos utópicos da sociedade do trabalho, responsáveis pelo entendimento fetichizador da modernidade. Nesse processo observa-se um deslocamento do poder político, até então regulado e estabelecido através do Estado, para o seio da sociedade civil, que se rebela e transforma a coisa pública num negócio privado dos diversos grupos e setores sociais.

Nessa sociedade de transformações, as atividades são realizadas por meio de uma organização tais como empresas, sindicatos, hospitais, escolas e outras. Será na análise deste tempo, considerado por Drucker como sociedade pós-capitalista, que o autor encontra a afirmação

de que nessa nova sociedade, o fator mais importante de produção não é o capital, a terra ou a mão-de-obra. É o conhecimento.¹⁴

Segundo Juncá (1996, p.108) no Brasil do pós-guerra, a tônica central das políticas era que o crescimento econômico – leia-se do setor industrial – seria capaz de gerar por si só, o crescimento de empregos e as condições sociais adequadas ao bem-estar da população. Já na década de 80, apesar do Brasil representar a décima economia mundial, a crise e a estagnação que se instalaram, demonstraram a fragilidade do modelo adotado. Na década de 90, a crise estava vinculada ao modelo neoliberal da economia e da política, onde a supremacia era das leis do mercado (oferta e procura) com a desregulamentação e redução do papel do Estado.

Esta fase pela qual passam o mundo e, portanto o Brasil, tem sido chamada de Terceira Revolução Industrial, porque tem na informatização eletrônica como base do processo. Foram essas radicais mudanças tecnológicas que expulsaram trabalhadores de seus postos de trabalho e extinguiram funções anteriormente existentes. É a raiz de uma nova pobreza, sem preço e sem lugar no mercado de trabalho. Além do desemprego estrutural, na sociedade brasileira encontram-se também relações de trabalho presididas pela violência, a luta pela terra, o trabalho noturno, as relações de trabalho clandestinas, o trabalho escravo, que

¹⁴ “Ao invés de capitalistas e proletários, as classes da sociedade pós-capitalista são os trabalhadores do conhecimento e os trabalhadores em serviços”. Drucker, P. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo, Pioneira, 1993.p. XV.

têm aqui uma máscara de modernidade. É o reforçamento dos traços históricos de nossa formação social. (Iamamoto, 1997, p.18-19)

No capitalismo, todos os assalariados são desempregados potenciais. Quando a economia entra em crise e o fantasma das demissões em massa ronda as empresas, o pavor do desemprego assalta os trabalhadores que deixam de lado suas reivindicações habituais e cessam suas resistências à pressão exploratória exercida pelos patrões, na expectativa de conservarem seus empregos. Mas quando esse fenômeno se mundializa, todos os trabalhadores são afetados, tanto os desempregados como que tiveram seu emprego preservado.

A luta contra o desemprego é inseparável, portanto, da luta contra a crise econômica, contra a instabilidade que as regras capitalistas impõem à vida econômica. Somente quando a luta contra o desemprego atingir este nível, ele deixará de ser, por parte dos trabalhadores, um esforço interminável de minorar conseqüências para ir às causas do desemprego que se encontram no cerne do modo de produção capitalista, extremado na última década com a desapareção do único grande sistema que concorria com ele em escala planetária, o comunismo soviético.¹⁵

Importante acrescentar observações do Prof. Marcio Pochman, do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, quando ele

¹⁵ Também chamado de “socialismo real” a União Soviética tinha como ideologia oficial o chamado “marxismo-leninismo” ou “stalinismo” implantado pela revolução russa ou bolchevique em 1917, fundada nos escritos de Marx, sob orientação política de Lênin e Stalin. (Coutinho, C.N. *Democracia e Socialismo: questões de princípio & contexto brasileiro*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992. p.79-83. (Coleção Polêmica do nosso tempo; v.51)

nos diz no Jornal de Piracicaba de 15/5/2000 que no Brasil, procurou-se de forma deliberada, atingir o movimento sindical que dificultava a introdução do novo modelo econômico, visto que ele “... executou mil negociações coletivas no final dos anos 70 e no final dos anos 80, chegou-se a 45 mil negociações coletivas” e tinha suas atividades fortemente ligadas aos trabalhadores da indústria, especialmente a automobilística que era muito bem organizada na região do ABC paulista. Este novo modelo econômico bateu diretamente na base de sustentação do sindicalismo, quando a abertura ao capital estrangeiro foi direcionada especialmente ao setor industrial fazendo com que “... o setor de auto-peças fosse praticamente destruído e grande parte dessa produção fosse substituída por outra produzida fora do país, fazendo com que o Brasil perdesse nesse setor, 1.240.000 postos de trabalho”. Ainda segundo o Professor Pochman, com as privatizações das empresas públicas de telecomunicações, siderurgia, energia elétrica, atingiu-se também o forte sindicalismo do setor estatal o que levou à redução de empregos, sub-contratação de mão-de-obra, fatores esses altamente desmobilizadores. Seria através do desemprego que se faria a eliminação da resistência que o movimento sindical organizado impunha à implantação do novo modelo econômico que interessava à classe política dominante, ou seja, à social democracia brasileira.

Já com a relação à agricultura, surgiu nestes últimos vinte anos, uma nova forma de produção no chamado agro-brasileiro, diferente

da maneira tradicional que combinava dinamicamente a mão-de-obra com a terra.

Esta agricultura compõe-se hoje de novos fatores, uma nova dinâmica, e, mais, ela imprime direção aos inúmeros processos em andamento no campo. As transformações provocadas pela industrialização do campo não se reduzem às modificações técnicas e econômicas, mas incluem também as modificações sociais e políticas.

Quanto às políticas agrícolas, estas provocaram transformações que demonstram uma opção ao incentivo da eficiência econômica em detrimento da busca de alguma equidade social. A agricultura brasileira está hoje cada vez mais integrada na matriz geral da nossa economia, imposta pelas políticas estatais que buscam dinamizar o conjunto das atividades nacionais, segundo as regras do moderno capitalismo globalizado.

Este processo agro-industrial adotado, integrado à economia geral, provocou profundas modificações estruturais, tecnológicas, econômicas, sociais e políticas, causando uma mutação na sociabilidade, introduzindo novos elementos que não condizem com o tipo de estrutura produzida pelo sistema latifúndio-minifúndio, até então existentes.

A globalização seria, então, geradora de desemprego, seja no meio urbano, como no rural, já que ambos estão integrados ao processo econômico mundializado. Ela não beneficia igualmente a todos de maneira uniforme, pois, uns ganham muito, outros ganham menos,

outros perdem, na medida em que a sua prática exige a redução de custos de produção e maior tecnologia. Onde a mão-de-obra menos qualificada é descartada, ocorre um problema não apenas individual. É um drama nacional dos países mais pobres, que perdem com a desvalorização das matérias primas que exportam e com o atraso tecnológico, sem tempo ou dinheiro para adaptarem-se às novas exigências desse apressado mercado, visto que a economia global está passando por uma transformação somente comparável à Revolução Industrial (Rifkin (1995, 1995, p.43).

Diante do quadro, acima apresentado, em que fica explicitado que este processo de mudanças atinge os sistemas sociais, políticos e econômicos de forma a modificá-los de maneira irreversível, cabe-nos refletir sobre os próximos acontecimentos. Para tanto estamos incluindo, na seqüência, algumas perspectivas para o século XXI, a partir da fundamentação teórica por nós utilizada.

1.3. As perspectivas para o Século XXI no mundo globalizado

Com a globalização, um dos efeitos sociais é o aprofundamento do abismo entre ricos e pobres, sejam eles pessoas, países ou empresas/negócios. Hoje, os 20% mais ricos têm renda 78 vezes superior à dos 20% mais pobres; a imensa maioria dos perdedores no processo de globalização se encontra nos países em desenvolvimento: quase um terço de seus habitantes (1,3 bilhão de pessoas) vive com menos de um dólar por dia. No entanto, há um considerável número de pessoas nos países desenvolvidos, ameaçados pelo desemprego.

Desde 1960, quando os ricos ganhavam trinta vezes mais que os pobres, a concentração de renda mundial mais que dobrou. Em 1994, os 20% mais ricos eram detentores de 86% de tudo o que foi produzido no mundo. Este é o lado menos conhecido da globalização (Toledo, 1997, p12).

Ano a ano, o fosso que separa os incluídos dos excluídos¹⁶ vem aumentando, chegando ao ponto do patrimônio conjunto dos 447

¹⁶ Lorde Ralf Dahrendorf diz que “...inclusão deve ser o grande objetivo de uma política social que seja guiada pelo princípio da cidadania, mais do que por algum princípio de igualdade ou de distribuição. (*Folha de S. Paulo*. Justiça Social não é feita em tribunais. Especial: Direitos Humanos – 50 Anos. 3 dez 1998. p. 6). Já exclusão “...pode ser definida como a impossibilidade de poder partilhar da sociedade que leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de uma parcela significativa da população, processo esse que não está presente apenas a nível individual, mas nas relações econômicas, sociais, culturais e políticas. É um processo múltiplo que se explica por várias situações de privação da autonomia, do desenvolvimento humano, da qualidade de vida, da equidade e da igualdade”. (*Mapa da Exclusão Social*. Núcleo de Estudos de Seguridade e Assistência social. PUC-SP, 1995. p.13 (mimeog.).

bilionários que há no mundo, ser equivalente à renda somada da metade mais pobre da população mundial de cerca de 2,8 bilhões de pessoas.

Pudemos também verificar que o Relatório da Organização das Nações Unidas – ONU, sobre o Desenvolvimento Humano, de 1997, cita em seus estudos, que a redução dos gastos dos governos e a mudança tecnológica tiveram muito maior efeito sobre o desemprego e a desigualdade. Este relatório comprova também que a globalização está concentrando renda: os países ricos ficam cada vez mais ricos, e os pobres, cada vez mais pobres. Alguns dos motivos que explicam este fato são: a redução das tarifas de importação que beneficiou os produtos exportados pelos mais ricos e, estes por sua vez, continuam subsidiando seus produtos agrícolas, inviabilizando as exportações dos mais pobres.

O Relatório também propõe políticas nacionais a fim de que os países tentem distribuir mais equitativamente os benefícios da integração mundial. Sugere que os governos adotem critérios mais seletivos na hora de abrir as fronteiras à competição internacional; invistam na educação da população mais pobre e fomentem a organização de pequenas empresas. Uma outra sugestão da ONU seria a formação de uma Associação de empresas multinacionais para apoiar a redução da pobreza mundial (algumas megaempresas formadas por junções de duas ou mais empresas, têm faturamento superior ao PIB de países como a Turquia, Dinamarca e África do Sul). Esta tendência de fusões para a formação de grandes empresas está em alta e poderá

superar a importância das multinacionais em detrimento dos Estados, nesta nossa era.

No embate com a lógica da inclusão-exclusão do mercado e, tendo que responder simultaneamente, pelas funções de acumulação e de legitimação do Estado, o *Welfare State* representou importante elenco de conquistas sociais e melhoria da qualidade de vida. No neoliberalismo, ele recrudescer na oposição à economia capitalista, ao mesmo tempo em que a sua presença tem criado obstáculos à superação da presente e longa crise capitalista. (Silva, 1999, p.67)

No âmbito das relações de trabalho, esboça-se um cenário de profundas transformações. As principais tendências giram em torno da flexibilização das relações de trabalho, na transição do modelo de produção fordista para a acumulação flexível. Tem-se pela frente um agravamento das condições de acesso e inserção em um mercado de trabalho altamente seletivo e excludente caracterizado por: alta tecnologia poupadora de mão-de-obra; exigência de crescentes níveis de qualificação; tendência de contratos de trabalho individuais com desarticulação dos mecanismos coletivos de negociação e arbitragem, em face de conflitos trabalhistas; terceirização; redução da oferta de empregos; pressão do empresariado para a redução dos benefícios e serviços sociais. (Silva, 1999, p.66)

Os atuais processos de produção exigem novas aptidões e filtros mais estreitos para a seleção dos trabalhadores aproveitáveis e,

nas relações entre as empresas, espera-se pelo autocontrole dos trabalhadores e pelos resultados empresariais. Requer-se, por isso, um trabalhador com mais iniciativa para produzir e, ao mesmo tempo, com mais subordinação ao sistema. Por meio da compensação, o Estado gerencia o novo padrão de acumulação e organiza a dicotomia entre o bloco incluído e o excluído. Parece-nos claro que a liberdade e a igualdade só podem ser iniciadas como inclusão e que, a inclusão, como momento inicial da igualdade, é, paralelamente, condição para o exercício da democracia, hoje inatingível para a imensa massa de excluídos, semi-incluídos, precários, imigrantes e os pobres produzidos pela sociedade moderna imperfeita, a sociedade do consumismo predatório.

Dentro das concepções neoliberais, cabe-nos entender a lógica material do processo de globalização, onde os aspectos são interligados entre si. É extraordinária a contribuição da ciência para o aumento da produtividade e o incremento das comunicações (incluídos aí os transportes) que levam à caracterização atual do sistema produtivo capitalista também chamado de acumulação flexível.

Segundo Harvey (1994, p.140)

“... a acumulação flexível faz um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente

novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual como, por exemplo, a ampliação do emprego no setor de serviços e industrialização em regiões até então subdesenvolvidas”.

Um dos mitos da ideologia neoliberal é o de que a incorporação de tecnologia é devida, exclusivamente, à preocupação de aperfeiçoar o produto, tendo em vista a satisfação dos consumidores. Dessa forma as mudanças viriam em benefício de todos e as situações inconvenientes seriam temporárias e se justificariam diante de um bem futuro, maior. Assim, a diretriz orientadora do processo econômico, o desemprego estrutural, é permanente e com tendência ao crescimento. O desemprego estrutural é um dos objetivos que presidem a reestruturação do sistema produtivo no processo de globalização capitalista. Já, onde a mão-de-obra é barata e abundante, ela não é substituída pela tecnologia. Isso significa que, a introdução de tecnologia no processo produtivo tem a função de favorecer o capital, aumentando o poder de barganha com os trabalhadores.

Menos trabalho e mais tempo livre deverá ser o cenário do próximo milênio. Contudo, nem todos serão beneficiados, pois alguns

estarão desempregados, outros trabalharão menos horas, e alguns, talvez mais.

De acordo com artigos publicados na Folha de São Paulo em 30 de maio de 1999, a tendência mundial observada neste final de século, foi a redução da jornada de trabalho a qual, em vários países, é hoje quase metade do que foi há cem anos atrás. No Brasil a carga horária caiu 30% entre 1916 e 1996. Hoje, o trabalho ocupa 16% do tempo de vida do brasileiro. Em 2010 não deverá passar de 12%. Mesmo assim, o trabalhador brasileiro trabalha mais que os americanos e japoneses.

No entanto, não é certo que continue a redução de jornada de trabalho. As novas condições sócio-econômicas não ajudam, e os sindicatos estão enfraquecidos pela globalização. As empresas têm cada vez mais dificuldade em obter ganhos de produtividade. Forma-se assim um ambiente que favorece os trabalhadores criativos, capazes de ter idéias novas e utilizar-se de quantidade crescente de informações.

Para alguns setores, o trabalho passa a ser até mais intenso porque têm que cumprir metas de produção, e, mais competitivo, porém estressante. Para os trabalhadores manuais, os problemas são outros: desemprego e informalidade. Diante destes problemas e da flexibilização das regras, há teóricos, como o sociólogo italiano Domenico De Masi, propondo que se redistribua o trabalho já existente e se valorize o tempo ocioso.

Para os jovens, tem havido grande exigência da parte dos empregadores, obrigando-os a ficar mais tempo nas escolas e adentrar ao mercado de trabalho mais tarde. Quanto aos idosos, são pressionados a trabalhar por mais tempo, que se mantenham dependentes do sistema previdenciário público, por longos períodos. Quanto às mulheres, estas tiveram seu campo de trabalho ampliado. Elas estão mais escolarizadas, têm suas funções na sociedade asseguradas, além de donas-de-casa e mães e, hoje, já podem romper os redutos profissionais dos homens, experiências essas já existentes.

As transformações na natureza do trabalho refletiram-se no espaço. A flexibilidade fez ocorrer a busca pela produtividade. A nova utopia da reorganização do trabalho, que prevê aumentar o tempo livre e empregar todo mundo, será colocada à prova neste novo milênio.

Segundo Granemann (1999, p.162) todos os setores sofreram diminuição significativa em relação ao número de postos de trabalho, o que não resulta no fato de que o trabalho tenha perdido sua centralidade. Ao contrário "... o trabalho continua sendo o centro da estruturação da vida sob o modo de produção capitalista especialmente porque, o capitalismo ainda não conseguiu gerar riqueza senão pela apropriação de trabalho não-pago". Dessa forma, mesmo no seu aspecto mais negativo – o desemprego – o trabalho continua a ser a determinação da vida social e conseqüentemente, da questão social do nosso tempo.

Foi o vice-presidente e economista-chefe do Banco Mundial, Joseph Stiglitz quem, ainda em 1998, fez críticas às decisões do Consenso de Washington, um conjunto de medidas que difundiu a receita neoliberal e a reafirmação/ampliação do processo de globalização econômica e política. Ele propôs um novo consenso ou o “pós-Consenso de Washington” que contemple emprego, saúde, educação e meio-ambiente, ou seja, o desenvolvimento humano, a educação e a tecnologia, consenso esse que não deverá ser baseado em Washington como fora o anterior (Stiglitz, 1998, p.4-5).

Aparentemente, como um resultado dessa posição, podemos observar que, a reunião de Berlim-Alemanha, ocorrida em junho de 2000, dos 14 chefes de Estados social-democratas, inclusive do Brasil, dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Argentina entre outros, tinha, como centro dos debates “a definição em termos objetivos do que significava ser um governo de esquerda moderna no século 21, no mundo globalizado da nova economia, da sociedade do conhecimento e da informação”, segundo o Prof. Bresser Pereira(2000, p.A3). Foi nessa reunião que “...discutiram-se questões concretas, como a pobreza, a mudança de clima, o comércio, a governança global ...demonstrando que os dirigentes da nova esquerda progressista compartilham objetivos de justiça social e estratégias de como alcançá-los”¹⁷.

¹⁷ Pereira, L.C.B. Nova esquerda social-liberal em Berlim. *Folha de São Paulo*, 15 jun 2000, p.A3.

As alterações estruturais que vêm ocorrendo na sociedade como um todo e no mundo do trabalho, decorrentes do chamado processo de globalização mundial, terão que ser enfrentadas no sentido da busca de soluções que viabilizem melhorias na qualidade de vida dos cidadãos em geral e dos trabalhadores em especial.

Cada país, região, ou sociedade, diante das dificuldades, deverá apresentar soluções. As experiências acumuladas complementarão esforços políticos e econômicos, para que os resultados sociais possam ser mais positivos que negativos. Hoje, sociedades dependentes como o Brasil, têm passado por maiores dificuldades porque não contam com as mesmas condições e recursos dos países centrais. Suas populações se ressentem do processo de exclusão social que passaram a sofrer como consequência das suas escolhas políticas e econômicas. É necessário que haja uma real preocupação com a pobreza, o desemprego, a saúde, a educação, dentro das ações governamentais. As novas formas de organização social tem que se aperfeiçoar e dar base aos movimentos em favor dos grupos mais vulneráveis.

A liberdade e a igualdade só poderão dar início ao processo de inclusão social e ao exercício da democracia quando a imensa massa de excluídos, semi-incluídos, precários, migrantes e pobres, produzidos por essa mesma sociedade, dela não receba apenas soluções paliativas, mas sejam portadores de novas habilidades e oportunidades.

Se compreendermos que os trabalhadores urbanos e rurais formam os grupos mais vulneráveis às mudanças e reestruturação da sociedade contemporânea, as questões que os afetam devem ser temas de estudos. Em razão disto, organizamos o Capítulo II deste trabalho que aborda a “Questão Agrária Brasileira” e os fenômenos históricos, sociais, políticos e econômicos que dela decorrem, cujos conteúdos estão desenvolvidos a seguir.

CAPÍTULO II: A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

2.1. Do café à cana-de-açúcar: as inovações tecnológicas e o capitalismo

Em decorrência da grande extensão de terras que o Brasil possuía desde os primórdios da sua ocupação, que se estabeleceu a chamada vocação agrícola e teve início o cultivo de grandes extensões de terra com o mesmo tipo de plantas. Em primeiro lugar veio o café e depois a cana-de-açúcar, ambos produtos que deram base econômica ao país, tanto pelo consumo interno quanto, principalmente, pelas exportações.(Andrade, 1994)

No final do século XVIII, as sementes e posteriormente as mudas de café, originárias do Oriente (da antiga Abissínia hoje Etiópia, terra de muçulmanos, ao norte da África, de um local chamado Kaffa, do qual originou-se o nome café) começaram a ser plantadas intensamente na cidade do Rio de Janeiro. Esta cultura expandiu-se pela baixada fluminense, por várias cidades da região atingindo o Estado de São Paulo através do Vale do Paraíba. Rapidamente atingiu a região de Campinas, visto que, o sistema de plantio da época era expansionista e utilizava-se de técnicas primitivas e de esgotamento do solo.(Silveira,1998)

Toda essa expansão ocorreu no período escravagista, quando a mão de obra escrava era abundante. Com a abolição da escravatura e a chegada dos imigrantes, especialmente dos italianos, a relação de trabalho se alterou, criou-se o mercado de consumo, ampliaram-se as exportações em razão do desenvolvimento da economia da época.(Andrade, 1994)

No entanto, é o mercado interno quem estabelece a ampliação do capitalismo já existente. Segundo Lênin (1985, p.33)“... o mercado interno aparece quando surge a economia mercantil: ele é criado pelo desenvolvimento dessa economia e é o grau de fragmentação da divisão social do trabalho que determina o nível desse desenvolvimento”.

Foi a crise de 1929, ou seja, a queda da Bolsa de Nova Iorque e a grande perda por que passaram os nossos grandes fazendeiros de café, os denominados “barões do café”, o grande motivo que incentivou a diversificação das culturas agrícolas do país, dentre elas a expansão da cana-de-açúcar, que já era aqui cultivada.

Interessante notar que, no município estudado, o de Rio das Pedras, foi em 1817, autorizada pela Corte Brasileira, que se deu a instalação de um engenho de açúcar por um grande fazendeiro, que se transferiu da cidade de Itu para esta região já conhecida pelo nome atual. Ele veio exclusivamente para implantar este negócio, o que fez com que se formasse ali, uma grande propriedade agrícola denominada Fazenda Bom Jardim, palco de toda a história da moderna formação dessa cidade,

até então um povoado da Vila Nova da Constituição, atual cidade de Piracicaba.

A introdução da cultura da cana-de-açúcar na região de Piracicaba, a partir de 1792, decorrente da experiência lucrativa do desenvolvimento dessa cultura nas terras roxas de Porto Feliz e Capivari, fez com que, nesta região (aí incluída Rio das Pedras), a cana-de-açúcar já fosse altamente lucrativa no último decênio do século XVII. Em 1816, a região de Piracicaba já possuía 14 engenhos de açúcar, 4 de aguardente, estando mais 12 em construção. Em 1839, a Vila Nova da Constituição (atual Piracicaba) tinha 78 engenhos, o que fez com que a cana-de-açúcar conservasse a primazia até fins do século XIX. Em 1896, Piracicaba era um dos maiores centros açucareiros do Estado de São Paulo.¹⁸

Se compreendermos que o município de Rio das Pedras era parte integrante da Província de Piracicaba até sua emancipação em 1894, também para ele a cultura da cana-de-açúcar foi importante, deixando marcas no seu desenvolvimento econômico.

No entanto, conforme os historiadores já citados, após 1850, em todo o Estado de São Paulo e também nesta região, a cultura do café

¹⁸ Ver Canabrava e Mendes em “A região de Piracicaba” - 1938, bem como Neme, M. em “Piracicaba no século XVIII” em *Revistas do Arquivo Municipal*, ano VI, volume XLV, março, São Paulo. Segundo os autores, “... a cultura do algodão tinha sido iniciada com êxito nos tempos coloniais e a produção de cereais (arroz, feijão milho) e frutas (principalmente laranja e banana) espalhadas por todas as propriedades agrícolas era intensa, bastando, não só ao consumo local, como ainda para exportar aos outros municípios. A criação de gado também representava nessa época um rendimento apreciável. Segundo Petrone, “... a partir de 1850/51 o açúcar deixa de ser o primeiro lugar nas listas de exportações de Santos ... Ainda mais, São Paulo terá de importar açúcar para seu consumo, já na década de 1860, quando o café tinha açambarcado todas as forças”. (apud Scarfon, 1979, p. 38)

desenvolveu-se, passando a conviver, em igualdade de condições, com a da cana-de-açúcar.

Por volta de 1863, a fazenda “Bom Jardim”, que havia se formado a partir da instalação do primeiro engenho de açúcar, daquele “próspero povoado da Vila Nova da Constituição”, foi adquirida por Francisco José da Conceição, futuro Barão de Serra Negra, título honorífico a ele concedido em 1871, pelas mãos do Imperador D. Pedro II, do qual o fazendeiro era amigo pessoal.

A grande figura na história desta região, o Barão de Serra Negra, passa a ser o maior proprietário rural da Vila Nova da Constituição visto que suas terras expandiam-se de Piracicaba até Capivari, passando por Rio das Pedras onde, além da fazenda Bom Jardim, sede de seus negócios, possuía mais três fazendas: São Carlos, São José e Lagoa.¹⁹ Todas elas eram cultivadas com café, o que o tornou o maior produtor paulista de café fino para exportação, nesse período. Outras contribuições importantes do Barão de Serra Negra para a região foram: a extensão da estrada de ferro Ituana, de Capivari à Rio das Pedras em 1872 e até Piracicaba, em 1876, facilitando o escoamento do café para o Porto de Santos;²⁰ a introdução do arado na lavoura cafeeira; melhoramentos para

¹⁹ As fazendas citadas estendiam-se de Rio das Pedras à Capivari, Também iam de Piracicaba à São Pedro, todas produtoras de café, fazendo do seu dono, o maior exportador de café da região. Possuía propriedades no noroeste do Estado de São Paulo (na cidade de Jales), em Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná. Dentro da cidade de Piracicaba era dono de extensa área, hoje região central da cidade. Foi seu grande benfeitor tendo construído o primeiro “hospício” em anexo à Santa Casa de Misericórdia, ainda existente. (Monteiro, N. Manual do Município de Rio das Pedras. 1991, p. 10).

²⁰ Até então, o transporte do café era feito pelo lombo de mulas, burros ou carroções através do interior, passando pela cidade de Itu. (Monteiro, N. Idem ib.)

aperfeiçoar a qualidade do café e a introdução da cultura do algodão na região.

Nesta região do Brasil, a economia cafeeira desenvolveu-se até 1880 através da exploração de latifúndios escravagistas e suas senzalas, em especial deste grande proprietário, o Barão de Serra Negra, cuja produção era de 3000 arrobas de café para exportação, sendo que o seu concorrente mais próximo não produzia mais do que 900 arrobas.²¹

Foi ainda na Fazenda Bom Jardim que, a partir de 1875 e após uma grande rebelião de escravos, introduziu-se a substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra do imigrante italiano, e a conseqüente formação das grandes colônias onde residiam esses trabalhadores. Como, a partir desse período, a cultura cafeeira apenas expandiu-se e exigiu mais mão-de-obra, cresceu em Rio das Pedras extraordinariamente o número de imigrantes italianos, os chamados “colonos”, cuja mão-de-obra era quase tão explorada quanto havia sido a dos escravos. Importante entendermos que, essas relações que engendravam as relações sociais do fazendeiro-capitalista “... não eram estritamente as relações de produção no interior da fazenda, mas também significativamente as relações de troca que ele mantinha fora da fazenda com os comissários de café e com os exportadores”. É por essa razão que a transformação das relações de trabalho, na cafeicultura, originou-se na esfera da circulação, na crise do comércio de escravos que produziu

²¹ Esses dados foram encontrados em arquivos da Câmara Municipal de Piracicaba na lista de classificação de lavradores do município, para a cobrança do imposto sobre o café e o açúcar, em meados do século XIX. (Monteiro, 1980, p. 11)

os seus efeitos mais drásticos no Brasil a partir de 1850, quando o tráfico negreiro foi definitivamente proibido. A hegemonia do comércio na determinação das relações de produção coloniais, neste caso, deve ser ressaltada. A economia colonial não se define apenas pelo primado da circulação, mas também pelo fato de que o próprio trabalhador escravo entra no processo como mercadoria. Portanto, antes de ser o produtor direto, ele tem que ser objeto de comércio. Por isso, tem que produzir lucro já antes de começar a produzir mercadorias e não apenas depois.

(Martins, 1986)

Na economia colonial, o processo de constituição da força de trabalho é regulado, antes de mais nada, pelas regras do comércio. A transformação das relações de produção tem menos a ver com modificações no processo de trabalho, na fazenda de café e, mais a ver, com modificações na dinâmica da força de trabalho, necessária ao desenvolvimento da cultura do café.

Na sociedade escravocrata, o trabalhador era despojado de qualquer propriedade, inclusive da propriedade de sua força de trabalho. Era a pré-condição para que o trabalhador aparecesse na produção como escravo. Com o advento do trabalho livre (corporificado pela imigração) o escravo ganhou a propriedade de sua força de trabalho, com a libertação. Já o imigrante europeu, quando expulso da terra, liberado da propriedade, despojado dessa propriedade, ficou apenas com sua força de trabalho. Era o que lhe restara. (Martins, 1986)

Outro dado de grande importância para a compreensão desta fase e do encaminhamento que a questão da propriedade da terra teve no Brasil, foi a Lei de Terras decretada em 1850 que, segundo Costa (1979, p.127-128) “...proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terras através de posses e através de doações da Coroa ... e tinha como finalidade, regularizar a propriedade da terra de acordo com as novas necessidades econômicas e os novos conceitos de terra e de trabalho”.

Nesse período, a terra considerada propriedade do Rei, era por ele doada pessoalmente a partir da avaliação do pretendente e de sua posição social, suas qualidades pessoais e seus serviços prestados à Coroa. Não havia direito do pretendente, mas submissão à vontade do Rei. Eram também do Rei, as imposições quanto ao uso e à ocupação das terras que doava. Quando as pessoas passaram a comprar, eram delas as decisões quanto à utilização da terra.

No século XIX, a terra tornou-se domínio público, patrimônio da Nação e poderia ser comprada por quem tivesse dinheiro para tal. Com a Lei de Terras, a propriedade da terra sai do domínio da Coroa e torna-se de domínio público, de artigo para doações e recompensas da Coroa, tornando-se acessível àqueles que pudessem explorá-la com lucros. A terra passa a ser uma mercadoria e, a sua propriedade deixa de

ser meio de prestígio social e passa a representar poder econômico. (Costa, 1979, p.129)

A Lei foi também importante no processo de constituição do mercado de trabalho, na medida em que, através dela “...criavam-se as bases para a organização de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista ... pois quando a mão-de-obra torna-se formalmente livre, todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada ... porque se houvesse homem livre com terra livre, ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios. (Silva, 1994, p.28)

Nessa fase se deu, efetivamente, a substituição da escravidão e de outras formas de subjugação pelo trabalho livre, cujo processo havia se iniciado no século XVI com o descobrimento do Brasil e terminaria no século XX.

Segundo Martins (1986, p.18), foi entre 1886 e 1914 que, na cafeicultura, têm lugar as transformações das relações de trabalho com a imigração de trabalhadores estrangeiros, desencadeada com a crise do escravismo no final do século XIX, a partir de 1870. Essa crise deu lugar a um regime de trabalho singular que não tinha analogia com outro tipo de fenômeno, especialmente europeu, que ficou conhecido como regime de colonato, abrangendo tanto a cultura do café como a da cana-de-açúcar.

O colonato não foi um regime de trabalho assalariado, porque salário em dinheiro é a única forma de remuneração no processo capitalista de produção. O colonato combinava três elementos: um

pagamento fixo pelo trato do cafezal; um pagamento proporcional, pela quantidade de café colhido e, a produção direta de alimentos como meio de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador. Esses elementos, mais o fato de ser um trabalhador familiar, que produz diretamente meios de vida, impediam que se definissem essas novas intermediações, como relações capitalistas de produção.

Será ainda em Martins (1986, p.21), que encontraremos uma análise dessa fase da economia brasileira e das relações de produção no regime de colonato quando diz que "... a produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo".

Essas novas relações de produção, combinadas com a imigração de trabalhadores europeus, como meio para constituir a força de trabalho necessária à cultura do café, foram também recursos para por no lugar do trabalhador cativo, um trabalhador livre, cuja herança não fosse a escravidão. O colonato, diversamente das relações de produção capitalistas, criou uma subpopulação relativa no campo, que tornou a imigração subvencionada pelo Estado, um dos seus ingredientes básicos.

Segundo depoimentos de ex-colonos da já citada "Fazenda

Bom Jardim”, na relação de produção, “exigia-se muito trabalho e pagava-se pouco”²².

Era somente após a colheita ou no final do ano agrícola que o colono podia avaliar se a sua cultura de subsistência era suficiente para cobrir suas necessidades e assim avaliar o nível da exploração a que estava submetido. O mesmo acontecia quando entregava o produto do seu trabalho em café, para verificar se o preço pago era justo. Segundo Martins (1986), nesse período, havia greves dos colonos que se negavam a entregar o fruto do seu trabalho sob forma de mercadoria, ao fazendeiro.

O colono da época sabia que, para livrar-se da sujeição a que se submetia, tornar-se proprietário era o meio e, para isso, seria preciso 12 anos de trabalho familiar. (Dean, 1976, p. 491)

Segundo Martins (1986, p.63), censos da época (1904/1905) mostraram que os imigrantes que se tornaram proprietários não eram antigos colonos, mas comerciantes e profissionais da cidade. No entanto, os colonos não eram conformados com o que ganhavam e por sua obstinação, faziam da passagem pelas fazendas uma etapa de um movimento rumo ao trabalho autônomo.

²² Segundo a Sra. Santa Bonassi, ex-colona do Barão de Serra Negra, cada família recebia seis mil pés de café para tratamento, durante o ano. O trabalho compreendia a capinagem, a poda, o coroamento, a colheita e o transporte até a estação do trem. A colheita iniciava-se em junho, depois da festa de Santo Antonio e terminava em novembro. Em dezembro ocorria o grande embarque, pela ferrovia, sempre mais de 100 toneladas de café. (Dados do Trabalho de Eurística, a cargo do Clube de História da Escola Estadual Prof. Manoel Costa Neves de Rio das Pedras, realizado por volta de 1980 (s/data), constante dos arquivos de sua biblioteca. (mimeog).

A economia do café remanejou o capital por ela engendrado para o empreendimento em que se dava a reprodução capitalista do capital. Baseada no trabalho assalariado, sai da relação não-capitalista de produção do colonato, para a relação do modo especificamente capitalista de produção da grande indústria.(Martins, 1986, p.86).

A expansão cafeeira começa a ter sinais de queda nas primeiras décadas do século XX, em face da superprodução e do retraimento do mercado internacional. Foi com a crise de 1929, com a quebra da Bolsa de Nova Iorque, que no Brasil, se deu o desastre da economia cafeeira, em razão da sua grande subordinação ao mercado internacional.

Quanto ao município de Rio das Pedras, por volta de 1900, com o café em plena prosperidade, ele florescia a partir de sua emancipação, que havia ocorrido em 1894. O italiano era a língua mais falada, em razão do grande número de imigrantes que lá aportaram, levados pelo apoio do governo estadual. No entanto, após a crise de 1929 e até 1945, seguiram-se anos difíceis para o município, pois a sua economia estava totalmente baseada na cultura do café, com a existência de 9 latifúndios cafeeiros. Após 1946, começam a aparecer as grandes plantações de cana-de-açúcar e, desses nove latifúndios, formaram-se 470 propriedades rurais, sendo a maior parte canavieira, resultado da venda necessária das terras para pagamento de dívidas à colonos. Segundo Martins (1986, p. 92), essas realidades tinham "... a propriedade

fundiária como fundamento da desigualdade econômica entre o fazendeiro e o colono e este sabia que era desigual”.

A partir de 1952, surgem no município, em decorrência da expansão da cana-de-açúcar e da capitalização de novos e antigos proprietários rurais, 4 usinas de açúcar sendo que 2 delas foram fechadas no período de crise dos anos 80. Continuam ainda em atividade, 2 dessas usinas pertencentes a grupos econômicos distintos, e têm por base grandes propriedades agrícolas, tanto próprias, como de seus acionistas majoritários, decorrentes da concentração da propriedade ocorrida já no início da fase capitalista do campo.

Os dados acima podem ser justificados historicamente, visto que, desde o final do século XIX, diversos programas governamentais de incentivo apoiavam a expansão da cana-de-açúcar.²³ As construções dos Engenhos Centrais e a criação de organismos públicos de apoio e incentivo à produção da cana-de-açúcar, foram formas encontradas para que o Brasil mantivesse o seu mercado exportador agrícola, agora apoiado na exportação do açúcar.

Dada a importância da produção da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, os Engenhos Centrais foram implantados em Porto Feliz (1877), em Piracicaba (1882), em Villa Rafard (1884), estes na

²³ A produção do açúcar no Estado de São Paulo foi iniciada no século XVI, no começo da colonização, quando os donatários fundaram ou permitiram que se instalassem os primeiros engenhos movidos à água ou à tração animal. A cana-de-açúcar foi cultivada no século XVI na Baixada Santista. Eram pequenos engenhos que produziam para o abastecimento local ficando para os produtores pernambucanos e baianos a produção para a exportação em todo o período colonial. (Andrade, M.C.. *Modernização e Pobreza*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994. p. 54)

região próxima ao município de Rio das Pedras, sinalizando a sua importância no cenário da economia açucareira, como também em outros municípios de São Paulo: Lorena em 1884; Freitas, em 1889; London, hoje Amália, em 1904 e ainda em outros estados brasileiros, especialmente do Nordeste.(Queda, 1972, p.83)

Esse fato significou que a expansão cafeeira não aniquilou a produção açucareira, a qual tinha condições de se ampliar. Enquanto os cafezais destruíram florestas, pastagens e lavouras de subsistência e limitaram os canaviais em certas áreas, não conseguiram, no entanto, destruí-los. Ao contrário, provocaram um crescimento da acumulação capitalista com a expansão do mercado interno e da força de trabalho da população imigrante, acrescida do deslocamento da cultura da cana-de-açúcar, para o interior do Estado de São Paulo.²⁴

Durante longos anos, houve uma convivência entre a produção de café e a de cana-de-açúcar, distribuídas pelas regiões do Brasil. São Paulo manteve suas produções de café até os anos 60. No município de Rio das Pedras, houve permanência dessa cultura até os anos 60, convivendo com a implantação, a partir de 1951, das usinas de açúcar.²⁵

²⁴ A cana-de-açúcar ganhou expressão, inicialmente no alto do Vale do Tietê, em áreas próximas de Campinas, Capivari, Sorocaba e Porto Feliz, onde foram instalados engenhos centrais e, em seguida, usinas que procuraram suprir o mercado interno em expansão constante, não só em consequência da expansão dos cafezais como do surto de desenvolvimento industrial.(Andrade, M.C., *Modernização e Pobreza*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994. p. 56).

²⁵ Dados coletados em entrevistas informais com proprietários rurais, fornecedores de cana-de-açúcar, antigos moradores do município.

Foi com o programa de incentivo governamental denominado Proálcool que, a partir de 1975, promoveu-se a terceira grande expansão da cana-de-açúcar²⁶, nesta e em outras regiões do Brasil e do Estado de São Paulo em especial, tanto naquelas em que já se desenvolvia a cultura da cana-de-açúcar, como em outras que não tinham a tradição desse cultivo.

No entanto, desde o pós-guerra que a expansão capitalista no campo ficou evidenciada, sem que houvesse modificações nas relações de trabalho, tendo sido mantidas todas as formas de exploração já existentes. As mudanças da era Vargas²⁷ atingiram principalmente o trabalho urbano, mas, demonstrando preocupação com o problema açucareiro (que atingia, sobretudo o Rio de Janeiro e o Nordeste), disciplinaram e procuraram racionalizar a intervenção estatal.

É desse período o Decreto no. 22.789 de 1º. de julho de 1933, onde o Governo Federal cria o Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA – para controlar a escassez de produção para exportação do Nordeste, e a demanda de consumo do Sul e de São Paulo. O IAA estabeleceu quotas de produção por Estados e por unidades produtivas – usinas – proibindo a instalação de novas indústrias canavieiras.

²⁶ Sobre a segunda fase de “... expansão da produção açucareira ... tomada de impulso em 1964, com a elevação dos limites de produção das usinas, coincidindo com o início da campanha de erradicação dos cafeeiros antieconômicos, promovidas pelo IBC (Instituto Brasileiro do Café) através do GERCA (Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura), ver em Szmrecsányi, T. em *O planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975)* – São Paulo: Hucitec-Unicamp, 1979, p. 267-273..

²⁷ A introdução da Legislação Trabalhista, entre outras, fez parte das mudanças engendradas, a partir de 1930, com a tomada do poder por Getúlio Vargas.

Com a promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira em 1941, período em que se marcou a primeira grande expansão da cultura da cana-de-açúcar, São Paulo passa a ser (na década de 50), o maior produtor de açúcar do país. Os usineiros paulistas foram beneficiados, pois esse Decreto-Lei²⁸ procurava garantir a participação de produtores de cana na produção de açúcar, exigindo que cada usina usasse até 50% em cana dos fornecedores, ficando o restante para as próprias.

Toda essa legislação surgiu em decorrência dos movimentos organizados pelos produtores de cana-de-açúcar e industriais, do açúcar, já que muitos deles participavam do Governo.

A partir dessa fase, instalou-se definitivamente todo o processo de intervenção estatal na questão canavieira, definindo sua expansão e todos os reflexos sócio-econômicos e políticos. Para compreendermos essa fase da agroindústria canavieira, desenvolvemos o tema a seguir de acordo com as propostas deste estudo.

²⁸ O Decreto-Lei do Estatuto da Lavoura Canavieira recebeu o no. 3855 e foi promulgado em 21/11/1941. (Andrade, M. C. *Modernização e Pobreza*. São Paulo : Ed. UNESP, 1994. p. 57)

2.2. A agroindústria canavieira e seus reflexos sócio-econômicos e políticos

Nas últimas décadas do século XIX, a situação do açúcar tornou-se muito difícil para o Brasil. O custo de produção e a má qualidade do produto levaram o Governo Imperial a financiar a implantação de modernas fábricas – os Engenhos Centrais – por meio de concessão de exploração à empresas nacionais e estrangeiras, que deveriam produzir açúcar branco. Surgia assim, o período usineiro, em que foram montadas diversas fábricas de pequeno e médio portes, estradas de ferro particulares foram construídas e destilarias de álcool, implantadas.

Para se entender um pouco mais sobre a produção e a industrialização da cana, Andrade, nos diz que, o chamado processo usineiro já se iniciara no período da conquista portuguesa de nosso território. A expansão do povoamento que teve lugar com a vinda dos portugueses para o Brasil, difundiu os tradicionais engenhos bangüês, movidos à água ou tração animal que produziam açúcar sobretudo para o mercado externo, localizando-se nas proximidades do litoral, para facilitar o seu escoamento. No interior, engenhocas produziam rapadura e aguardente para o consumo interno.

Essa produção em grande escala, destinada ao mercado exportador brasileiro, importante economicamente para a época colonial, era baseada “no latifúndio, na monocultura e na escravidão”(Andrade, 1994, p.35). E os engenhos, identificados como indústrias do período manufatureiro, que foram desmontados, em sua grande maioria, com a introdução do período industrial capitalista e a construção das usinas e destilarias modernas.

Naquele primeiro período, por volta de 1870, ainda na época colonial, o Governo Imperial verificou que o Brasil não estava em condições de concorrer com os demais produtores mundiais. Para isso, teria que antes modificar a organização açucareira existente, e dar respostas à sociedade que por ela vinha sendo moldada. Havia necessidade de melhorar a qualidade do produto e diminuir o custo de produção.

Para que isso pudesse ocorrer, os políticos e estrategistas da época decidiram fazer uma intervenção estatal, intervenção essa de cunho tecnológico e social. Essa intervenção

“... tecnologicamente, substituiu os velhos bangüês por fábricas modernas que produzissem o açúcar cristal ou demerara, com melhor apresentação que o açúcar mascavo e capacitado a concorrer com o açúcar das Antilhas e da Insulíndia, os chamados Engenhos Centrais; social, procurando separar a

atividade agrícola da industrial, mediante a determinação de que os Engenhos Centrais não desenvolvessem atividades agrícolas, limitando-se a industrializar a cana vendida pelos fornecedores, antigos banqueiros que abriam mão de sua atividade industrial. Proibiu-se que os engenhos centrais utilizassem a força de trabalho escravo, e isso contribuiu de forma lenta para levar o país à abolição”. (Andrade, 1994, p.37)

Nessa fase de expansão industrial, muitas outras usinas também se formaram nas regiões dos Engenhos Centrais, com políticas diferentes daqueles. Muitos senhores de engenho, enriquecidos com a atividade agroindustrial, e ricos comerciantes de açúcar, também chamados comissários, muitas vezes se apropriavam das usinas em pagamento de dívidas, conseguiam melhorar essas fábricas introduzindo maquinários e produzindo açúcar de melhor qualidade.²⁹

Os Engenhos Centrais fracassaram em sua grande maioria, tendo como um dos principais motivos, o fornecimento irregular de cana por parte dos fornecedores independentes, o que provocava e ampliava as fases de crise por que passavam essas indústrias. Outros foram vendidos para capitalistas, para proprietários locais e para empresas

²⁹ As fábricas montadas nesse período, quando completas e conseguiam realizar todo o processo industrial de produção do açúcar, chamavam-se usinas; quando incompletas, chamavam-se meio-aparelhos ou meias-usinas. (Andrade, M. C. *Modernização e Pobreza*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994. p. 37)

estrangeiras, especialmente francesas e holandesas que os transformaram em usinas, agora não mais dentro dos moldes que levaram à sua criação³⁰. Isto ocorreu principalmente no final do século XIX, início do século XX.

Graças às influências que esses novos usineiros tinham como integrantes da classe política dominante, para a manutenção de suas usinas, foram grandemente beneficiados por financiamentos generosos dos governos estaduais e do federal, possibilitando que mantivessem suas empresas, muitas vezes economicamente deficitárias. Esses empréstimos possibilitaram também a construção de estradas de ferro para atenderem, exclusivamente, ao transporte da cana-de-açúcar de seus canaviais e grande parte dessas dívidas eram perdoadas, não tendo havido, à época, qualquer pagamento, especialmente no Estado de Pernambuco.

As unidades industriais não tinham grandes instalações; era pequena a produção de açúcar, a destilação da aguardente como também as destilarias de álcool hidratado, especialmente se forem comparadas com as atuais usinas de açúcar. O álcool era um subproduto

³⁰ Foi através da Lei no. 2687 de 6/11/1875, que o Governo Imperial é autorizado a dar garantia de juros baixos anuais para aquelas companhias que se dispusessem a estabelecer Engenhos Centrais para fabricar açúcar de cana utilizando-se de processos e equipamentos modernos e aperfeiçoados e outras concessões. A partir de 1890, os favores do Governo, para que se construíssem Engenhos Centrais, eram nas desapropriações de terras e águas; na isenção de impostos de transmissão de propriedade; no livre direito à importação, por 10 anos, de máquinas e materiais necessários ao funcionamento da indústria; no transporte gratuito desse material pelas linhas férreas do Governo. (Carli, apud Queda, 1972, p. 82) No entanto, no final do século, com a compra pelas companhias estrangeiras e o encerramento do programa de incentivo e apoio aos Engenhos Centrais, todo o patrimônio acumulado foi vendido, nesta região, para a Société de Sucreries Brésiliennes que se torna proprietária dos Engenhos Centrais de Piracicaba, de Villa-Rafard (hoje Capivari) Porto Feliz. . (Picard, J. *Usinas Açucareiras de Piracicaba, Villa-Rafard, Porto Feliz, Lorena e Cupim*. São Paulo: HUCITEC, 1996)

da cana-de-açúcar que, nos anos 20, começou a ser utilizado como combustível. A partir de 1930, passou-se a produzir o álcool anidro, apropriado para ser anexado à gasolina utilizada como combustível. (Queda, 1972)

Nesse período, a grande maioria das usinas era de pequeno porte, construídas muito próximas umas das outras, o que originou contendas pelas áreas produtoras de cana-de-açúcar. Foi necessária a aplicação de muito capital na aquisição de propriedades e na ampliação de trilhos das estradas de ferro que passavam, muitas vezes sobre propriedades alheias.

Não havia planejamento adequado, a quantidade de fábricas era muito grande e não se conseguia modernizar as estruturas de fabricação com a substituição de máquinas já desgastadas pelo uso. Esses fatores, aliados às quedas constantes dos preços internacionais do açúcar e do mau gerenciamento daquelas fábricas, fizeram com que muitas usinas não conseguissem sobreviver. Os usineiros passaram então a se organizar em associações regionais e assim puderam disputar o mercado interno, em ascensão.

Com esse fator imponderável, ou seja, a substituição do mercado internacional pelo mercado interno, no início do século XX, reduziu-se o desenvolvimento das áreas açucareiras do nordeste, especialmente de Pernambuco, em razão do baixo poder aquisitivo da população nordestina, se comparada à do Centro-Sul. A distância entre

aquele e estes Centros consumidores, favoreceu a expansão da agroindústria canavieira de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Com o término da Primeira Guerra Mundial, em 1918, o açúcar brasileiro produzido no nordeste, especialmente em Pernambuco, deixa de ser exportado. Concomitantemente, há o aumento da produção açucareira no Estado de São Paulo que sai de 400.000 sacas produzidas em 1915 para mais de um milhão de sacas em 1929,³¹ ameaçando concretamente a participação dos estados nordestinos no mercado interno brasileiro do açúcar.(Queda, 1972, p.59)

É a grande crise mundial de 1929, já referida anteriormente neste estudo, que afeta e dá um golpe violento na economia açucareira do Brasil, o qual, no entanto, não é maior que aquele sofrido pelo café, cuja economia nunca mais superaria a do açúcar, tanto no mercado externo como no mercado interno.

Segundo Queda (1972, p.60), nessa fase “... tem início um período de franca intervenção estatal que irá se acentuar após a Revolução de 30³² e que marcará profundamente o desenvolvimento de todo o setor açucareiro nacional”.

³¹ Segundo Queda (1972, p.59), foi o desenvolvimento da cafeicultura que consolida a posição de destaque para São Paulo e o Rio de Janeiro, na região Centro-Sul. Foi a cafeicultura que comandou o fluxo de imigrantes estrangeiros e mesmo de brasileiros. Era uma população integrada numa economia de mercado, o que não acontecia com grande parte da população nordestina, o que assegurava um amplo mercado para as indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro.

³² Segundo Costa, (1979, p.326) “... o crescimento da população, o desenvolvimento industrial, a urbanização, a formação do proletariado e a ampliação da classe média, a crise que atingiu a economia cafeeira, a crise internacional de 1929, as contradições entre os vários setores de produção e o aparecimento de novas ideologias propiciaram a revolução de 1930, que inaugurou um novo período na história do Brasil . Para Faleiros (2000, p. 45) a Revolução de 30 “... liderada por Getúlio Vargas (1883-1954) mudou o bloco de poder e, mesmo de forma heterogênea, direcionou a política no sentido de transformar as relações Estado/sociedade para a integração do mercado interno e desenvolvimento da industrialização, mantendo ao mesmo tempo, a economia de exportação de produtos agrícolas, sem romper a dependência dos países centrais”.

O novo governo que se instala e estabelece o processo, denominado de intervenção, procurou desenvolver uma política centralizadora, diminuindo a autonomia dos Estados e orientando o planejamento da economia. É o início da segunda fase do chamado período usineiro³³.

Entendia o governo da época que, se deixasse a economia açucareira sob o funcionamento livre do mercado, poderia ocorrer um deslocamento das usinas de Pernambuco, Sergipe, Alagoas para São Paulo provocando, além de uma grande desordem dessa economia com superproduções e descontroles de preços, a miserabilização daqueles estados e a formação de possíveis focos de agitação que anulariam os benefícios que, aparentemente, teriam os estados sulistas. (Lima apud Queda, 1972, p. 61).

O governo passou a estabelecer quotas por Estados e por usinas, tentando limitar a produção, proibindo a instalação de novas usinas e engenhos. Fazia isto através de Decretos, sendo que o de 15/9/1931, de no. 2.040, dispunha sobre a retenção de 10% da produção de açúcar para regularizar os preços no mercado. Estipulava também uma quota de 200.000 sacas de açúcar para exportação. Houve ainda o Decreto de no. 20.761 de 7/12/1931 que criou a Comissão de Defesa da Produção de Açúcar, depois de considerar “que grande número de proprietário de usinas de açúcar, de diferentes Estados produtores,

³³ Período usineiro, segundo Andrade (1994, p.20), “é aquele em que foram montadas numerosas fábricas de pequeno e médio porte, construídas estradas de ferros particulares e implantadas destilarias de álcool”.

apelam insistentemente para intervenção do Governo Federal no sentido de lhes facilitar a obtenção, para o produto de suas fábricas, de um justo preço garantidor de razoável remuneração ao trabalho e ao capital, sem, de modo algum solicitar qualquer valorização oficial em prejuízo do consumidor". (Velloso, apud Queda, 1972, p. 62)

O Decreto governamental seguinte, de n. 22.152 de 28/11/1932, viria determinar a limitação da produção de açúcar em todo o território nacional como a providência necessária para o incremento ao fabrico do álcool-motor.

A expectativa que toda a indústria açucareira tinha na consolidação das medidas de proteção já decretadas, fez com que o governo, pelo Decreto n. 22.789 de 1/7/1933, criasse o Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA – fundindo num só órgão as funções da Comissão de Defesa da Produção do Açúcar e a Comissão de Estudos sobre o Alcool-Motor. Esta iniciativa tinha a finalidade de contribuir na solução da crise açucareira, sendo que a indústria alcooleira não ficou desvinculada e nem autônoma, mas atrelada à indústria açucareira.

Através do IAA, o governo procurou estimular a modernização dessa área industrial, financiou a implantação de destilarias particulares e a compra de equipamentos para que, as usinas existentes, pudessem fabricar o álcool anidro³⁴, direcionando muito desse trabalho para as usinas do nordeste, o que, no entanto, não impediu a sua

³⁴ O álcool anidro é aquele em que não são mantidos teores de água; significa que não contém água o que o diferencia do álcool hidratado, até então fabricado. (grifo nosso)

estagnação com a política de controle, também adotada. Esses chamados efeitos contraditórios da ação do Instituto do Açúcar e do Alcool favoreceram o desenvolvimento da agroindústria açucareira da região Centro-Sul, especialmente a de São Paulo.

A fase da economia açucareira analisada à luz do “processo de formação do mercado nacional – e da efetiva unificação da economia do País” (Singer,P. apud Queda, 1972, p. 64), explica as mudanças ocorridas na atividade agrícola da cana-de-açúcar como a introdução de irrigação, do uso de adubos e de variedades de canas mais resistentes e produtivas, a busca de maior produtividade industrial – na quantidade do açúcar, e menos na produtividade agrícola – na tonelada de cana por hectare cultivado.

Outro fenômeno da época foi a 2^a. Guerra Mundial que impôs graves restrições à importação de produtos manufaturados, estimulando a indústria nacional, o que foi bastante positivo. Com a desorganização dos transportes marítimos e agressões a navios na própria costa brasileira, o governo foi pressionado a autorizar que o Estado de São Paulo fornecesse açúcar aos Estados vizinhos como Goiás, Mato Grosso e Paraná, produtos esses transportados por ferrovias e rodovias já existentes.

Foi a proximidade de um mercado mais amplo com garantias de ganhos em escala, acrescido da energia elétrica abundante, a mão-de-obra mais qualificada, os créditos mais fáceis, os motivos que fizeram

com que a concentração industrial ocorresse na região Centro-Sul. A expansão da indústria açucareira fez parte desse período que, além de deixar para trás o Nordeste, abriu as portas para que a grande indústria do açúcar - a usina de grande porte - tivesse seu início (Carli, apud Queda, 1972, p. 65).

Com a perda da navegação de cabotagem e o sucateamento das ferrovias, ampliou-se o sistema rodoviário e essa facilidade de acesso atingiu, no setor açucareiro, os pequenos engenhos fazendo com que a rapadura, até então de grande consumo no interior, deixasse de ser consumida e se introduzisse o consumo do açúcar, como uma forma para compensar a perda do mercado externo. Abriu também a perspectiva do consumo do álcool, através de indústrias sucroquímicas, e também o bagaço da cana-de-açúcar passou a ser utilizado para produção de celulose, de compensados e para rações animais. Era o resultado decorrente da necessidade cada vez maior que as usinas tinham de produzirem mais e ao mesmo tempo sua matéria prima e, na produção, elevar a absorção de grandes quantidades de cana-de-açúcar.

Em razão dessa dinâmica, as usinas, que até então eram submetidas à legislação que determinava quotas de produção e protegia o papel dos fornecedores, os proprietários rurais, questionavam a regularidade com que se davam as entregas da matéria-prima fazendo com que, aos poucos, elas, as usinas, fossem absorvendo as quotas dos fornecedores. Novamente o Estado intervém, primeiramente regulando a

transação de compra e venda de cana-de-açúcar entre fornecedores e usineiros e, posteriormente, através do Decreto Lei no. 3.855 de 21/10/1941, criando o Estatuto da Lavoura Canavieira.

Este Estatuto visava amparar, no Norte e Nordeste, os fornecedores de cana-de-açúcar na sua luta contra a expansão das propriedades das usinas, da mesma forma que ocorria nos campos canavieiros do Rio de Janeiro. E, ainda, “dentro dos quadros das relações sociais patrimonialistas” (Queda, 1972, p.67) para o Centro-Sul, mais especificamente para São Paulo, visava criar a figura do fornecedor, fazendo entender que o “colono” existente em São Paulo, seria classificado como fornecedor. Tal proposta fez com que os usineiros paulistas reagissem alegando não ter havido absorção de fornecedores pelas usinas e que isto não era problema fundamental na economia açucareira paulista, cujos fornecedores sobreviveriam mesmo sem medidas legais de proteção. O problema do usineiro paulista não era manter o fornecedor, mas o regime de trabalho dentro das usinas, o que ficava claro se observarmos que,

“... era no colonato que residia a racionalização da lavoura paulista, a excelência dos seus canaviais e o alto rendimento de muitas fábricas de açúcar. A todo transe dever-se-ia manter esse regime, pois que desmoronar a organização existente, para criar no colono a consciência de fornecedor de cana, é

disseminar a luta histórica e eterna entre o fornecedor e a usina. Onde fosse uma tradição a figura do fornecedor dever-se-ia ampará-la para que não desaparecesse ante a tendência de absorção da usina. Onde, porém, ele não existisse como problema, por que criar uma situação de intranquilidade nos campos da cana? Qualquer alteração que se julgasse necessário fazer nas relações das usinas com seus colonos, deveria ser sempre dentro do regime de colonato. Assim, não sobreviveria a anarquia ao trabalho organizado”.(Carli, apud Queda, 1972, p. 67)

Interessante observar que, nesse período, a estratificação social na lavoura canavieira paulista apresentava-se de forma distinta das outras regiões açucareiras do Brasil. Em São Paulo havia o trabalhador rural (assalariado); o colono, que tanto trabalhava sob um contrato de empreitada com a usina, fazendo o trato das lavouras da própria usina ou das canas por ela plantadas, ou ainda, trabalhando em suas próprias terras de acordo com a capacidade dele e de sua família em desenvolver o trabalho necessário. Havia ainda, outro colono que plantava, tratava, cortava, transportava e entregava a cana carregada sobre os vagões de trem, prestando serviço para a grande usina herdeira dos Engenhos Centrais. Esta última forma de trabalho foi essencialmente mantida na elaboração do Estatuto da Lavoura Canavieira de 1941.

A utilização do trabalho de colonos era necessária diante da fase em que se encontrava a lavoura canavieira paulista que iniciava a introdução da mecanização agrícola, tornando imprescindível a manutenção de trabalhadores fixos durante o ano todo, oriundos na sua grande maioria, das plantações de café que, nesse período, já se encontrava em franco processo de decadência. (Queda, 1972, p.69)

Não foram apenas as crises sucessivas do café que estimularam a produção de açúcar no Estado de São Paulo. Aliados a esse fator estavam também: a elevação nos preços do saco de açúcar em razão da primeira Guerra Mundial; a formação de novas usinas e uma alta significativa da produção canavieira no Estado. Acrescido a isso, o apoio eficiente do governo estadual quando do aparecimento da primeira praga importante chamada de “mosaico” no final de 1923, fazendo com que se implantasse em Piracicaba, a primeira Estação Experimental de Cana que, imediatamente instalada, além de outros estudos, preocupou-se em substituir a variedade de cana, até então utilizada por outra, selecionada e resistente àquela praga que, até aquele momento, levava riscos à lavoura canavieira. (Queda, 1972: 86-90)

Especialmente depois de 1930, com o início da era Vargas, entra em franca expansão no Estado, a industrialização regionalizada denominada de bolsões de industrialização. Nesse período, o apoio estatal explícito à industrialização canavieira, contribuiu para a formação do mercado nacional, utilizando-se também de recursos do exterior, da

aplicação de recursos públicos em energia e transporte, da ampliação da imigração interna e externa em direção ao Estado de São Paulo, fazendo dele um dos Estados mais populosos “... o que, em economia de escala, favorece a sua indústria levando São Paulo a ter a sua supremacia industrial e econômica reafirmada”. (Singer, P. apud Queda, 1972 p. 91)

Considerando-se que sempre houve, entre a política de terras e a de mão-de-obra uma interdependência e que, em cada fase do desenvolvimento econômico, essa relação se modifica, se altera em função do interesse explicitado em cada momento, foram “...o crescimento da população, as migrações internas e/ou internacionais, os melhoramentos dos meios de transporte, a concentração populacional nos centros urbanos, o desenvolvimento da indústria e a acumulação do capital, que estimularam a incorporação da terra e do trabalho à economia comercial e industrial”. (Costa, 1979, p.127)

Foi a partir de 1920, que ocorreu o aparecimento das primeiras oficinas de reparos de equipamentos e materiais de usinas de açúcar, as Oficinas Dedini, em Piracicaba, pioneiras nessa atividade, existentes até hoje, ampliadas com a siderurgia e internacionalizadas, como parte da multinacional Belgo-Mineira.³⁵

³⁵ Em 1943 é fundada em Piracicaba, a CODISTIL – Construtora de Destilarias Dedini S/A (hoje Codistil S/A – Dedini) para fabricar aparelhos e equipamentos para a produção de álcool e aguardente e a MAUSA – Metalúrgica de Acessórios para Usinas S/A para produzir equipamentos para indústrias de açúcar e de papel. Eram essas indústrias quem se utilizavam de patentes estrangeiras e até mesmo de cópias de equipamentos existentes nos Engenhos Centrais (mantidos e dirigidos por empresas estrangeiras, no início deste século) para a fabricação de suas peças, cujo objetivo era atender à grande expansão que ocorria na instalação de usinas de açúcar, tanto na região próxima dessas indústrias, como também enviavam os equipamentos para todo o Brasil e, mais recentemente, para o exterior.(Queda, 1972, p.103 e Perez et al, 1991, p.30).

Esse processo de intervenção estatal na agroindústria canavieira, iniciado com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, estabelecia quotas para as indústrias e estimulava a transformação dos engenhos até então existentes, em usinas, acrescido do Estatuto da Lavoura Canavieira de 1941, que alterou, tanto o processo produtivo em si, como ampliou significativamente a produção de álcool anidro sem adição de água, para ser colocado no combustível de veículos à motor e ampliou a participação dessas atividades, no contexto econômico e social do Estado de São Paulo.

Interessante notar a importância que teve, nessa fase, o estímulo e as definições legais do Governo, todas através do próprio IAA, relativas ao fabrico do álcool anidro, especialmente em relação ao período crítico da Segunda Guerra Mundial (1939/45). Além de todos os procedimentos e planos, existentes para a produção do próprio açúcar, passa a existir a partir desse período, um grande controle da produção do álcool, chegando mesmo, em 1942, a ser decretada a indústria alcooleira como de “interesse nacional” através do Decreto-lei n. 4.722, de 22/09/1942. (Szmrecsányi, 1979, p.207). Não podemos deixar de notar que, ambos os produtos sob controle ou intervenção estatal, eram derivados da cultura da cana-de-açúcar, ou seja, do desenvolvimento de um produto agrícola que exigia uma presença significativa de mão-de-obra, fosse de trabalhador, de fornecedor ou de pequenos proprietários, de arrendatários ou colonos.

Foi através desse processo de industrialização que o Estado de São Paulo transformou-se, na década de 50, no maior produtor de açúcar do país; de um total de 78 usinas que possuía nesse período, 40 (57,7%) estavam na faixa de até 50.000 sacos de produção; 20 (25,3%) na faixa de 50.000 a 100.000; 8 (10,1%) com produção entre 100.000 e 200.000; 5 (6,3%) na faixa de 200.000 a 300.000 sacos; 5 (6,3%) entre 300.000 a 400.000 sacos e apenas 1 com produção superior a 400.000 sacos. No final da década de 50, já havia 95 usinas em funcionamento e uma cuja produção atingia até 1.000.000 de sacos de açúcar/ano. Nos anos 70, em razão da possibilidade de aumento de produção, estabelecida pelo sistema de controle exercido pelo IAA, não havia mais usinas que produzissem apenas 50.000 sacos de açúcar. Havia, no entanto, 4 grandes usinas que eram responsáveis por 20% do total da produção açucareira do Estado de São Paulo. (Queda, 1972, p.110-111)

Para conhecermos um pouco a respeito da produtividade no Estado de São Paulo, tomamos por base o trabalho de Ramos e Peres, publicado nos Anais do 27^o. Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER em 1999, do qual extraímos três tabelas, com dados atualizados, que nos esclarecerão quanto ao desenvolvimento desse chamado complexo canavieiro, sendo que a primeira - Tabela I - nos mostra os maiores municípios produtores de açúcar (de usina) e de álcool no Estado de São Paulo, fornecendo dados dos períodos: 1949/50;

1981/1982 e 1997/98, cujas fontes de informação foram o Instituto do Açúcar e do Alcool – e a União da Agroindústria Canavieira de São Paulo – ÚNICA. Os períodos contidos nesta tabela demonstram o desempenho industrial decorrente da dinâmica aplicada economicamente, tanto no setor industrial como no agrícola, reafirmando a interdependência entre ambos.

TABELA I – Maiores Municípios Produtores de Açúcar (de usina) e de Alcool no Estado de S. Paulo. Períodos: 1949/50 – 1981/82 – 1997/98. (Açúcar em mil/t em mil/m³; Alcool em mil/m³)

1949/50				1981/82						1997/98					
Municípios	nº usinas	Produção açúcar	% no E. SP	Municípios	nº usinas	Produção açúcar	% no E. SP	Produção de álcool	% Est. SP	Municípios	nº usinas	Produção açúcar	%	Produção de álcool	% Est. SP
Piracicaba	7	63	17,7	Sertãozinho	5	321,9	8,2	164,6	13,5	Sertãozinho	6	702,3	8,1	537,3	5,7
Araraquara	5	38,7	10,9	Araras	3	26,9	5,3	178,4	14,6	Pradópolis	1	397	4,6	276,1	2,9
Sertãozinho	11	30	8,4	B. Bonita	1	205,5	5,2	140	11,4	B. Bonita	1	374,3	4,3	283,4	3
Sta. Bárbara	4	22,2	6,2	Araraquara	4	204,7	5,2	90,7	7,4	M. Agúdo	2	357,4	4,1	348,4	3,7
Iguarapava	1	19,2	5,4	Pradópolis	1	201,6	5,1	136	11,1	Guariba	1	341,6	4	163,2	1,7
Raffard	1	16	4,5	Serrana	2	165,5	4,2	91	7,4	Guaira	3	332,8	3,9	334,6	3,6
Sta. Rosa do Viterbo.	1	15,7	4,4	Macatuba	1	162,4	4,1	97,7	8	Pontal	3	316,1	3,7	212,7	2,3
Araras	3	15,3	4,3	L. Paulista	1	142,4	3,6	105,1	8,6	Ariranha	2		3,5	306,4	3,3
Iracemópolis	1	14,6	4,1	Piracicaba	4	132,5	3,4	107,9	8,8	Piracicaba	2		3,1	130,8	1,4
Porto Feliz	1	12,6	4,1	Jaboticabal	2	102,5	2,6	111,6	9,1	Araras	1		2,4	53,7	0,6
Cosmópolis	1	12,3	3,5												
Os 10>s	36	261	73,5	Os 10>s	24	1.845,90	46,9	1,223,00	43,2	Os 10>s	22		41,7	2.646,60	28,1
Estado SP.	76	356,754	100%	Estado SP.	97	3.915.168		2.833,68	100%	Estado	130	8.619,90	100%	9.415,00	100%

FONTE I.A.A. e ÚNICA/União da agroindústria canavieira de São Paulo.

Podemos observar na Tabela I variações na presença dos municípios. Não há permanência constante deles, variando sensivelmente em cada período, como por exemplo, Sertãozinho, que em 1949/50 tinha 11 unidades produtoras e respondia por 8,4% da produção do Estado de São Paulo. Já em 81/82, com 5 usinas, apresentava a maior produção do Estado com 8,2% do total. Em 1997/98, com 6 usinas, mantinha-se como primeiro produtor, assim como a região canavieira de Ribeirão Preto, com 8,1% da produção de açúcar e 5,7% do álcool, no Estado de São Paulo.

Quanto à Piracicaba, em 1949/1950, com 7 usinas era o maior produtor de açúcar no Estado, com 17,7% do total. Em 1981/1982, com 4 usinas, realizava 3,4% do açúcar e 8,8% do álcool, colocando-se em 9º. lugar. Em 1997/1998, mantinha-se em 9º. lugar, com 2 usinas apenas, com 3,1% do açúcar e 1,4% do álcool produzidos no Estado de São Paulo.

A segunda - Tabela II - entendida por nós como fonte de informação complementar, apresenta um quadro geral da Produção de Cana-de-Açúcar do Estado de São Paulo e desta região, denominada de região açucareira de Piracicaba³⁶, onde se inclui o município de Rio das Pedras, oferecendo dados de várias décadas, desde 1940 até 1995/96 e tendo como fonte o FIBGE e os Censos Agrícolas e Agropecuários:

³⁶ Os municípios que fazem parte da microregião canavieira de Piracicaba, segundo o FIBGE, inclui: Capivari, Charqueada, Mombuca, Piracicaba, Rafard, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Maria da Serra, São Pedro e Tietê. Já a região ampliada, inclui Iracemápolis, Santa Bárbara d'Oeste, Limeira, Rio Claro, Ipeuna, Elias Fausto, Porto Feliz. (Fonte: Seminário Desafio 2000 – EPTV e Associação dos Fomecedores de Cana de Piracicaba)

Tabela II: *Produção de Cana-de-Açúcar na Região Açucareira de Piracicaba e no Estado de São Paulo.*

Região Piracicaba			Total do Estado	
Ano	Área c/ Cana- ha	%	Área c/ Cana- ha	Produção em 1000 t
1940	-"	42,20	-"	2.169,60
1950	36.649	30,50	132.498	4.783,20
1960	62.664	21,10	291.013	14.173,70
1970	102.538	17,60	580.487	30.340,20
1975	102.319	13,90	689.485	34.565,90
1980	112.168	10,70	1.073.120	72.257,10
1985	130.811	8,20	1.694.994	125.000,80
1995/96	90.920	3,80	2.124.499	153.768,10

Fonte: FIBGE, Censos agrícolas e agropecuários.

A região de Piracicaba teve uma redução na produção de cana-de-açúcar diante da produção geral do Estado de São Paulo, década por década. Tinha em 1950, um índice de 30,50% do total e em 1995/1996 não chegou a 4% da cana-de-açúcar produzido no Estado. No entanto, com a significativa expansão na área plantada, saindo de quase 40.000 hectares para mais de 90.000, no mesmo período, manteve-se em segundo lugar no ranking da produção canavieira do Estado, posição essa que tem até hoje.

A terceira - Tabela III - apresenta a produção média de cana-de-açúcar e o número de estabelecimentos agrícolas com o cultivo, tanto da região canavieira de Piracicaba como no Estado de São Paulo, cujos

dados nos possibilitam localizar esta região no contexto canavieiro do Estado:

Tabela III: *Produção Média e Número de Estabelecimentos Produtores de Cana - Região de Piracicaba e Estado de S. Paulo – Período: 1940 a 1995/96*

Região de Piracicaba			Estado de São Paulo	
Ano	Produção(t)	No. de Estabelecimentos	Produção (t)	No. de Estabelecimentos
1940	1.145,90	799	132,7	16.346
1950	3.393,90	430	799,5	5.983
1960	1.747,20	1.712	1.420,10	9.981
1970	1.818,60	2.929	2.000,80	15.164
1975	2.526,90	1.904	3.314,70	10.428
1980	4.941,00	1.563	5.414,90	13.344
1985	6.120,50	1.684	7.967,40	15.689
1995/96	4.273,90	1.357	6.980,90	22.027

Fonte: FIBGE, Censos agrícolas e agropecuários

Nos últimos anos, a região de Piracicaba teve uma redução no número de estabelecimentos produtores de cana-de-açúcar, com uma produtividade equivalente à dos anos 80, conforme apresenta a Tabela acima. Com mais de 6% do total de propriedades canavieiras do Estado, a região mantém sua importância no setor na razão direta de sua capacidade agrícola e industrial, instalada.

Nos dias atuais, com o processo de globalização da economia, a ampliação do poder dos mercados em geral e do internacional em particular, são determinados pela rapidez de sua influência nas economias dos países. As alterações impostas pelo neoliberalismo, tanto na economia como na política, fizeram com que o chamado complexo canavieiro do Estado de São Paulo tivesse e hoje, 117 Usinas de açúcar. Tem 25, a região de Piracicaba e 2, o município de Rio das Pedras.

Uma das Usinas de açúcar de Rio das Pedras, a de médio porte ou Usina Santa Helena S/A, na safra de 2000, irá triturar 8500 toneladas de cana-de-açúcar por dia. A de pequeno porte – Usina São José S/A, trituará 4500 toneladas/dia de cana-de-açúcar. Já o Engenho – de pequeno porte – que produz aguardente e xarope, trituará aproximadamente 200 t/dia de cana-de-açúcar.³⁷

Para conhecermos um pouco desse processo que envolve desde a plantação, o trato agrícola, o corte e a industrialização da cana-de-açúcar atualmente, o resultado da chamada safra 98/99 apresenta os seguintes dados³⁸: de um total de 2.730.000 toneladas de cana moídas pelas duas Usinas e pelo engenho de aguardente existente e em

³⁷ Dados coletados em informes da União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo ÚNICA, fornecidos pela Organização de Plantadores de Cana do Estado de São Paulo – ORPLANA, de Piracicaba e da Casa da Agricultura “Dr. Romano Cury” de Rio das Pedras.

³⁸ Fonte: Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – Casa da Agricultura “Dr. Romano Cury” de Rio das Pedras.

funcionamento no município, 42% da cana foi produzida no município de Rio das Pedras. Esses mesmos números se repetiram na safra 99/2000 com poucas alterações e significado econômico. Já na safra de 2000/2001 (os dados serão encerrados em abril de 2001) está prevista uma redução de 30% na produção de cana-de-açúcar no município, o que deverá abranger toda esta região canavieira de Piracicaba e afetará o movimento de contratação de mão-de-obra, em queda na região.

Para a realização desses 42% da produção canavieira, a área utilizada no município, foi de 14.356,80 hectares de um total de 19 662,20 hectares de área agrícola existente, o que equivale a mais de 80% da área agriculturável do município de Rio das Pedras. A área total do município é de 22.600 hectares.³⁹

São das mesmas fontes os dados relativos à produção industrial, nessa mesma safra 98/99, quando foram produzidas 4.306.800 sacas de açúcar de 50 kg cada, além de 15.000.000 de litros de álcool anidro e cerca de 57.300.000 litros de álcool hidratado. Ainda em aguardente, foram fabricados 2.300.000 litros e 2.725 toneladas de xarope para fins industriais.

Das 291 propriedades agrícolas que possuem cana-de-açúcar como atividade principal no município, mais de 80% têm apenas e exclusivamente cana-de-açúcar como cultura. Do total das áreas

³⁹ Fonte: idem, ib.

agrícolas há no município pastagens (5%); soja, milho, trigo, triticale, feijão e algodão (2,5%). Há ainda plantações de leguminosas e verduras e, a partir de 1998, teve início um projeto de plantio de café em substituição à cana-de-açúcar, que já realizou 100.000 pés e pretende atingir 500.000 pés de café irrigados por gotejamento, numa das maiores fazendas de cana-de-açúcar (possui mais de 600 ha), de propriedade de acionistas da maior usina do município de Rio das Pedras.⁴⁰

Apesar de alguns estudos considerarem que “... a agroindústria é uma indústria fora do lugar, ou seja, é uma fábrica de açúcar no campo, não podemos negar a sua importância na industrialização da agricultura e a velocidade com que isso se deu nos últimos trinta anos”. (Silveira, 1996, p.57- 62).

É de fundamental importância entender o complexo tecido de relações entre a indústria produtora de bens de capital para a agricultura, as atividades agrícolas e as agroindustriais, complexo esse que recebe o nome de “caificação” ou Complexo Agro-industrial – CAI, que comanda a produção rural. (Silveira, 1996, p.66)

O que se torna importante nesse processo é a industrialização no campo e as relações sociais dela resultantes. A questão da terra e as relações sociais decorrentes de sua apropriação vêm na seqüência, como ponto para se compreender as questões agrárias atuais.

⁴⁰ Fonte: Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – Casa da Agricultura “Dr. Romano Cury” de Rio das Pedras e Assessoria de Gabinete da Prefeitura Municipal de Rio das Pedras.

Na compreensão através do CAI, a agricultura, mais a industrialização do campo e a agroindústria são partes do todo que forma a estrutura e a dinâmica dessa atividade no atual contexto.

Para entendermos a realidade rural, temos ainda, para interpor nesse processo, o fluxo de mão-de-obra. Além daquela população que reside no meio rural, existe aquela que participa das atividades agrícolas. Existe ainda a que tem as suas condições de trabalho e vida envolvidas com essa dinâmica, seja ela moradora da zona rural como da zona urbana. Por esses dados, atingiríamos no Brasil, além dos 38 milhões de moradores da zona rural, mais 22 milhões que residem em cidades com população de 20 mil habitantes, fazendo com que este seja o verdadeiro contexto da questão agrária brasileira, pois, dessa forma, haveria 60% da população, como parte desse chamado setor rural.(Müller, 1985, p.8).

O fenômeno acima é também chamado de desruralização e, fica bem demonstrado pelos dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – FIBGE, se compararmos a inversão do movimento populacional que houve entre os anos 50 e 90: no primeiro período havia 36,2% de população urbana para 63,8% de rural. No segundo período desloca-se para 24,5% a população rural e 75,5% a população urbana. Em menos de cinquenta anos o Brasil promove uma desruralização que, na Europa, levou duzentos anos. Segundo Jorge Mattoso, (1996, p. 124) “... nesse processo de acelerada industrialização

foi deixada intacta a estrutura da posse da terra, favorecendo com que houvesse contingentes populacionais deslocando-se do campo para os centros urbanos, caracterizando o êxodo interno”.

Através dos censos demográficos do FIBGE, podemos ter uma visão global desse fenômeno denominado de desruralização, descrita na Tabela IV, sobre a evolução da população brasileira, no período constituído entre 1940 e 1991 e em 1996:

Tabela IV: *Evolução da População Brasileira – Situação de Domicílio*

ANOS	TOTAL	%	URBANA	%	RURAL	%
1940	41.236	100	12.880	31,2	28.356	68,8
1950	51.944	100	18.783	36,2	33.161	63,8
1960	70.191	100	31.303	44,6	38.767	55,4
1970	93.139	100	52.085	55,9	41.054	44,1
1980	119.003	100	80.436	67,6	38.566	32,4
1991	146.917	100	110.876	75,5	36.041	24,5
1996	157.079.573	100	123.082.167	78,4	33.997.406	21, 6

FONTE: FIBGE – Censos Demográficos -1940 – 1991 e 1996

Conforme demonstra a Tabela acima, esse excesso de população e o grande êxodo rural dos últimos vinte anos, estão associados ao processo de industrialização do campo, na razão direta em

que este perseguia aumentar sua produção a qualquer preço, buscando maior produtividade e eficiência econômica com a saída do Estado como provedor de fundos para esta industrialização, entre outras. A retirada de subsídios fez parte do “realismo de mercado e a tendência à privatização do crédito, acirrando a concorrência entre empresas industriais e financeiras, assim como as agroindustriais, na agricultura” (Muller, 1985, p.9).

Essas ampliações que ocorreram, apesar de estarem aliadas ao processo chamado de modernização, foram aplicadas muito mais nas técnicas utilizadas do que nas relações sociais e fizeram com que o uso da tecnologia, mais eficiente, provocasse maior degradação da questão social do que a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e da população. (Andrade, 1994, p.151)

É em Silveira (1998, p. 63) que vamos encontrar outros dados importantes relativos à distribuição de renda na agricultura. Em 1970, configurados através de dados estatísticos, os 20% mais pobres da População Economicamente Ativa – PEA, apropriaram-se dos 5% da renda agrícola e, os 50% mais pobres, de pouco mais de 22%. Já os 10% mais ricos apropriaram-se de 34% dessa mesma renda. Dez anos depois, em 1980, variando 27%, os 20% mais pobres ficaram com 4% da renda e os 50% mais pobres com 15% (a variação foi de 33%). Os mais ricos apropriaram-se de 50% da renda agrícola. Esses 5% mais ricos tiveram 86% a mais da renda em 1970 (24%) do que em 1980 (44%). Esse

fenômeno também ocorre na concentração social da renda no Brasil e não apenas na agricultura, sendo esta um reflexo da distribuição geral da renda no país. Em 1960, os mais pobres (50% da população) ficavam com 17,71% da renda nacional; os 30% intermediários, com 27,92% e os 20% mais ricos com 54,35%, dessa mesma renda. Em 1970 os números foram respectivamente: 14,91, 22,85% e 62,24%. Em 1976 os números foram: 11,8%, 21,2% e 67%, demonstrando que o desenvolvimento econômico dos anos 70 favoreceu os 20% da população em geral e a do campo, em particular.

É também parte desse processo, iniciado pela intervenção estatal explícita na economia agroindustrial canavieira, o favorecimento do capital em detrimento da força de trabalho e o conseqüente deslocamento rural/urbano. As lutas e dificuldades desses trabalhadores continuam na pauta das mais graves questões sociais, tanto no encerramento do século XX, quanto no início do século XXI.

O entendimento dessa realidade perpassa pelo conhecimento sobre o processo de expansão do capitalismo no campo, sobre o qual estaremos discorrendo a seguir, buscando compreender a atualidade da questão colocada.

2.3. O capitalismo no campo: a situação atual

No início do século XX, ao se encerrar o capítulo dos chamados Engenhos Centrais, tinha início o período usineiro que, além da implantação de usinas propriamente ditas, fez parte de um processo de concentração fundiária, ou seja, da propriedade agrícola.

Como não se podia separar a atividade agrícola – a produção da cana-de-açúcar, da industrial – produção de açúcar e álcool, ficou aberta às fábricas, a possibilidade de tomarem para si, as terras circunvizinhas às propriedades já existentes, o que ocorrera e de forma significativa, fazendo com que a grande maioria das fábricas de açúcar adquirissem, relativamente, extensas áreas para produção de cana-de-açúcar. Já em São Paulo “... o fenômeno foi de concentração industrial enquanto que, na região norte/nordeste, principalmente Pernambuco, o que ocorreu foi a presença do latifúndio monocultor canavieiro”.(Queda, 1972, p.84).

Esses fatores estabeleceram para o trabalho na lavoura canavieira em São Paulo, nos anos 60 e 70, quando já se utilizava tecnologia moderna, uma “lavoura de padrão capitalista, com índices de produtividade mais alto” (Queda, 1972, p.112), cujos fatores de produção aplicados como mão-de-obra, uso de animais, uso de máquinas, de sementes, produtos químicos e adubos, diferenciava grandemente, no

sentido desse padrão tecnológico, o Estado de São Paulo dos demais, especialmente o de Pernambuco, também um grande produtor. Os dias de moagem da cana-de-açúcar por região também podia ser considerado fator de desenvolvimento favorável à São Paulo, pois nos anos 70 havia 92,4 % das usinas que não ultrapassavam os 150 dias de moagem, conforme determinava o Instituto do Açúcar e do Alcool.

Além desses fenômenos, outro importante para a compreensão da questão agrária relacionada com a agroindústria canavieira, é o fato de ser esta uma atividade concentradora de renda, formada por empresas fechadas, organizadas como sociedades anônimas em sua grande maioria, com o poder "... concentrado na pessoa do proprietário ou do grupo familiar à que está vinculado" (Queda, 1972, p.115).

Um dos principais grupos do Estado de São Paulo, o grupo Ometto, é também grande proprietário, juntamente com outros sócios, nesta região e no município de Rio das Pedras. Ele respondia por 25% da produção de açúcar do Estado de São Paulo, já na safra 71/72, segundo Queda (1972, p. 118). Hoje, em Piracicaba, é proprietário da maior usina do município. Em Rio das Pedras, é proprietário da usina de médio porte – Usina Santa Helena S/A, continuando a expandir seus negócios nesta e em outras regiões, dentro e fora do Estado de São Paulo, demonstrando a força da concentração capitalista industrial e da propriedade no campo, visto que o grupo é proprietário de 50% da área que fornece cana-de-

açúcar para sua usina no município de Rio das Pedras, além da própria unidade industrial.⁴¹

Esse processo capitalista concentrador foi reforçado após 64, com os governos militares, quando os proprietários rurais conseguiram enfraquecer os movimentos dos trabalhadores e passaram a firmar diretrizes capitalistas para o campo.

O assistencialismo contido no Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 (Lei 4.214 de 2/3/1963) foi bem aplicado e o Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 30/11/1964) teve uma aplicação que favoreceu ainda mais o desenvolvimento capitalista do campo. Segundo Andrade (1994, p.42) “... a reforma agrária não foi feita, formando-se nas áreas novas, latifúndios de grandes empresas nacionais e estrangeiras, bem mais fortes e poderosos do que o latifúndio tradicional”.

Após ter atingido o seu intento de conter os movimentos do campo, o governo empenhou-se em modernizar a agroindústria em termos capitalistas através do Programa de Melhoramento da Cana de Açúcar – Planalçúcar, pela Lei n. 1186 de 27/8/71; ainda, pelo Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira de 1971 e do Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira de 1973. Tiveram essas leis o objetivo de melhorar as condições agrícolas, orientar a produção de novas variedades de cana, com a criação de estações experimentais, e modernizar o combate às pragas que atingiam os canaviais. Todas essas

⁴¹ Esses dados constam do cadastramento do Incra local e dos relatórios anuais da Casa da Agricultura “Dr. Romano Cury” de Rio das Pedras, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

ações estavam voltadas para o setor agrícola da cana-de-açúcar e tinham o Instituto do Açúcar e do Alcool, como gestor. Para o setor industrial, seu papel foi o de facilitador da transferência de usinas mal localizadas e a fusão de pequenas, para evitar disputas de matérias-primas, o que reforçava a concentração industrial.

Os programas, acima citados, consideraram bons os resultados dessas ações, na medida em que se conseguiu elevar a produtividade agrícola nos principais estados produtores como também o aumento do teor de açúcar, a chamada sacarose da cana, que resultava em aumento na produtividade industrial.

Esses programas, após instalados, foram complementados pelo Programa Nacional do Alcool, o Proálcool, criado pelo Decreto n. 76.593 de 14/11/1975, que permitiu a implantação de centenas de destilarias autônomas e a expansão dos canaviais, tanto por áreas anteriormente ocupadas pela agricultura, como por novas áreas de antigas pastagens e roçados.

Esses dois programas, Planalsúcar e Proálcool, desenvolvidos no pós-64 com incentivos do governo, visavam tornar a produção brasileira, competitiva no mercado internacional e desenvolver uma alternativa biológica para fazer baixar a importação de petróleo. Segundo Szmrecsányi (1994,p.301), "... tanto o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar como o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira só chegaram às dimensões e ao

desempenho que tiveram devido ao comportamento favorável do volume e dos preços das exportações brasileiras do produto e os seus reflexos positivos sobre os saldos do Fundo Especial de Exportação do IAA”. Já o Proálcool foi responsável pelo “... processo de agudização do fenômeno da monocultura canavieira ... como também esgotou as condições para ampliar os níveis de produção de cana-de-açúcar e a expansão das áreas cultivadas”. (Perez et al, 1991, p.43)

A partir de 1968, as exportações de açúcar do Brasil cresceram consideravelmente, bem como, os preços médios conseguidos, especialmente com exportações para a América do Norte. Com um novo Acordo Internacional do Açúcar, em 1969, novamente os preços sobem no mercado internacional e, em 1971, as exportações de açúcar do Brasil passam a representar o equivalente a 6% de todo o açúcar colocado em circulação no mercado internacional. Essa evolução somente foi possível graças à coincidência entre o aumento da demanda e dos preços do açúcar no mercado internacional e a existência de capacidade ociosa na agroindústria canavieira do Brasil. (Szmrecsányi, 1994, p.167)

Quanto ao Fundo Especial de Exportação do IAA, foi com os preços inferiores pagos aos produtores por este, o único órgão a quem era permitido exportar, aos valores médios conseguidos pelas exportações realizadas no período de 1969 a 1971, que se formou um vultoso Fundo, posteriormente aplicado na política adotada pelo próprio

IAA, de modernização da agroindústria canavieira. Essa política visava a racionalização das usinas, através da erradicação de seus pontos de estrangulamento; a racionalização das lavouras, mediante a adoção de métodos e técnicas mais eficientes; a capitalização do subsetor, tanto na área agrícola como na área industrial, e a redução dos custos financeiros da produção. Propôs também o financiamento para reforço do capital de giro das cooperativas de plantadores e as de fornecedores de cana, entre outros.(Szmrecsányi, 1994, p 327).

O chamado processo de modernização capitalista teve continuidade por toda a década de 70 e 80 no chamado Brasil Novo, quando a internacionalização da economia alcançou o seu período mais intenso. Com este programa, tornou-se maior a concentração da propriedade fundiária e da renda nas mãos dos grupos mais atuantes e ligados ao poder político. Aliadas a isso, as tentativas de acesso à terra por parte dos trabalhadores rurais, como a chamada “Lei do Sítio” não deram certo⁴² pois, há algumas décadas, não existem mais trabalhadores rurais residindo nas propriedades agrícolas, especialmente nas propriedades canavieiras e particularmente naquelas das usinas de açúcar.

⁴² A “Lei do Sítio” criado pelo Decreto n. 5720 de 11/10/1965 determinava que 2,5 há de terra, nas áreas das usinas, deveriam ser destinadas à família do trabalhador para que pudesse obter plantando, gêneros de primeira necessidade alimentar. Quanto ao Estatuto do Trabalhador Rural, foi revogado pela Lei no. 5889 de 8/06/1973, que foi enxugado, passando a abranger tão-somente os direitos do trabalhador rural que já se equiparava ao do trabalhador urbano. (Goulart, M. P. Principais Instrumentos Jurídicos Rurais, 1998. (mimeog)

Além disso, o uso generalizado de agrotóxicos que poluíam as águas e os rios, resultado do desenvolvimento da produção capitalista na agricultura ou, melhor ainda, das transformações que o capital provoca na atividade agropecuária, acrescidas da devastação de matas e vegetações através de incentivos governamentais, sempre com vistas ao fortalecimento do sistema capitalista, fez com que fossem destruídos outros milhares de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural obtinha não apenas parte de sua própria alimentação, como produtos que vendia nas cidades. Eram milhares de pequenos camponeses que, expulsos do campo, não conseguiam encontrar trabalho produtivo na cidade, o que provocava as migrações, os subempregos, as transformações de colonos em bóias-frias, (trabalhador rural volante, exercendo trabalho sazonal sem vínculo empregatício) que, além de conflitos de terra e a maior concentração da propriedade foi, e ainda é, um dos grandes responsáveis pela mendicância, prostituição, criminalidade e violência verificadas nas periferias inchadas das grandes e médias cidades brasileiras.(Silva, 1994)

Ainda, na política açucareira, a interferência capitalista era tão grande que, nos anos 70 e 80, chegaram os bancos governamentais – Banco do Brasil e bancos estaduais – a assumirem dívidas não pagas de usineiros e proprietários de destilarias, tanto do Sudeste como do Nordeste, como já ocorrera no início do século XX, tratando-se da

indústria privada, fazendo uma apropriação capitalista do lucro e a socialização dos prejuízos. (Andrade, 1994, p.43-44)

O IAA foi o instrumento de controle das políticas voltadas para o setor canavieiro como ocorrera com o cacau, a borracha e o café, que tiveram durante longo tempo no Brasil, políticas agrícolas próprias como também apoio e intervenções mais direcionadas às suas ações. No início de 1990, o Instituto do Açúcar e do Alcool foi extinto, o que não significou a completa desregulamentação do setor canavieiro, mas afetou as bases estruturais do seu complexo agroindustrial. (Ramos, 1999)

Permanece em pauta a grande questão da propriedade da terra, em razão do modo como se expandiram as relações capitalistas de produção. É a chamada questão agrária brasileira na qual continuam operando os mecanismos de interdição do acesso a terra por parte das populações pobres, que dependem de recursos financeiros elevados para obtê-la, recursos esses que não têm. É a propriedade fundiária o elemento fundamental que separa os trabalhadores dos meios de produção, na agricultura brasileira.

O Brasil é o único dos grandes países de tradição agrícola que não fez uma substancial reforma agrária ao longo de sua história.

A estrutura fundiária brasileira⁴³ mostra que existem 3.114.898 imóveis rurais cadastrados no Brasil, que ocupam uma área de 331.364.012 hectares. Desse total, os minifúndios representam 62,2 dos imóveis, ocupando 7,9% da área total. Quanto aos latifúndios, verifica-se que representam 2,8% dos imóveis, ocupando uma área de 56,7% da total.

Ainda segundo dados do INCRA, na média nacional 62,4% dos imóveis rurais são improdutivos. Na região Norte, são improdutivos 78,8% da área total dos imóveis; no Nordeste, 69,5% no Centro-Oeste , 62,7%; no Sul, 42,6% e no Sudeste, 5,4%.

Quanto à propriedade, nos últimos 40 anos manteve-se o quadro onde menos de 2% do universo dos imóveis cadastrados no INCRA, representados pelos grandes imóveis, de área igual ou superior a mil hectares, continuam detendo mais de 50% da área cadastrada. (Mercadante, 2000, p. 2).

Segundo o autor acima, quanto à política de incentivo à agricultura através de subsídios governamentais, foi a partir de meados da década de 80 que se iniciaram cortes drásticos nos recursos para a agricultura. Entre 1975 e 1979, os recursos destinados ao crédito rural giravam em torno de US\$ 19 bilhões sendo que, recentemente estão em torno de US\$ 4 bilhões/ano. O crédito subsidiado, que foi de US\$ 31,5 bilhões entre 1970 e 1985, deixou de existir desde então.

⁴³ Fonte: Atlas Fundiário do INCRA.

Desde 1985, pela primeira vez na história brasileira, extinguiram-se 940 mil estabelecimentos agrícolas, sendo que, 96% deles, com áreas inferiores a 100 hectares, dos quais 73% tinham até 10 hectares. Desses estabelecimentos pequenos, 400.000 extinguiram-se nos anos de 1995 e 1996. Diante dessas informações do Censo Agropecuário de 1996, o autor considerou que 21,3 milhões de hectares deixaram de ser cultivados entre 1985 e 1996 causando uma redução de 5,5 milhões de trabalhadores agrícolas.(Mercadante, 2000, p. 2).

Aliado a esses dados, nos últimos quatro anos, ou seja de 1995 a 1999, foram transferidos cerca de R\$ 24,5 bilhões que eram destinados à agricultura para atividades dos setores urbanos, fazendo declinar o preço real do valor bruto da produção agrícola de R\$ 78,3 bilhões, em 1994, para R\$ 72,4 bilhões em 1999.

Segundo o Deputado Federal Aloizio Mercadante(2000, p.2), economista e professor universitário, autor das informações acima apresentadas, a partir deste último governo, a agricultura brasileira “sofreu um estelionato na sua capacidade produtiva por conta dos efeitos de uma política agrícola negativa e socialmente excludente que provocou o êxodo rural de 4 milhões de pessoas, entre 1995 e 1999 ao mesmo tempo em que anunciou o assentamento de 1,8 milhões de trabalhadores rurais. Quanto ao PIB agropecuário (calculado pela Esalq/USP) em 1999, esteve ligeiramente inferior ao observado em 1995, no valor de R\$ 269,785 bilhões.

Aparentemente, a desregulamentação proposta pelo Governo atual com a não aplicação de subsídios, conforme os dados do Deputado Aluisio Mercadante, nos leva, na questão canavieira, ao início daquele processo chamado por Queda (1972) de intervenção. Leva-nos ainda a compreender os fenômenos próximos, encontrados nos dados de realidade do município de Rio das Pedras, como parcela significativa e representativa da questão agrária, decorrente da monocultura e da agroindústria canavieiras, cujos fenômenos passamos a analisar a partir do próximo capítulo.

CAPÍTULO III: O MUNICÍPIO DE RIO DAS PEDRAS / SP : SUA TRAJETÓRIA SÓCIO-ECONÔMICA E POLÍTICA NA QUESTÃO AGRÁRIA

3.1. A origem e o processo histórico de Rio das Pedras

A ocupação da região do município de Rio das Pedras, ocorrida através das concessões de “sesmarias”, teve esse ciclo fechado por volta de 1790, segundo publicações de sua história (Monteiro, 1980 e Monteiro, 1991). A formação da povoação, para a história recente, no entanto, data de 1833, a partir do seu desenvolvimento agrícola com base na cafeicultura. Foi um povoado importante no processo de desenvolvimento da cafeicultura da região e do Estado de São Paulo, tendo contribuído significativamente através de grandes fazendas de cafés para exportação.

Encontramos também nos dados históricos do município, a construção de seu primeiro engenho de açúcar datado de 1817 quando Manoel Morato do Canto, um rico proprietário de terra que receberá licença da Corte, para erigi-lo naquela povoação, que já era considerada próspera para aquela época, formando ali a Fazenda Bom Jardim. Após sua morte em 1843, esta fazenda passou por vários proprietários e, em

1863, foi adquirida pelo seu neto das mãos de Antonio José da Silva Gordo apelidado de “Português”, sogro de Prudente de Moraes⁴⁴. O neto, chamado Francisco José da Conceição, recebe em 1871, o título de Barão das mãos do Imperador D. Pedro II, de quem era muito amigo. Passou a denominar-se Barão de Serra Negra. Adquiriu também outras propriedades em outras regiões do Brasil e, nesta região, como um rico comerciante e agricultor, comprou ainda mais três grandes fazendas: São Carlos, Lagoa e São José (algumas existentes até hoje) e tornou-se o maior produtor de café fino para exportação.

Foi um grande personagem para a região, na medida em que utilizou sua fortuna para construir benfeitorias, das quais era também beneficiário e deixou seu nome marcado na história da região, e de Rio das Pedras, em especial. Os grandes feitos do Barão de Serra Negra para a região foram: a extensão da estrada de ferro Ituana, a introdução de melhoramentos na qualidade do café, da planta ao plantio, com a introdução do uso do arado; foi também o responsável pela introdução da cultura do algodão na região.

Na Fazenda Bom Jardim ocorreu ainda a primeira substituição da mão-de-obra escrava pela dos imigrantes italianos, em

⁴⁴ Personagem importante de nossa história, Prudente de Moraes veio residir em Piracicaba desde 1864 e teve grande atuação política nesta região e no Estado de São Paulo. Advogado, mantinha sua Banca em Piracicaba. Como político, foi Vereador da Câmara de Piracicaba em 1865/68, 1877/80, 1887/89. Foi Deputado Provincial e Geral. Foi Membro da Junta Governativa de São Paulo de 16/11/1889 a 14/12/1899. Foi o primeiro Presidente Civil do Estado de São Paulo (14/12/1899 a 18/10/1890). Foi também o primeiro Presidente Civil da República do Brasil de 15/11/1894 a 15/11/1898.

1875. A imigração européia, especialmente de italianos, havia sido iniciada em São Paulo, em 1870.

A Fazenda Bom Jardim é considerada como o local onde teve início a cidade de Rio das Pedras, na fase recente de sua história. O povoado ali constituído, em 1894, como um bairro do Termo de Vila Nova da Constituição, hoje Piracicaba, já era distrito de paz de Bom Jesus de Rio das Pedras, desde 4 de abril de 1888. Pela Lei no. 291 de 10 de julho de 1894, é elevado à categoria de município, sob a invocação de Bom Jesus de Rio das Pedras, cuja primeira capela havia sido construída por volta de 1872 por Antonio Garcia Prates e Antonio Teles, empreiteiros da estrada de ferro Ituana que se expandia de Itu a Piracicaba, passando pela povoação de Rio das Pedras, na qual também foi construída uma estação de parada de trens para servir à exportação de café da região próxima, especialmente da produção do já citado Barão de Serra Negra. Ambos os senhores são considerados, juntamente com o Barão de Serra Negra, os fundadores de Rio das Pedras, pois, desde o período em que vieram construir a ferrovia, instalaram-se no povoado e participaram de todo o processo de desenvolvimento daquela localidade. Após a promulgação da Lei, ocorre a primeira eleição para vereadores à Câmara Municipal e, em 29 de novembro de 1894 tomam posse os eleitos e instala-se solenemente a Vila de Rio das Pedras.⁴⁵

⁴⁵ Estes dados históricos constam das duas publicações constantes da Nota 51, sendo que os dados compilados aparecem complementamente em cada publicação.

O município em referência, emancipado em 1894, tem hoje uma área geográfica de 221 Km², correspondentes a 2,7 % da região de Campinas. Essa área corresponde a 22.600,00 hectares (ha) sendo que, 19.662,20 hectares, compõem a sua zona rural, correspondendo a 91,3% da área total do município. Nessa área, existem 390 propriedades rurais cadastradas no Projeto LUPA 95/96, para 220 proprietários rurais. Em 1999, estão cadastrados no INCRA, 381 imóveis, perfazendo um total de 18.768,8 hectares.⁴⁶

Segundo a estimativa do FIBGE de julho de 1997, o município estaria com 20.333 habitantes na zona urbana e 1.932 na zona rural, o que corresponderia a 87,3% e 12,7%, respectivamente, do total de seus habitantes. Segundo dados levantados pela Prefeitura Municipal, baseados nas ligações de água realizadas na cidade, a população urbana em 2000, estaria em 30.000 habitantes sendo 27.000 na zona urbana e 3000 na zona rural.

Trata-se de uma cidade de pequeno porte que, nos anos 80 tinha por volta de 13.000 habitantes entre rural (22%) e urbana (78%); no início dos anos 90 contava com uma população de 20.000 onde 87,3% era urbana. Interessante observar através da Tabela V, que reapresenta trabalho organizado, em 1995, pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação

⁴⁶ Fontes: Escritório municipal do INCRA; Casa da Agricultura “Dr. Romano Cury” da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Monteiro, N. Manual do Município de Rio das Pedras. Piracicaba: Ed. Jomalística de Municípios, 1991. p. 3.

Regional – NPDR, da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, a evolução da população no Município de Rio das Pedras:

Tabela V: *Evolução da população total, urbana e rural, taxa de urbanização e densidade demográfica do município de Rio das Pedras/SP – 1940 – 1991 e 1996*

POPULAÇÃO

ANOS	TOTAL	URBANA	RURAL	TAXA DE URBANIZAÇÃO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA
1940	8.393	1.473	6.920	17,5	37,3
1950	7411	1338	6.073	18,06	32,9
1960	9.095				40,4
1970	8.917	5.019	3.898	56,2	39,7
1980	13.468	10.542	2.926	78,2	59,8
1991	19.104	16.683	2.421	87,3	84,7
Xx	Xx	Xx	Xx	Xx	Xx
1996	22.265	20.333	1.932	95,2	92,4

Fonte : FIBGE Censo Demográfico de 1940,1950,1960,1970,1980,1991 e1996.

Obs. Os dados de 1996, foram por nós acrescentados, a partir de informações do FIBGE.

Fica demonstrado pela tabela acima, o processo de desruralização ensejado a partir dos anos 70, sem que houvesse mudanças no trabalho, prioritariamente rural existente em Rio das Pedras. Foi ampliado, a cada década, o índice de urbanização da população, especialmente a partir da década de 80, dados esses que confirmam a realidade encontrada no final da década de 90, neste estudo.

Com relação aos dados demográficos, interessante observar os dados da Tabela VI abaixo, que apresenta a população masculina e feminina desde 1940 até 1996, também organizada pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação Regional – NPDR, da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP.

Tabela VI: *Evolução da População total, masculina e feminina de Rio das Pedras/SP – 1940 a 1991 e 1996*

ANOS	POP. TOTAL	HOMENS	MULHERES
1940	8.393	4.305	4.088
1950	7.411	3.816	3.595
1960	9.095	4.695	4.400
1970	8.917	4.623	4.294
1980	13.468	6.918	6.550
1991	19.104	9.798	9.306
Xx	Xx	Xx	Xx
1996	22.265	11.430	10.835

Fonte : FIBGE – Censos Demográficos de 1940 1950 1960,1970, 1980,1991 e 1996

Obs. Os dados de 1996 foram por nós inseridos nesta Tabela, a partir de dados do FIBGE.

A Tabela acima demonstra a taxa de crescimento populacional observada no município de Rio das Pedras, com um dado bastante significativo, na medida em que há queda da população no período pós-crise cafeeira (1940/50) e aumentos significativos nas décadas de 70 a 80, com o desenvolvimento da monocultura canavieira e

o capitalismo no campo e ainda, a implantação de novas indústrias, em decorrência do desenvolvimento industrial de sub-setores e de subprodutos canavieiros, ocorridos no município. Já na década de 90, houve um pequeno crescimento da população total do município, apesar de que nenhum fenômeno especial, econômico ou social tenha ocorrido até 1996.

Informações obtidas nesta pesquisa apontam para modificações ocorridas no setor a partir de 1996, com o programa de estabilização e a desregulamentação implantada no governo de Fernando Henrique Cardoso, que provocaram modificações, entre outros, no sucroalcooleiro, tanto econômica como socialmente.

Os setores de trabalho, tanto agrícola como industrial, foram reduzidos e flexibilizados. O comércio e os serviços paralisaram contratações. Atingiu ainda o desenvolvimento das políticas públicas, arrefecidas nesse final de década, especialmente nas áreas da seguridade social, com a queda das arrecadações municipais, já que é o poder público municipal, o principal gestor daquelas políticas no município.

Interessante também observar as taxas de crescimento populacional do município de Rio das Pedras desde 1940 e a cada década, trabalho este também elaborado pelo NPDR da UNIMEP, utilizado por nós neste estudo.

Tabela VII: *Taxas de Crescimento Populacional total do município de Rio das Pedras. De 1940 a 1991 e de 1992 a 1996.*

Períodos	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1992/96
População Total	- 1,2%	2,0 %	- 0,1%	4,2%	3,1%	1,2%

Fonte : FIBGE : Censos Demográficos de 1940 a 1991 e de 1996.

Obs. Os dados de 1991/96, foram por nós inseridos nesta Tabela, a partir de informações do FIBGE

Nestes dados demográficos, podemos observar as taxas de crescimento populacional urbana e rural no município e o que elas significam, dentro do contexto da expulsão do homem do campo, como uma das conseqüências do desenvolvimento capitalista no campo e a ampliação da população urbana. No município, segundo dados empíricos, estima-se que, 50% da população economicamente ativa, seja dependente do trabalho nas lavouras canavieiras, especialmente do período da safra, ou seja, do corte da cana-de-açúcar.

Tabela VIII: *Taxas de crescimento populacional, rural e urbano do município de Rio das Pedras/SP – 1940 –1991 e 1992 –1996.*

PERÍODOS	TOTAL %	URBANA %	RURAL %
1940/50	- 1,2	- 0,1	- 1,2
1950/60	2,0	-	-
1960/70	- 0,1	-	-
1970/80	4,2	7,7	- 2,8
1980/91	3,1	4,2	- 1,6
1992/96	1,2	2,1	- 2,5

FONTES : FIBGE – Censos Demográficos de 1940 a 1991 e de 1996.

Obs. Os dados 1991/96 foram por nós inseridos nesta Tabela, a partir de dados do FIBGE..

A inversão da população do meio rural para o urbano e o decréscimo significativo da população rural a partir da década de 80, quando o município ressentiu-se da crise econômica, encerrando as atividades de duas Usinas de açúcar, ficam demonstrados na tabela acima, pelos dados censitários.

Outras informações organizadas pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação Regional da Universidade Metodista de Piracicaba, constam da tabela de evolução e composição do pessoal, ocupado por setor de atividade, classificados em agropecuário, industrial, comércio e serviços, apresentados na Tabela IX, abaixo:

Tabela IX: *Evolução e Composição do pessoal ocupado, segundo setor de atividade, do município de Rio das Pedras/SP.*

Setor de Atividade	ANO 1970		ANO 1975		ANO 1980		ANO 1985	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
Agropecuário	2.102	72,1	1.953	63,9	1.793	53,6	1.499	36,3
Industrial	597	20,4	807	26,5	1.093	32,7	2.026	49,2
Comércio	162	5,6	203	6,7	276	8,3	403	9,8
Serviços	56	1,9	89	2,9	179	5,4	192	4,7
Totais	2.917		3.052		3.341		4.120	

Fonte: FIBGE Censo Industrial 1970/1975/1980/1985; Censo Agropecuário 1970/1975/1980/1985; Censo Comercial e de Serviço 1970/1975/1980/1985.

Podemos observar, no quadro acima, a concentração de atividades nos setores agropecuário e industrial, ambos com fortes vínculos na monocultura canavieira, visto que, tanto a agricultura como a industrialização da cana-de-açúcar, após a ampliação, a partir de 1975, com o advento do Proálcool, tiveram forte presença no município de Rio das Pedras.

Utilizando-nos dos dados constantes do FIBGE na Contagem da População de 1996 (Anexo I), verificamos também que, do início da década de 90, até 1996, a população que aportava no município vinha especialmente de outras cidades do Estado de São Paulo; em segundo lugar, o maior número veio do Estado do Paraná, depois da Bahia, Ceará, Espírito Santo e Paraíba, migração essa que correspondia a quase 10% da população existente. Nesse período, a taxa de crescimento populacional havia sido de 2,1% no município de Rio das Pedras.

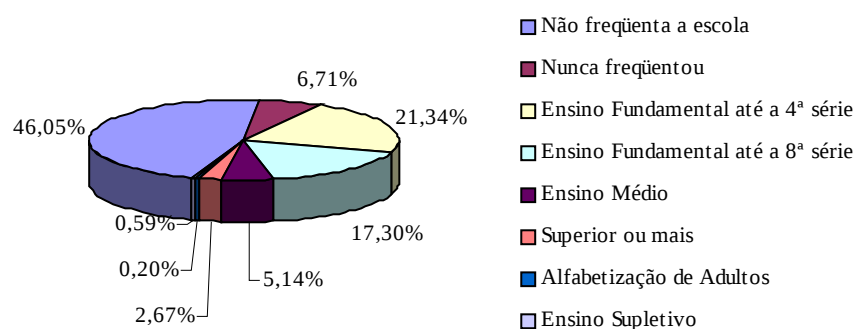
Os moradores por domicílios permanentes estavam na média de 4 pessoas cada, sendo 2 do sexo masculino e 1,94 do sexo feminino, na zona urbana. Nos domicílios improvisados, constaram apenas homens na quantidade de 1 para cada domicílio, caracterizando aqueles que se encontravam no município sozinhos e para trabalhar.

Na zona rural, os homens eram 2,17 para 1,97 mulheres num total de 3,98 pessoas por domicílio, tanto permanentes, como nos chamados improvisados.

Na década de 80, a população do município de Rio das Pedras estava concentrada na faixa infantil e jovem, até 24 anos. Havia também um número significativo na faixa etária de 40 a 50 anos. No início da década de 90, a concentração infantil e jovem se manteve, agora até os 29 anos. Na contagem de 1996, também pelos dados do FIBGE, a concentração da população esteve por volta de 29 anos e, na seqüência, uma população significativa dos 30 aos 50 anos, com predominância para o número de homens sobre o de mulheres.

Outro dado importante, observado nessa mesma fonte, é relativo ao nível de escolaridade da população, em 1996, conforme Gráfico no. 1, abaixo:

Gráfico 1 - Nível de Escolaridade



Podemos observar que, quanto ao nível de escolaridade da população em geral, há uma significativa parcela que freqüenta ou freqüentou o ensino fundamental, até 8ª. série. É maior na faixa que vai de 4 a 7 anos de escolaridade, dentre aquela “não freqüente à escola”,

possivelmente em razão da alta concentração de população nas faixas que vão até os 24 anos de idade. Trata-se, portanto, de um município com um alto índice de população jovem com acesso à escola formal do ensino fundamental. Já nos índices “sem instrução” e “nunca freqüentou a escola”, relativamente ao número da população que freqüentou apenas o chamado ensino fundamental, ela é de 6,71%. Quanto aos níveis médio e superior, não atingiram a 10% do total da população, em 1996.

Segundo dados fornecidos pela Delegacia de Ensino de Capivari, da Secretaria Estadual da Educação, órgão estadual responsável pelo acompanhamento do trabalho das escolas do município de Rio das Pedras, o número de vagas nas quatro escolas públicas municipais e duas estaduais, todas do ensino fundamental, ou seja, de 1^a. a 8^a. séries do primeiro grau e duas estaduais de segundo grau, sendo uma com especialização em magistério ou formação para professores do ensino fundamental, abrange a totalidade de alunos, não estando ninguém fora de matrícula, nessa fase. A informação da Delegacia de Ensino acrescenta, ainda, ser o município de Rio das Pedras, um daqueles em que há sobras de vagas para o ensino fundamental, o que significa um desempenho favorável.

Quanto às creches, apesar de haver quatro ao todo e administradas pelo poder público municipal, através do setor da educação, conforme orienta o sistema municipalizado e a Constituição Brasileira, as vagas existentes atingem até 320 crianças. Este serviço

está defasado diante das necessidades das famílias, não atendendo à demanda existente.⁴⁷

Ainda na área da educação, além das quatro creches já citadas, há um Centro Educacional de Assistência ao Deficiente que atende a 130 crianças e adolescentes, que necessitam de serviços especializados. A Prefeitura Municipal faz ainda o transporte de crianças para Piracicaba, cidade vizinha, em razão das necessidades de atendimentos especializados que têm. Este serviço atende por volta de 20 crianças e adolescentes e ambos são totalmente mantidos com os recursos da área de educação do município.

Há ainda, uma escola profissionalizante de ensino médio voltada para a agricultura, chamada de Escola Técnica Agrícola, pertencente à Fundação Paula Souza. Hoje ela desenvolve programas de formação profissional em algumas áreas, como agropecuária, enfermagem e outras. Esta escola, no entanto, tradicionalmente não recebe alunos do próprio município. Existente há vários anos, é muito utilizada por alunos das mais variadas regiões do Estado e das cidades próximas ao município de Rio das Pedras, oferecendo alojamentos durante o período do curso. Não têm conseguido, no entanto, estimular o interesse dos jovens locais, apesar de grande parte deles ser filho de agricultor. Independentemente destes dados e, em razão das mudanças nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação e da legislação estadual,

⁴⁷ Dados constantes de Relatórios do Serviço Social Municipal, a partir de programas sócio-educativas com famílias.

esta escola modificou totalmente suas atividades de ensino a partir de 1999, deixando de desenvolver aquelas exclusivas para a agropecuária. Ela permanecerá no município onde tem patrimônio próprio, como também continuará a utilizar-se de auxílios do poder público municipal. No entanto, demonstra estar aberta às parcerias em atividades do interesse do município, dentro dos limites da legislação que a organiza.

Existem ainda os serviços públicos estaduais como a Vara Distrital e a Promotoria Pública, que funcionam num prédio cedido pela Prefeitura Municipal. Há também a Casa da Agricultura, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo; as Polícias Civil e Militar. No âmbito municipal, há uma Guarda que contribui com os serviços gerais de segurança pública.

Há um Posto do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e um Centro de Saúde atuando integradamente no sistema municipalizado do SUS.

No setor de saúde municipalizado, o maior atendimento da população é realizado pela Fundação Municipal de Saúde, uma autarquia que responde pelos serviços de ambulatório, com diversas especialidades médicas e serviços. É responsável pelos encaminhamentos para serviços médicos especializados no Hospital local ou para outras localidades através do Sistema Único de Saúde – SUS, do qual é filiada.

Na área da assistência social, há duas entidades particulares que atendem à famílias e aos idosos em situação de abandono e pobreza

absoluta, compondo com os serviços municipais, mais uma alternativa para atendimento das emergências sociais da população de baixa renda, que é significativa no município. Há também a Pastoral da Criança, da Igreja Católica, que desenvolve o programa de saúde voltado para a prevenção da mortalidade infantil no município, apresentando dados bastante positivos. O índice de mortalidade infantil do município de Rio das Pedras, em 1999, foi de 16,51 p/mil, segundo dados do Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos – SEADE, fornecidos pela Divisão Regional de Saúde de Piracicaba.

Já os serviços de assistência social, estão concentrados no Serviço Social Municipal que, dentro da estrutura funcional da Prefeitura, é parte da Secretaria da Educação, sob a supervisão do Fundo Social de Solidariedade presidido pela primeira dama e vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal. São dois profissionais de Serviço Social que realizam as atividades de plantão, a partir das quais, são feitas as ajudas materiais e os encaminhamentos de pessoas e famílias classificadas como carentes, ou seja, com baixo nível sócio-econômico, atendimento esse que visa as situações emergenciais.

Através do Serviço social Municipal, são desenvolvidos programas e/ou projetos sociais, subsidiados ou não, com verbas estaduais e/ou federais, voltados para atividades sócio-educativas para crianças e adolescentes, gestantes, idosos e adultos, como cursos pré-profissionais e profissionais e formação de grupos sociais de atividades

educativas. Este setor é responsável ainda, pela execução do Artigo 75º. da Lei Orgânica Municipal que determina a distribuição de ajuda financeira à deficientes e de um programa estadual de distribuição de leite para as crianças. Há alguns anos, gerencia técnica e financeiramente um programa estadual que distribui subsídios financeiros às famílias de baixa renda, por um período de 12 meses, programa esse que tem critérios próprios de concessão.

Este é também o setor que executa a distribuição de medicamentos e autoriza os transportes de doentes para outras localidades, serviços esses bastante utilizados, especialmente no período da entressafra da cana-de-açúcar, ou seja, no período em que, significativa parcela da população trabalhadora do município encontra-se desempregada e sem os direitos da seguridade social.

Os programas e projetos da área da assistência social do município de Rio das Pedras fazem parte do Plano Municipal de Assistência Social, elaborado pelos técnicos da Prefeitura Municipal e colocado em votação nas reuniões de deliberação dos Conselhos Municipais de Assistência Social e de Direitos da Criança e do Adolescente, já que ambos encontram-se em gestão plena no município, ou seja, têm estrutura administrativa para funcionar com gestores nomeados pelo Prefeito Municipal.

Além das dificuldades financeiras e do não cumprimento do que foi planejado, outro grande obstáculo, na maioria dos municípios, é o

fraco desempenho dos conselheiros e o despreparo para desenvolver seus trabalhos, baseados no desconhecimento do processo de descentralização, de participação social e política e da necessidade de um maior conhecimento da realidade local, para que os programas e projetos sociais, atinjam as necessidades reais da população.

Aliada a esses fatores, está a pressão exercida pelos Prefeitos Municipais, aí incluído o do município em estudo, no sentido de levar as deliberações a acolherem programas/projetos de seus interesses políticos, através dos representantes do poder público municipal. Além disso, a ausência de participação e representatividade da população nesses Conselhos, faz destes, muito mais um instrumento da política partidária dirigente no município.

É ainda do Serviço Social Municipal, o atendimento dirigido aos funcionários municipais realizado por duas assistentes sociais. Neste último ano, de 1999, esses dois profissionais, também responderam pelo trabalho de seleção das famílias e das pessoas desempregadas, para serem beneficiadas por cestas básicas e para participarem das “frentes de trabalho” organizadas por determinação do Poder Executivo, com Lei aprovada pela Câmara Municipal.⁴⁸

Segundo os relatórios daquele Setor, este programa para desempregados atingiu em 1999, 40 pessoas, e até abril de 2000, mantida somente a “frente de trabalho”, já havia atingido cerca de 30

⁴⁸ O Programa recebeu o nome de “Cidade Limpa” e foi aprovado pela Lei n. 2077 de 4 nov 1999.

trabalhadores desempregados, entre homens e mulheres. Desses trabalhadores, 80% eram oriundos da lavoura canavieira, que aguardavam vagas para o período da safra (corte da cana-de-açúcar) que teria início no mês de maio seguinte. Este tipo de programa previa um rodízio das pessoas desempregadas, de três em três meses para cada grupo de 15 pessoas, sem que pudessem retornar. Pela avaliação feita no primeiro trimestre de 2000, os técnicos previam a manutenção de outras 30 pessoas, perfazendo um total de 60 pessoas, ainda no primeiro semestre. Na realidade, essas pessoas não teriam oportunidade de trabalho na lavoura canavieira em razão das condições gerais que apresentavam. Já este programa, de caráter eminentemente emergencial, poderia atingí-los na razão direta da condição precária de suas vidas.

O comércio e os serviços de Rio das Pedras são de pequeno porte, mas atendem às necessidades básicas da população. São cinco agências bancárias, um Hospital, algumas clínicas particulares médicas e odontológicas, dois clubes de lazer, um posto telefônico e uma agência dos Correios.

O único serviço de transporte intermunicipal liga a cidade à Piracicaba, à Mombuca e à Capivari, ou seja, aos municípios limites. Com Piracicaba, distante 13 km, Rio das Pedras tem uma relação bastante estreita, especialmente porque os organismos públicos, comerciais, de serviços e outros, utilizados por ele cotidianamente, nela se localizam, o que a torna catalisadora dessas atividades complementares.

Há também a representação de dois sindicatos de trabalhadores, com postos no município: o da Indústria da Alimentação e o Rural.

O Município conta também com uma indústria de médio porte na área de alimentação que, nos últimos três anos, não ampliou o número de vagas de trabalho. Apesar disso, é a empresa que mais possibilita arrecadações ao município, segundo a Assessoria do Gabinete do Prefeito Municipal, seguida das usinas de açúcar e depois, as metalúrgicas fabricantes de peças para agro-pecuária. Há ainda uma fábrica de bebidas, de pequeno porte, e uma engarrafadora de aguardente, remanescente das tradicionais que houve na cidade. No início do ano 2000, instalaram-se no município, duas indústrias e um comércio, de pequeno porte, com apoio do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e da Prefeitura Municipal que, ao todo, previa a contratação de até 300 pessoas.

Essas atividades absorvem mais de 1000 pessoas, com contratos de trabalho permanentes. No entanto, não são mais importantes para o município que os serviços oferecidos pelo setor canavieiro. O trabalhador canavieiro dificilmente é absorvido pelas indústrias, pelo comércio ou pelos serviços ocorrendo que, na entressafra, permaneçam desempregados ou em serviços precários.

A agricultura é a principal atividade econômica de Rio das Pedras sendo a canavieira, a mais importante, apresentando um plantio

entre 80 e 90% da sua área cultivável, caracterizando a monocultura canavieira. Apresenta ainda os cultivos de milho, soja, trigo, feijão, algodão, legumes e verduras e inicia, numa grande propriedade canavieira, o cultivo do café em substituição à cana-de-açúcar.

Outra atividade a ser considerada é a pastagem, com a criação de gado leiteiro e de corte, a suinocultura, a avicultura de corte e produção de ovos e a criação de cavalos. Estas atividades ocupam juntas, uma área de 1.842,60 hectares, que corresponde a quase 20 % da área rural do município⁴⁹.

Quanto às propriedades rurais, a mesma fonte nos informa que estão concentradas nos grupos de 10 a 200 hectares de área (pequenas e médias propriedades), mas estão cadastrados no município, onze com mais de 500 hectares de área classificadas como grandes propriedades.

Portanto, a agricultura em geral e a agroindústria canavieira em particular, têm grande importância no cenário econômico do município. Para garantir o funcionamento das duas usinas de açúcar, uma de médio e outra de pequeno porte e do engenho de aguardente, 50% da área de 14.356,80 hectares, cultivada com a cana de açúcar no município, é de propriedade das empresas industriais (usinas/engenho). Os outros 50% são formados pelos médios e pequenos proprietários, a grande maioria, fornecedor de cana-de-açúcar. Parte significativa deles

⁴⁹ Informações constantes dos Relatórios de 1999 da Casa da Agricultura “Dr. Romano Cury” da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

arrenda suas terras para as usinas ou para grandes proprietários, para que seja desenvolvido o cultivo da cana-de-açúcar, e recebem por isso. Somente aqueles que trabalham familiarmente, ou seja, possuem pessoas da família para trabalhar na lavoura canavieira, realizam este trabalho por conta própria.⁵⁰

Para compreendermos a dinâmica desse setor denominado de “complexo canavieiro” (Ramos, 1999) em razão da sua forte presença no município enfocado nesse nosso estudo, além dos dados acima apresentados, desenvolveremos a seguir o item sobre a realidade da estrutura agrária e da monocultura canavieira em Rio das Pedras.

3.2. A estrutura agrária e a monocultura canavieira

A região de Rio das Pedras foi uma das que recebeu, no final do século passado (1881/1882), estímulo para retornar à cultura da cana-de-açúcar, através da construção dos “Engenhos Centrais” subsidiados pelo governo e com programas específicos. Estes programas, apesar dos subsídios governamentais, não ultrapassaram a Proclamação da República (1889). Foram vendidos os Engenhos Centrais de Piracicaba, de Villa-Raffard, hoje Capivari e Porto Feliz, dentre outros, para a Sociéte

⁵⁰ Idem, ib Nota 55.

de Sucreries Brésiliennes, empresa francesa que desenvolveu essa atividade nesta região, até quase a metade do século XX.

A montagem dos pequenos engenhos, chamados “banguês”, esteve presente na história do desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar em Rio das Pedras visto que, esta cidade, teve seu primeiro engenho em 1817, até o advento das chamadas “usinas de açúcar”, na segunda metade do século XX. Foi também protagonista na história da cafeicultura paulista que conviveu durante um longo tempo, com a cultura da cana-de-açúcar até que esta, após a crise de 1929, tomasse a dianteira na economia da região e do Estado de São Paulo.

O depoimento de uma moradora antiga da cidade, feito em 1994 num documento histórico em comemoração aos 100 anos do aniversário da cidade, recupera a memória e imagens de fatos reais e desvenda a história recente do município de Rio das Pedras, ao declarar que “... depois do café, na crise de 29, muitos fazendeiros perderam tudo, foram embora daqui, houve muita evasão, muitas casas vazias, trinta casas vazias numa ocasião, não tinha indústrias, não tinha nada. Então as famílias iam para outras cidades procurar um meio para trabalhar. Daí, muitos começaram a plantar cana, eles faziam pinga; em quase todas as fazendas tinha engenhos, plantavam cana para fazer açúcar batido, açúcar demerara que era para exportação e os fazendeiros e sitiantes tinham uma cota de açúcar que o governo incentivava. Desses

fazendeiros e sitiantes daquela época surgiu a Usina Bom Jesus com a cota de açúcar batido(P. M. de Rio das Pedras, 1996, p.17).

Com a volta da cultura da cana-de-açúcar, a introdução das fábricas no campo com alta capacidade de produção, as chamadas usinas, tornaram-se obsoletas àquelas instalações pequenas. No entanto, os engenhos que antecederam as grandes usinas permaneceram e existem até hoje no município, sendo um deles médio produtor de aguardente e xarope e significativo economicamente. Os donos são grandes proprietários de terras e monocultores canavieiros.

As construções das primeiras usinas de açúcar ocorreram no município no início dos anos 50 e foram quatro ao todo: Usina Bom Jesus S/A, Usina Santa Helena S/A, Usina São Jorge S/A e Usina São José S/A, todas de propriedade de grandes agricultores canavieiros como também proprietários de extensas terras, situação que permanece até hoje.

Até o início dos anos 60 havia lavouras de café no município. A substituição da cultura do café pela da cana-de-açúcar deu-se, decisiva e significativamente, a partir de 1975, com o Programa Nacional do Alcool – Proálcool, que, com subsídios governamentais, promoveu uma ampliação da cultura da cana-de-açúcar, a qual no município de Rio das Pedras foi de 26% segundo estudo de Perez, et al (1991, p. 44).

Quanto à instalação de destilarias de álcool, a maior parte delas, foi acoplada às usinas já existentes e não organizada como unidade autônoma, o que também ocorreu em Rio das Pedras.

Com a crise dos anos 80, duas usinas-de-açúcar de propriedade do mesmo grupo econômico, foram fechadas. Permanecem em atividade: uma usina de médio porte (Usina Santa Helena S/A) com produção de 18.000 sacas/diárias de açúcar e 300.000 litros de álcool; outra, de pequeno porte (Usina São José S/A), consegue triturar 5.000 toneladas/dia e também produz açúcar, álcool, melaço e reaproveita o bagaço. Há ainda um engenho de aguardente (Engenho Irmãos Basílio e Saliba Ltda), remanescente daqueles do segundo ciclo canavieiro conforme classifica Andrade (1994, p. 20), construídos a partir de 1950, produzindo hoje aguardente para indústria de bebidas e melaço, utilizado na indústria de condimentos culinários. Há ainda alguns engenhos, com funcionamento esporádico produzindo aguardente. Essas produções justificaram ter havido no município, por diversos anos, o engarrafamento industrial da aguardente de cana-de-açúcar.

Quanto às propriedades rurais, a maior parte delas está entre 10 e 100 hectares. Estão também cadastradas no município, 33 propriedades entre 200 e 500 hectares. De 500 a 1000, existem sete propriedades cadastradas. Rio das Pedras tinha, em 1992, 355 imóveis rurais abrangendo 19.196,2 hectares de área rural. Em 1995,

cadastraram-se 333 propriedades num total de 17.855,9 hectares. Já em 1999, cadastraram-se 381 propriedades num total de 18.768,8 hectares.⁵¹

Para melhor apresentar a estrutura fundiária do município de Rio das Pedras, segue abaixo, a Tabela X, com os dados constantes do Projeto LUPA 95/96, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo que atualiza anualmente 20% dos dados levantados:

Tabela X : Estrutura Fundiária do Município de Rio das Pedras/SP

ESTRATIFICAÇÃO	No. PROPRIEDADES	% TOTAL	ÁREA (ha)
0,1 a 5,0 ha	56	14	188,60
5,1 a 10,0 ha	81	21	615,20
10,1 a 20,0 ha	94	24	1.392,50
20,1 a 50,0 ha	75	19	2.280,70
50,1 a 100,0 ha	44	11	3.015,70
100,1 a 200,0 ha	14	04	1.982,20
200,1 a 500,0 ha	18	05	4.840,30
500,1 a 1.000 ha	08	02	5.346,00
TOTAL	390	100	19.662,20

Fonte: Projeto Lupa 95/96 da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Nesse cadastramento, encontram-se 390 propriedades rurais num total de 220 proprietários. As 11 maiores propriedades ocupam uma área de 12.168,5 hectares, que corresponde a mais de 60% da área

⁵¹ Dados coletados no escritório local do INCRA, hoje pertencente ao Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Segundo informações desse escritório, apesar das exigências legais, nem todas as propriedades rurais se recadastram anualmente.

rural do município. Outras 231 propriedades de até 20 hectares, ocupam uma área de 2.196,3 hectares, ou seja, 11% daquela área. A maior propriedade cadastrada tem 819,40 ha e tem como proprietária, a Usina Santa Helena S/A. Rio das Pedras possui 19.662,20 hectares, considerados zona rural, de uma área total de 22.600,00 hectares.

Será nessas grandes e médias propriedades que iremos encontrar as atividades para os chamados trabalhadores rurais, principais sujeitos deste estudo. Dentro da realidade abordada, interessa-nos a trajetória desses trabalhadores, suas condições de trabalho e de vida e todas as formas de relações sociais, políticas e econômicas no contexto da monocultura canavieira.

Este trabalhador, na busca do emprego que lhe dá dignidade e sustento, é o que enfocaremos a seguir, dando continuidade à temática deste capítulo.

3.3. O trabalhador rural na busca do emprego

Em razão da tradição na produção da aguardente, popularmente conhecida por “pinga”, a única engarrafadora ainda existente no município emprega hoje 250 pessoas e, é um campo de trabalho que absorve parte da população trabalhadora que não possui

muita escolaridade ou especialização para a indústria. Hoje, a indústria exige, nas contratações, um pouco mais de qualificação do trabalhador.

Há também uma tradicional indústria de implementos agrícolas para a lavoura de cana-de-açúcar, existente desde os anos 60, empregando 200 pessoas, qualificadas como metalúrgicos. Boa parte deles é empregado antigo, há muitos anos na empresa, moradores da cidade e, até então, não foi substituído por novos trabalhadores, fato este considerado positivo, já que esses empregos estão sendo mantidos na cidade.

Há ainda algumas empresas de pequeno porte que contratam até 10 pessoas, quadro esse que pouco se altera em razão das pequenas modificações/ampliações por que passam. Os demais setores de emprego, especificamente de comércio ou de serviços, são bastante restritos na contratação da mão-de-obra, visto que é bastante pequeno o movimento que o município apresenta.

Permanecem empregadas cerca de 500 pessoas na indústria de alimentação, instalada na cidade a qual, no entanto, não absorve toda sua mão-de-obra em trabalhadores locais, tendo em vista a especialização exigida, pelo tipo de maquinário que utiliza. Além disso, em razão do aperfeiçoamento tecnológico, são necessárias, cada vez menos pessoas, para fazer movimentar as máquinas e dar volume à produção. A importância dessa empresa para o município está mais nas

arrecadações de impostos que ela possibilita do que nos empregos que oferece.

Contudo, Rio das Pedras tem apresentado alto índice de desemprego. A maior parte dos trabalhadores existentes é canavieiro, analfabetos ou semi-alfabetizados e sem qualificação para o trabalho industrial, comercial ou de serviços. São os chamados “ajudantes gerais” que desenvolvem trabalhos temporários na entressafra ou na “parada” e, nos períodos de safra (corte da cana-de-açúcar) voltam-se para aquela atividade.

Verificamos ainda que, o típico trabalhador cortador de cana, tem muita dificuldade em se adaptar a outro tipo de atividade. Ao mesmo tempo, os demais setores hesitam em aceitar este tipo de trabalhador acostumado ao trabalho canavieiro, por considerá-lo despreparado.⁵²

Na região de Piracicaba, a redução de vagas no corte de cana-de-açúcar, de 1998 para 1999, foi de 50 %. No entanto, segundo o Jornal de Piracicaba, (1 ago 1993) as indústrias canavieiras dizem estar mantendo, na safra de 1999, o mesmo nível de produtividade dos últimos anos, consequência da implantação de sistemas e tecnologias próprias da reestruturação produtiva ocorrida na década de 90.

Quanto ao corte da cana-de-açúcar, nas grandes fazendas do município, de propriedade da Usina Santa Helena S/A, de médio porte,

⁵² Informações colhidas em entrevista com o Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Capivari e com Assessoria de Gabinete da Prefeitura Municipal de Rio das Pedras.t

que tem terreno propício, já estão sendo utilizadas duas máquinas cortadeiras. Cada uma delas substitui de 60 a 100 trabalhadores.

Segundo dados coletados junto a um dos fornecedores de cana, que assumiu a terceirização da mão-de-obra dos trabalhos agrícolas dessa Usina, as máquinas estiveram em funcionamento desde 1998. Conforme publicação Jornal Cana (nº 60, 1998,p11) para a safra 2000/2001, mais duas estarão trabalhando naquelas mesmas propriedades da Usina, cujos proprietários/usineiros, são membros do Grupo Ometto, tradicional neste ramo de atividade no Estado de São Paulo. Já na Usina São José S/A, de pequeno porte, esta máquina ainda não foi adquirida continuando o trabalho a ser realizado da forma tradicional.

Esta região, onde se inclui Rio das Pedras, chegou a ter, no final dos anos 80, até 40.000 trabalhadores rurais no período da safra⁵³, sendo grande parte deles, oriunda de outros Estados brasileiros. Essa presença maciça de trabalhadores provocava um grande movimento comercial e de serviços, apesar de também ampliar significativamente, as necessidades de atendimento nas áreas de saúde e assistência social como alimentação, moradia, transporte. Verificou-se também ocorrências policiais em razão de brigas e desentendimentos e consumo de bebidas alcoólicas.

⁵³ Dados fornecidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capivari.

Foi observado⁵⁴ que, na safra de 1999, houve em Rio das Pedras e até mesmo na região próxima, um menor movimento de trabalhadores rurais canavieiros vindos de outros Estados brasileiros, confirmando as notícias veiculadas pelos jornais.

A Usina São José S/A, em 1999, das 350 pessoas contratadas, não mandou buscar os 120 mineiros, do Vale do Jequitinhonha, que vinha trazendo anualmente, para o corte da cana-de-açúcar. Ampliou a terceirização da mão-de-obra através dos “turmeiros” locais e, para a safra 2000/2001 a situação permaneceria a mesma,⁵⁵ quando enfatizaram que a preferência tem sido dada para moradores de Rio das Pedras e “turmeiros” organizados, que possuam empresas de prestação de serviços regularizadas e prestem serviços de nível profissional, para o que já havia sido feita uma “seleção dos contratados” (sic) pela Usina. Em 1998, esta mesma Usina havia contratado 400 pessoas sendo parte pela empresa agropecuária que possui, e parte, através de “turmeiros” ou seja, de mão-de-obra terceirizada.

Além das mudanças estruturais sofridas pelo mundo do trabalho, que alterou as relações trabalhistas, especialmente nos últimos cinco anos, um esforço político empreendido pelo Prefeito Municipal de Rio das Pedras e sua assessoria, no sentido de que fosse dado, pelas usinas locais, um maior número de vagas/empregos, a partir da safra de 1999, aos moradores do município, contribuiu para a garantia da

⁵⁴ Informações recebidas através das entrevistas com os técnicos do Serviço Social Municipal e com a Assessoria de Gabinete da Prefeitura Municipal de Rio das Pedras.

contratação do maior número possível de trabalhadores locais e a conseqüente independência dessas pessoas, dos serviços assistenciais da Prefeitura Municipal.

Foram as dificuldades financeiras da Prefeitura Municipal que comprometeram os serviços à população e muitos deles deixaram de ser executados ou foram reduzidos drasticamente, tanto na área da saúde, como na educação, nos programas de assistência social, nos programas habitacionais, de construção de infra-estrutura e outros.

Quanto à Usina Santa Helena S/A, contratou por volta de 700 trabalhadores em 1998 e iniciou um processo de terceirização da mão-de-obra para o trabalho na lavoura, no período da safra. Em 1999 ampliou esse processo e, na safra 2000/2001 terceirizou totalmente este trabalho que foram assumidos por grandes proprietários do município, fornecedores de cana e que possuíam estrutura para a realização desse trabalho como tratores, caminhões, carregadeiras e outros, mantendo nas mãos da usina, apenas as áreas técnicas e de fiscalização com a função de orientar, quanto ao momento adequado, para a execução do trabalho do corte da cana-de-açúcar. Toda a mão-de-obra necessária seria arregimentada por esses terceirizadores.

Segundo informações colhidas em entrevistas com um desses terceirizadores, fornecedor de cana de grande porte da Usina Santa Helena S/A, nesse novo sistema, para cortar 2000 hectares de

⁵⁵ Dado fornecido pelo setor de Recursos Humanos da Usina São José S/A.

cana-de-açúcar, incluindo aí as suas propriedades mais as terceirizadas, nesta safra, não serão ocupados 100 trabalhadores. Além da redução na quantidade da mão-de-obra, o custo operacional para a usina também será reduzido e este é o seu maior objetivo.

Para a empresa agrícola terceirizadora, a atividade assumida é viável economicamente, pois otimiza suas máquinas e conduções além de ampliar a movimentação financeira do negócio agrícola (ver Jornal Cana, 1998, nº 60, p.11). O fornecedor/terceirizador deverá ter todos os trabalhadores, no período da chamada “safra” com o registro em carteira profissional, através da empresa de prestação de serviços que contratou e deverão ser pagos os valores estabelecidos na Convenção Coletiva da Categoria para a safra 2000/2001, conforme Anexo II deste trabalho e o Quadro abaixo:

Quadro I – *Valores estabelecidos pela Convenção Coletiva de Trabalho – Setor Canavieiro – Vigência 1/5/2000 a 30/04/2001*

1- SALÁRIO PISO SEM HORA DE TRANSPORTE	R\$ 235,22
2- SALÁRIO PISO COM HORA DE TRANSPORTE	R\$ 283,24
3- DIA DE SERVIÇO SEM HORA DE TRANSPORTE	R\$ 7,85
4- DIA DE SERVIÇO COM HORA DE TRANSPORTE	R\$ 9,45
5- PREÇO DE TONELADA DE CANA DE 18 MESES	R\$ 1,5004
6- PREÇO DE TONELADA DE CANA DAS DEMAIS	R\$ 1,4240
7- POR HORA “SEM HORA DE TRANSPORTE”	R\$ 1,069
8- POR HORA “COM HORA DE TRANSPORTE”	R\$ 1,60

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capivari e Região.

É interessante comparar esses valores pagos pelo trabalho, na safra da cana-de-açúcar do Quadro I, com os valores de 1998/99, (mantidos para 1999/2000), também estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho do Setor Canavieiro, válido para o território do Estado de São Paulo, que seguem abaixo:

Quadro II: *Valores estabelecidos pela Convenção Coletiva de Trabalho – Setor Canavieiro – Vigência 01/05/1998 a 30/04/1999*

1- SALÁRIO PISO SEM HORA DE TRANSPORTE	R\$ 221,91
2- SALÁRIO PISO COM HORA DE TRANSPORTE	R\$ 267,21
3- DIA DE SERVIÇO SEM HORA DE TRANSPORTE	R\$ 7,39
4- DIA DE SERVIÇO COM HORA DE TRANSPORTE	R\$ 8,89
5- PREÇO DE TONELADA DE CANA DE 18 MESES	R\$ 1,4155
6- PREÇO DE TONELADA DE CANA DAS DEMAIS	R\$ 1,3434
7- POR HORA “SEM HORA DE TRANSPORTE”	R\$ 1,01
8- POR HORA “COM HORA DE TRANSPORTE”	R\$ 1,51

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capivari e Região

Com um aumento no valor do salário de 6%, pouca diferença houve na média de pagamento observada em 1998/99 e 1999/2000, que estiveram na faixa de R\$ 300,00 mensais para trabalhadores com produtividade média, ou seja, de 200 metros por dia ou 5 a 6 toneladas de cana cortada. Aqueles que produzem bem, cortam de 300 a 400 metros por dia ou 7 a 8 toneladas, e chegam a receber por volta de R\$ 500,00/mês, que é a média de produção do município, nos

dois últimos anos. Há informações de que existem trabalhadores que chegam à cidade somente para este serviço, chamados de “safristas”, são especialistas no corte da cana-de-açúcar e conseguem cortar 15 toneladas/dia, ou mais, de cana-de-açúcar. Esses trabalhadores são, na maioria das vezes, do Estado da Paraíba e já adquiriram fama por isso.

Quanto aos trabalhadores residentes no município, segundo os empregadores (intermediários ou “turmeiros”) há uma restrição significativa quanto à contratá-los, sob a alegação de dois principais problemas: o primeiro relaciona-se à produtividade extremamente baixa, ficando em média, entre 2 a 4 toneladas/dia. Também, não são assíduos, apresentando alto índice de absenteísmo, o que faz reduzir a produtividade do grupo em que trabalham, sem reduzir as despesas do empregador, com o seus pagamentos e encargos.

O outro problema, diz respeito à cobrança de direitos, através de reclamações trabalhistas. Por tratar-se de cidade de pequeno porte, todos os trabalhadores que fazem essas reclamações são apontados, tanto pelos colegas como pelos possíveis contratantes, passando a ter dificuldades para serem recontratados. É o que ocorre na chamada “seleção ou profissionalização dos trabalhadores”⁵⁶, tanto por parte das usinas através de suas empresas agropecuárias, como pelos intermediários ou empresários de prestação de serviços, os “turmeiros”.

⁵⁶ Grifo nosso.

A jornada de trabalho em geral, é das 6:00 às 17:00 horas. Para trabalhadores locais, é a possibilidade de trabalhar. Para aqueles de outros Estados, o valor pago nesta região, não está compensando o esforço da vinda, conforme publicado no Jornal de Piracicaba (1 ago 2000).

Desses trabalhadores que são de outras localidades, os chamados “safristas”, a grande maioria volta às suas cidades de origem. No entanto, anualmente ficam na cidade algumas famílias que vieram para o trabalho na safra canavieira. Este índice já foi de 10% no final da década de 80 e início de 90, quando os valores pagos, acrescidos da inflação, eram considerados bons. Com a estabilidade econômica implantada pelo Plano Real e a diminuição dos salários, reduziu-se muito a permanência dessas pessoas nas regiões canavieiras, eles têm preferido aguardar a nova safra em suas cidades de origem. Empiricamente, pode-se dizer que 1% dessas pessoas que chegam, têm interesse em permanecer na cidade. Não há dados estatísticos anuais que permitam aferir esses números com maior precisão.⁵⁷

Para melhor visualizar os dados e analisar as situações encontradas diante do objeto pretendido com este estudo, passaremos a apresentar os resultados obtidos buscando captar as transformações e a

⁵⁷ Observações feitas pelos técnicos do Serviço Social Municipal com base nos seus Relatórios Anuais.

permanência dos fenômenos que definiram o modelo de realidade encontrada no município canavieiro de Rio das Pedras, da denominada região canavieira de Piracicaba.

Assim é que, no próximo Capítulo, estaremos apresentando as análises dos eixos definidos por nós como norteadores deste estudo, ou seja: a questão das condições de trabalho do canavieiro, principal sujeito desta pesquisa, mais o aferimento de dados relativos ao período em que os trabalhadores se mantiveram empregados; tipos de contratos de trabalho que conseguiram manter; benefícios, sindicalização e busca de direitos trabalhistas; valores de remuneração e sua relação com a produtividade no trabalho e o comportamento individual do trabalhador canavieiro, entre outros.

No segundo eixo de análise, está presente a ingerência do “turmeiro” ou intermediador, na contratação da mão-de-obra da lavoura canavieira, e a forma e *modus* como ela vem se dando, bem como a reafirmação da sua presença, inclusive nas novas empresas “terceirizadoras” que continuam a se utilizar desses intermediários, entre o trabalho existente e o trabalhador contratado.

No terceiro eixo, o foco são as condições de vida desse mesmo trabalhador, observadas questões como renda individual e familiar, nível de escolaridade, condições de habitação, higiene e saúde, aferida pela incidência de doenças e vícios, acrescida das informações e dados sobre a utilização dos serviços sociais municipais, desenvolvidos

pela política pública da cidade, de ajuda solidária e a apreensão de bens materiais. Complementando os dados, constatamos os níveis de participação comunitária ou em movimentos sociais, de participação política e religiosa formando assim, o contexto desta avaliação.

A questão canavieira está apresentada no quarto eixo de análise, a qual, dentro da estrutura agrária do município, dá fundamento a este estudo. É dela que decorrem todos os fenômenos relativos à propriedade da terra e sua exploração econômico-social, todos os determinantes históricos e políticos. É ela quem define a permanência ou não das situações hoje vivenciadas, no âmbito da política e economia agrícolas em geral e da monocultura canavieira, em particular. Este eixo permeia todo o estudo como também os demais eixos de análises acima desenvolvidos.

CAPÍTULO IV: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS ESTUDADOS: O DESVENDAR DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE VIDA DOS CANAVIEIROS DE RIO DAS PEDRAS / SP.

4.1. As condições de trabalho dos canavieiros

Para melhor entendermos esta fase de apresentação do trabalho, faremos algumas considerações que irão introduzir as questões relativas às condições de trabalho dos canavieiros, objeto deste estudo.

O fenômeno da agudização da cultura canavieira provocada pela expansão acelerada desse cultivo, especialmente a partir de 1975, nas regiões canavieiras do Estado de São Paulo e, em especial desta região em estudo, provoca um impacto e um agravamento na ocupação da mão-de-obra sazonal que utiliza, na medida em que ela não permite mais a utilização das terras para outras culturas, fenômeno este que caracteriza a monocultura e inviabiliza outras oportunidades de trabalho não sazonal.

Um dos elementos mais influentes dentro dos problemas enfrentados na produção do açúcar e do álcool que trouxe significativas repercussões sobre o emprego da mão-de-obra no setor, foi a intervenção

estatal no sucroalcooleiro ao permear todo o comportamento empresarial no interior desse setor e se colocar ao lado dos impasses tecnológicos.

Ainda, são as definições quanto à produção de açúcar e/ou do álcool em razão das condições mercadológicas, especialmente após 1990, quando é extinto o Instituto do Açúcar e do Alcool e se dá o início do processo de desregulamentação do setor canavieiro, que os usineiros e fornecedores passam a ser, juntamente com suas associações representativas, os verdadeiros mandatários do setor.

Os fornecedores, pequenos e médios produtores de cana-de-açúcar, passaram a se sentir desprotegidos, ocorrendo então, novas formas de relacionamento usina/fornecedor, ainda baseadas na confiança pessoal e na palavra moral, como no início do século XX, quando as Usinas passaram a definir e expandir suas atividades e os produtores formaram as Associações de Fornecedores de Cana, com um papel intermediador importante entre eles e os usineiros. Os primeiros conseguiram se manter, investindo pouco; os segundos sobreviveram com o trabalho familiar e a solidariedade dos vizinhos. Quando os serviços passaram a ser assumidos pelas Usinas, arrendando as pequenas e médias propriedades, as despesas com a cultura da cana-de-açúcar foram todas cobradas, reduzindo ainda mais o rendimento obtido por esses produtores.

Realmente, são os usineiros e os grandes proprietários rurais parte deles pertencente aos grupos econômicos mantenedores das

Usinas de açúcar, os grandes empregadores desse setor. Os fornecedores, pequenos e médios, contratam poucas pessoas e apenas para o período do corte da cana-de-açúcar, quando conseguem pagar por este trabalho, já que o custo da mão-de-obra representa 10% das despesas que têm neste período, porcentagem esta considerada muito alta.⁵⁸

Dentro desse contexto estão também os empreiteiros de mão-de-obra, também conhecidos por “turmeiros”, que detêm uma função que interessa especialmente aos usineiros e grandes proprietários canavieiros, como também aos trabalhadores, que têm através deles, o trabalho garantido, ao menos no período da safra ou colheita da cana-de-açúcar.

Para desenvolvermos este estudo, organizamos, dentro deste eixo de análise, como também nos demais, os indicadores analíticos que consideramos importantes para, a partir das entrevistas, chegarmos a desvendar a realidade do município canavieiro de Rio das Pedras, conforme segue:

⁵⁸ Dado obtido nas entrevistas complementares, realizadas com os fornecedores de cana.

Condições de Trabalho dos Canavieiros	Indicadores Analíticos
1) Sob a ótica do trabalhador	a) Nível de sua qualificação profissional; b) Nível da exploração a que é submetido; c) Nível da relação patrão x empregado; d) Nível das expectativas e necessidades pessoais; e) Nível do conhecimento sobre seus direitos trabalhistas

No sentido de conhecer e analisar as condições de trabalho dos trabalhadores canavieiros do município de Rio das Pedras e, a partir dessas informações, reconhecer seus vínculos com as questões maiores que interferem na realidade estudada e que esta reflete, foram realizados contatos pessoais com trabalhadores da lavoura da cana-de-açúcar, selecionados dos cadastros do Serviço Social Municipal e de dois endereços conhecidos de moradias de trabalhadores canavieiros, que estavam trabalhando na safra de 1998/99, através de entrevistas semi-estruturadas (Anexo III). Os cadastrados concordaram, sem qualquer restrição, em ser entrevistados, bem como, os moradores de um dos endereços. Todos foram entrevistados em suas residências ou no local por eles alugados. Apenas duas foram gravadas e, as demais, foram anotadas durante a própria entrevista, acrescidas de relatórios diários, procurando não deixar de observar quaisquer outros dados importantes.

Foram realizadas entrevistas com oito trabalhadores sendo 50% (quatro) homens e 50% (quatro) mulheres, todos trabalhadores na lavoura canavieira, como profissão. Do grupo acima, 50% estavam no corte da cana-de-açúcar a quase 3 anos; 25% entre 5 e 10 anos e, 25%, há mais de 10 anos. Desses entrevistados, 87,5% faziam o corte da cana-de-açúcar, exclusivamente e, 12,5%, também trabalhavam no trato em geral dessa lavoura.

Apenas 12,5% tinham trabalho permanente na lavoura canavieira, ou seja, estavam completando um ano de contrato de trabalho com a empresa agropecuária da usina de açúcar. A atividade principal consistia em fazer a capinação e a aplicação de venenos, no período da entressafra. No período da safra, auxiliavam na limpeza, que é feita após a retirada das canas-de-açúcar já cortadas, do meio do canavial. Não haviam cortado cana durante esse ano de trabalho contratado. No ano anterior, tinham sido cortadores de cana com contrato de trabalho para o período da safra, na mesma usina em que permaneceram trabalhando. Os demais estavam todos no corte da cana-de-açúcar, naquela safra.

A média de produção dos homens estava em 300 a 500 metros ou 8 a 10 toneladas/dia. As mulheres disseram produzir de 180 a 200 metros ou 5 a 6 toneladas/dia, em média.

Do total de entrevistados, 37,5% não tiveram suas carteiras de trabalho assinadas na safra que transcorria e não tinham perspectiva de contrato para a safra seguinte. Achavam que permaneceriam

trabalhando da mesma forma: para turmeiros e sem contrato de trabalho. No entanto, 50% tiveram contrato de trabalho por tempo determinado para o período da safra.

Todos os entrevistados trabalhavam das 6,00 às 17,00 horas, de segunda-feira a sábado, sendo que o trabalho iniciava às 7,00 horas, com dois descansos de meia hora cada, encerrando-se às 16,00 horas. As duas horas ocupadas nas viagens são também pagas, conforme determina o dissídio coletivo da categoria.⁵⁹

Todos os trabalhadores tinham conhecimento quanto aos valores a serem pagos pelo seu trabalho, conforme negociações com seus empregadores, fossem eles os “turmeiros” ou as Usinas de açúcar. Não reconheciam os valores de seus salários, através do Sindicato, mas, tinham interesse em conferir com seus companheiros de trabalho, tanto a produtividade pessoal quanto os valores auferidos.

O total dos entrevistados afirmou, com segurança, conhecer o valor que receberiam quinzenalmente pelo trabalho. Os homens estavam recebendo em média, R\$ 200,00 a R\$ 250,00 por quinzena; as mulheres, de R\$ 120,00 a R\$ 150,00.

São duas as questões que podem ser analisadas através dos dados relativos aos trabalhadores que foram objeto desta pesquisa: o trabalho temporário e/ou permanente e a natureza dos contratos relativos a esse tipo de trabalho. Se tomarmos o trabalho manual, este estudo

⁵⁹ No dissídio coletivo ou Convenção Coletiva de Trabalho do Setor Canavieiro, 98/99 e 99/00 ficou estabelecido que o valor de viagem era de R\$1,51 e o dia R\$8,89. Já na safra 2000/01 é de R\$1,60 e R\$ 9,45, respectivamente.

focalizou aquele voltado para o corte ou a colheita da cana-de-açúcar, que ocorre numa determinada época do ano, geralmente entre os meses de abril e novembro. No entanto, a lavoura canavieira requer um contingente de trabalhadores para as atividades ligadas ao plantio e aos tratos culturais, realizados no período que é chamado de entressafra. Portanto, uma parcela desses trabalhadores manuais encontra trabalho o ano todo na lavoura canavieira, constituindo um contingente de trabalhadores permanentes nas condições atuais de desenvolvimento técnico desse setor. Dessa forma, e em alguns momentos, os trabalhadores encontram-se em trabalho temporário e, em outros, permanente, na razão direta do tipo de contrato que conseguem manter com seus empregadores. No entanto, são estas formas que estabelecem a condição de emprego desses trabalhadores com conteúdos de irregularidades ainda persistentes.

Se tomarmos por base os estudos de Perez et. al (1991), a situação encontrada no trabalho manual e seus tipos de contrato e situações de trabalho, podemos distinguí-los em quatro tipos: contratos temporários (AT) por tempo determinado (TD) com registro em carteira e sem registro em carteira; contratos permanentes (AP) por tempo indeterminado (TI) com registro em carteira e sem registro em carteira. Na Tabela abaixo apresentamos esses dados, encontrados neste estudo:

TABELA XI: *Dados relativos aos Tipos de Contratos e Formas de Trabalho dos Canavieiros de Rio das Pedras-SP. – Período 1998/1999.*

Tipo de Contrato	Total	Trabalham Safra e Entressafra %	Não trabalham entressafra %
AT/TD com Registro	50 %	25	25
AT/TD sem Registro	25 %	-“-	25
AP/TI com registro	12,5 %	12,5	-“-
AP/TI sem Registro	12,5 %	12,5	-“-
T o t a l	100 %	50	50

Legenda :- AT : atividade temporária; AP atividade permanente

TD : tempo determinado; TI : tempo indeterminado

Pela Tabela acima, se considerarmos a questão formal, os únicos trabalhadores que podem ser considerados permanentes são os que estão assegurados pelo contrato por tempo indeterminado com registro em carteira de trabalho que perfazem 12,5% da amostra. Os demais dados demonstram-nos que, 50% dos trabalhadores ficam desempregados na entressafra e não são registrados em carteira, 37,5%, sendo 12,5% no período de safra e 25% na entressafra. Os dados demonstram que é significativo o número de trabalhadores não registrados, mesmo diante das exigências do dissídio coletivo da categoria, que nesse caso, não é cumprido.

Para os trabalhadores contratados por tempo determinado e os contratados sem registro, a permanência na lavoura canavieira na

entressafra, está condicionada a dois fatores: a oferta de emprego e a atuação individual, enquanto cortadores de cana. Isso significa que, quando a demanda de mão-de-obra diminui, ficam somente os melhores trabalhadores, selecionados durante a colheita da cana. Essa estabilidade, no entanto, é questionada a cada safra, colocando em perigo a permanência no trabalho.

Temos ainda que, do total dos entrevistados, 87,5% trabalhavam para “turmeiros” ou para empresas prestadoras de serviços rurais e, 12,5%, para a Usina de pequeno porte existente no município.

Com relação à sua remuneração, entendiam que havia uma desproporção entre o próprio ganho em comparação com o de seus “turmeiros” (ou intermediários de seus contratos de trabalho) visto que, estes, ostentavam riquezas como carros novos e “vida boa” (sic). Apesar de não saberem que valor era destinado aos “turmeiros” por essa intermediação, tinham preferência por eles, até porque lhes davam garantia de trabalho. Quanto às Usinas, nos últimos anos, vinham fazendo poucos contratos diretamente com o trabalhador, mesmo através de suas empresas agropecuárias. A grande parte dos contratos de trabalho, vinha sendo feita pelos intermediários, situação essa que interessava aos usineiros.

Ainda com relação à renda auferida com o trabalho, 100% dos entrevistados classificaram-na de baixa remuneração, reduzida nos últimos anos, mesmo quando consideraram que essa renda possibilitou a

sua sobrevivência e a de suas famílias, bem como, permitiu a aquisição dos bens básicos como alimentação e roupas. Apenas aqueles ainda solteiros, disseram ter conseguido adquirir um bem de consumo durável, como por exemplo, um aparelho de som, e ainda levar algum dinheiro para ajudar a família. Disseram contar com atendimento de saúde pelo Sistema Único de Saúde – SUS, existente no município e não tiveram despesas maiores com este item. Revelaram até um certo alívio e satisfação por estarem trabalhando, com contrato/compromisso de trabalho para o período da safra, comparativamente com a situação de penúria em que se encontravam nas suas cidades de origem.

Apesar de manifestarem desejo de exercer outro tipo de trabalho, reconheciam essa impossibilidade visto que, 75% deles eram analfabetos e nunca haviam exercido outro tipo de atividade. Apenas uma das mulheres entrevistadas, que tinha escolaridade até o 2º. grau, tentava trabalhar nas empresas da cidade mas, até aquele momento, não tinha conseguido outro trabalho que não fosse no corte (safra) e trato (entressafra) da cana-de-açúcar.

Apesar de encontrarmos trabalhadores um pouco mais qualificados trabalhando como “safristas” (somente do período da safra) ou “volantes” (que se movimentam em razão do trabalho estando cada período em lugares diferentes), como são chamados nas lavouras canavieiras e nesta região de Piracicaba, especialmente nas fases de crises econômicas, conforme nos demonstram os estudos de Perez et. al.

(1991), são sempre safristas/volantes a parcela mais marginalizada de trabalhadores, cujas características combinadas, dificultam-lhes ainda mais o acesso a outros empregos que exijam maior qualificação. A sua própria origem rural dificulta sua adaptação ao meio urbano; o semi-alfabetismo/analfabetismo impede a oportunidade de qualificação para outros trabalhos rurais ou urbanos, fazendo com que permaneçam no trabalho da lavoura e, especialmente, na lavoura canavieira e até mesmo no corte da cana-de-açúcar, por todo o seu tempo de trabalho.

Quanto ao desemprego, conforme os dados coletados nesta pesquisa, 50% dos entrevistados não trabalhariam no período da entressafra, e 25% deles têm ficado sem trabalho nesse período, nos últimos cinco anos (ver dados da Tabela XI). Por isso, ficam dependentes dos programas assistenciais emergenciais e compensatórios desenvolvidos pela Prefeitura Municipal através do Serviço Social Municipal e Fundo Social de Solidariedade, da ajuda de políticos e das Igrejas que freqüentam.

Segundo informações colhidas nas entrevistas, 100% dos trabalhadores não recebiam qualquer benefício além dos direitos das Leis Trabalhistas e da Convenção Coletiva da Categoria (ver Quadros às fls.128, deste trabalho). Mesmo os que trabalharam sem contratos, tiveram seus “acertos” (sic) no final da safra, recebendo valores acordados e relativos às férias, 13^o. salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Aqueles que tiveram contrato de trabalho por um

tempo maior que seis meses, seriam beneficiados pelo Seguro Desemprego, segundo seus depoimentos.

Outros dados encontrados nesta e na pesquisa de Perez et al (1991, p.133), apontam que esses trabalhadores canavieiros identificaram na chamada “falta de controle dos patrões” e na ausência de fiscalização próxima a eles, um sentido de “trabalho mais livre”. Que, apesar de ser um trabalho cansativo, isso lhes dá uma compensação ao quadro de marcante pobreza em que vivem.

O pagamento por produção, aliado aos baixos salários dos últimos anos na lavoura canavieira do município em estudo e desta região açucareira, leva esses trabalhadores a buscarem maior produtividade, para garantir determinada renda mensal, o que lhes representa um grande esforço pessoal.

Verificamos também que, 100% dos trabalhadores entrevistados, consideraram esse trabalho muito pesado, difícil e esforçado. Os mais jovens e que se encontram entre 2 e 6 anos nessa atividade, não apresentaram problemas de saúde. Já os mais antigos e após os 35 anos de idade, disseram ter problemas alérgicos, de coluna (dores nas costas e pernas), especialmente as mulheres.

Aceitam bem a condição de trabalhador sem contrato, deixando claro que, a falta do trabalho os conduz a uma situação de penúria, cujo sofrimento é maior do que aquele inerente ao próprio trabalho.

Nenhum dos entrevistados era sindicalizado, ou seja, não haviam optado pela vinculação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capivari e Região a que pertence o município e, conseqüentemente, não tinham qualquer participação ou benefício, através do sindicato da categoria, até desconhecendo seu funcionamento⁶⁰. Também foram unânimes em dizer que nunca tinham feito qualquer tipo de reclamação trabalhista até a presente data e que não tinham este tipo de interesse.

O mais importante para eles era manter-se trabalhando. Uma das mulheres quatro mulheres entrevistadas disse, inclusive, que optou em trabalhar para “turmeiro” em 1997, e, deixou o trabalho contratado com a Usina de açúcar, porque passara a receber, desde então, R\$ 150,00 por quinzena, cortando 200 metros de cana-de-açúcar por dia. Que, os descontos feitos pela Usina reduzia em muito, o valor do seu salário, fazendo falta para manter os quatro filhos, todos menores de 7 anos de idade, apesar de três deles freqüentarem a creche municipal.

Foi somente no processo de modernização da lavoura com tecnologias mais avançadas, tanto em tratos culturais como em técnicas agrícolas e maquinários modernos aliados a algumas experiências de mobilização de trabalhadores, que, a partir do final dos anos 80, se fizeram sentir mudanças quanto à questão das condições de trabalho

⁶⁰ Segundo informações do próprio sindicato, estão sindicalizados hoje, perto de 500 trabalhadores. O sindicato abrange 9 municípios, todos canavieiros, cuja região tem tido, nos últimos 3 anos, perto de 30.000 trabalhadores no período da safra (corte da cana-de-açúcar) e por volta de 4000 na entre-safra.

estabelecidas entre trabalhadores e empregadores do complexo canavieiro, nas diversas regiões do Estado.

No entanto, não verificamos historicamente no município, tradição em movimentos sociais ou reivindicatórios. O único fato relatado, diz respeito a mais de 1000 reclamações trabalhistas feitas pelos trabalhadores canavieiros, em meados da década de 90, apresentadas todas ao mesmo tempo, no período da entressafra. Tinham como réus as Usinas de açúcar e também “turmeiros”, com apoio de apenas um advogado trabalhista, residente na cidade de Rio das Pedras. O resultado foi um acordo entre as partes que favoreceu mais os réus e o advogado, deixando para os trabalhadores reclamantes, o saldo financeiro mais a perda de outras oportunidades de trabalho. Esse fato tem repercussões até os dias de hoje, quando os contratantes escolhem os chamados bons trabalhadores, aqueles que não “dão trabalho” (sic), ou seja, não fazem reclamações trabalhistas. Outra consequência seria o alto índice de desemprego dos trabalhadores rurais residentes no município e a manutenção das contratações de trabalhadores de outros Estados, situação essa verificada ainda nas últimas safras.

Outro dado interessante é relativo ao trabalho da mulher, tendo em vista que, ao buscarmos os entrevistados, 50% deles foram mulheres e, portanto, apresentaremos algumas análises que certamente enriquecerão este estudo.

As entrevistadas foram unânimes em dizer que não têm ficado, nos últimos anos, sem trabalho no período da colheita ou safra da cana-de-açúcar. Que são procuradas sempre pelos mesmos “turmeiros” que as conhecem e conhecem o seu trabalho. Que os “turmeiros” gostam do trabalho das mulheres que “são bem mandadas” (sic). Que as mulheres são mais responsáveis que os homens; não abandonam o local de trabalho, mesmo se o trabalho for difícil, com canas ruins de serem cortadas; que mesmo tendo a responsabilidade maior pelos filhos, faltam muito menos vezes ao trabalho que os homens.

No entanto, confirmaram a seleção velada que todos os empregadores fazem, na contratação de mulheres não esterilizadas que ainda poderão engravidar, especialmente pelas empresas agropecuárias das Usinas de açúcar, as quais reduziram e, nos últimos dois anos, deixaram de contratar mulheres, segundo relatos das próprias entrevistadas. Atualmente no município estudado, o trabalho na lavoura canavieira para as mulheres, está sendo contratado apenas pelos intermediários ou “turmeiros”.

Quanto à produtividade, as mulheres estão na média local de 180 a 200m/dia ou 5 a 6 ton/dia. São também assíduas ao trabalho, o que muito interessa aos “turmeiros”, que podem contar com a presença delas no canavial, o que é confirmado pelas suas informações.

Com essas qualificações, as mulheres que trabalham na lavoura canavieira, formam um grupo de trabalhadoras de baixa renda,

que oneram pouco os ganhos obtidos pelo intermediário e produzem com relativa eficiência.

Observamos ainda na pesquisa que, 60% das mulheres eram arrimo de famílias, com prole numerosa (com mais de 4 filhos cada), trabalhando, por falta de opção, sem vínculos com a previdência social, caracterizando o processo de flexibilização dos contratos de trabalho, buscando aumentar o valor do seu ganho quinzenal, claramente na tentativa de garantir a sobrevivência imediata, suas e de suas famílias.

O apoio buscado por essas mulheres nas situações emergenciais que tiveram, como desemprego, doenças, foi sempre vinculado aos políticos locais (especialmente prefeitos e/ou candidatos), desde a doação/concessão de moradias até a ajuda com medicamentos, internação médica, participação em programas sociais de ajuda material, concessão de materiais escolares para filhos, vagas nas creches para filhos menores e outros.

As condições de trabalho das mulheres canavieiras caracterizam-se pelas mesmas dificuldades e formas de exploração porque passam as trabalhadoras em geral, dos países em desenvolvimento em especial, como também no município estudado e nos demais centros, tanto no trabalho urbano como no rural, engendrando a chamada feminilização da pobreza. (Chinagli, 1997, p.59)

Ao concluirmos a apresentação e análise das condições de trabalho do canavieiro de Rio das Pedras, passaremos a discorrer sobre a

ingerência do “turmeiro” ou intermediador do trabalho na lavoura canavieira, o qual tem também, papel fundamental na realidade estudada.

4.2. A ingerência do “turmeiro” junto ao trabalho canavieiro

É ainda dentro do aspecto das condições de trabalho na lavoura canavieira, uma questão importante a que diz respeito à arregimentação e fiscalização da mão-de-obra. A sazonalidade na ocupação da mão-de-obra e as irregularidades nas contratações deram condições para o aparecimento de um elemento, que acabou se constituindo no principal agente empregador da lavoura canavieira – o intermediário, conhecido anteriormente por “gato”, hoje é chamado no município de Rio das Pedras por “turmeiro”.

São esses intermediários ou “turmeiros” que, colocando-se entre o dono do trabalho e o trabalhador, responsabilizam-se pelo recrutamento, transporte, fiscalização e, para 87,5% dos trabalhadores entrevistados neste estudo, pela contratação ou não e pelo pagamento dos seus trabalhos, o que é feito através de suas empresas de prestação de serviços rurais. Mesmo no caso da contratação pelas usinas de açúcar, a empresa contratante é de prestação de serviços agropecuários, conforme informações das próprias usinas, na medida em que as

atividades industriais são diferenciadas das atividades agrícolas, formando no mínimo, duas empresas diferentes.

Em estudos anteriores, foram detectadas algumas outras formas de intermediação na contratação como “capataz turmeiro” e o empreiteiro de mão-de-obra. Havia ainda a empresa de transporte de trabalhadores.

Hoje, o que diferencia fundamentalmente os vários tipos de intermediação na contratação da mão-de-obra é o vínculo que o “turmeiro” estabelece com os trabalhadores. Assim é que o “turmeiro” e o empreiteiro de mão-de-obra, que anteriormente não tinham vínculo empregatício formal com os trabalhadores, possibilitando todo tipo de fraude contra estes, possuem empresas prestadoras de serviços que têm sido submetidas, ao menos uma vez em cada período de safra, à fiscalização dos órgãos competentes.

Anteriormente os “turmeiros” eram os contratantes dos trabalhadores volantes, ou seja, daqueles trabalhadores que se deslocavam para onde houvesse o trabalho. Hoje, contratam volantes e trabalhadores locais, tanto por tempo determinado como indeterminado, quando respondem por serviços no período da safra e da entressafra. Essa definição ocorre quando se estabelece a contratação da empresa prestadora de serviços rurais.

Foi mais recentemente, por força das fiscalizações trabalhistas que, tanto as usinas quanto os “turmeiros”, constituíram

empresas agropecuárias e de prestação de serviços rurais, para realizarem estas contratações de mão-de-obra. No entanto, as empresas agropecuárias das usinas de açúcar do município de Rio das Pedras utilizam-se, concomitantemente, da intermediação dos “turmeiros” que vão em busca dessa mão-de-obra em outros Estados brasileiros, especialmente em Minas Gerais, Bahia, Paraíba, e repassam os pagamentos recebidos das Usinas e dos proprietários rurais. Responsabilizam-se pela contratação e pela manutenção desses trabalhadores, durante o período em que permanecem na cidade, trabalhando no corte da cana-de-açúcar, pagando os serviços/quantidades de canas cortadas.

Alguns “turmeiros” têm suas empresas contratadas para todo o serviço da lavoura canavieira, incluindo os tratos culturais da entressafra. Seus trabalhadores poderão ter contratos por tempo indeterminado, ampliando o número apenas no período da safra ou colheita, aí já com contrato por tempo determinado. Esta forma assemelha-se ao tipo do “empreiteiro de mão-de-obra” identificado nas pesquisas de Maluf (1987, apud Perez et al,1991), quando demonstraram ter as reclamações trabalhistas da época, responsabilizado até as usinas e/ou os fornecedores de cana, então os verdadeiros empregadores. Aqueles empreiteiros eram contratados pelos fornecedores e/ou usineiros, e não respondiam pelos pagamentos dos trabalhadores.

Na atualidade, o que podemos observar e aferir, nas informações das entrevistas semi-estruturadas, realizadas nas residências de cinco dos vinte “turmeiros” existentes no município de Rio das Pedras, é que a organização das empresas de prestação de serviços, foi uma solução encontrada para reduzir o impacto das questões de irregularidades trabalhistas.

Para conhecermos os outros dados, seguem abaixo, explicitados, os indicadores analíticos que utilizamos, quando buscamos identificar a **ingerência desse empregador, que é chamado de “turmeiro”** e que amplia o nosso conhecimento sobre a realidade estudada.

A ingerência do “turmeiro”	Indicadores Analíticos
1) Sob a ótica do empregador	a)O controle exercido pelo intermediário. b)A exploração do sistema de contratação, sobre os empregados. c)A relação trabalhista existente. d)A estrutura que contribui para a precarização/flexibilização do trabalho canavieiro. e)O conhecimento sobre as mudanças no mundo do trabalho.

Para observarmos o tipo de controle que o empregador chamado de “turmeiro” faz, um dado importante diz respeito à quantidade de pessoas contratadas através deles.

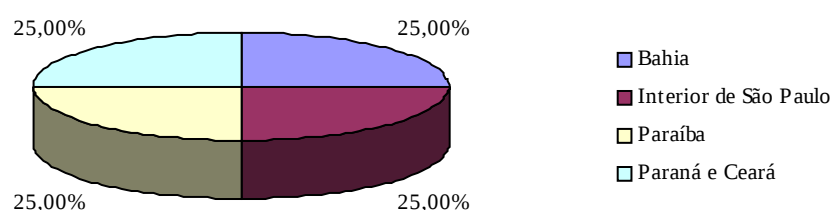
Baseando-nos nas informações dos entrevistados, a média de pessoas contratadas foi de 45 a 50 pessoas por condução, ou seja, 60%

deles possuíam apenas um ônibus; 20%, dois e 20% eram proprietários de três conduções. Cada grupo de trabalhador era formado por mais ou menos 50% de moradores da cidade e 50% vindos de outros Estados brasileiros.

Quanto à origem desses trabalhadores, utilizando-nos das entrevistas com os próprios, podemos dizer que 100% deles vieram para o município em função do trabalho na lavoura canavieira de seus pais e/ou dos próprios trabalhos.

Para que possamos visualizar a origem dos entrevistados, dado esse importante na compreensão da dinâmica imposta ao trabalho canavieiro, detalhamos abaixo com o Gráfico 2:

Gráfico 2 - Origem dos Entrevistados



Para analisarmos essa origem, no gráfico acima podemos constatar que, vieram de outras cidades do Estado de São Paulo, 25% dos entrevistados e, outros 25%, vieram da Bahia. Do Estado da Paraíba, vieram outros 25% e o restante, veio dos Estados do Paraná e do Ceará. Estas foram as origens que pudemos identificar através dos trabalhadores, sendo que 87,5% deles, contratados pelos “turmeiros” o que reafirma a importância da presença de trabalhadores de outras localidades no desenvolvimento dessa atividade, nas regiões canavieiras em geral e, particularmente, em Rio das Pedras.

O fato dos “turmeiros” procurarem contratar, nos dois últimos anos, trabalhadores do município, foi justificado diante de uma série de dificuldades e da facilidade de acesso a essas pessoas, que passaram a ter oportunidade de trabalho. Mas, em razão da baixa produtividade, faltas ao trabalho, casos de doenças, tem sido contínua a busca desses trabalhadores em outros Estados brasileiros, especialmente nos Estados da Paraíba e Bahia, cuja produtividade na lavoura canavieira, garante ao empregador, a realização dos contratos de prestação de serviços desse período. Dos demais Estados e do interior de São Paulo, a grande maioria vem por conta própria, pois, parte deles já conhece o município e outros vêm através de parentes.

Ao final da safra, esses trabalhadores, moradores de outras localidades, preferem voltar para suas cidades de origem. Eles acertam com seus “turmeiros” o trabalho para a próxima safra e voltam no mês de

fevereiro do ano seguinte. Se, no entanto, não trabalharem logo que chegarem, em serviços esporádicos, ficam na cidade aguardando o início da safra, que se dá dali a três meses, caracterizando-se nesse período, como trabalhadores desempregados.

Com relação aos trabalhadores pesquisados, podemos dizer que nenhum daqueles que havia chegado no início da safra 98/99, tinha interesse em residir na cidade, mas apenas permanecer nela para trabalhar.

Disseram ainda os “turmeiros” que, todos os trabalhadores teriam contrato de trabalho registrado em carteira profissional e que estariam cumprindo a Convenção Coletiva de Trabalho do Setor Canavieiro. (Ver cópia no Anexo II)

Na usina de menor porte, há alojamentos destinados à parte dos trabalhadores. Na usina de médio porte não há, e, esses serviços encontram-se, desde 1998, em processo de terceirização, com as contratações sendo feitas diretamente pelos “turmeiros”, conforme depoimentos dos entrevistados.

Com a forma adotada de terceirização, ocorre na verdade, uma quarteirização da mão-de-obra, ou seja, o terceirizador da Usina de açúcar contrata a empresa prestadora de serviços do “turmeiro” e este, responsabiliza-se pela contratação da mão-de-obra, tanto dos trabalhadores locais como daqueles buscados em outros Estados; pelo transporte deles até o local de trabalho; por arranjar-lhes moradia; pelos

serviços de saúde que necessitem e pelo transporte de volta à cidade de origem, quando do término da safra e do contrato de trabalho.

Quanto às despesas pessoais, são descontadas dos rendimentos mensais dos trabalhadores, de acordo com o que é combinado com os “turmeiros” na contratação de seus serviços. No entanto, quando ocorre qualquer problema de adaptação ou doença, ainda durante o período da safra, tem sido freqüente a procura pelo Serviço Social Municipal, da Prefeitura, que dá atendimento a esses trabalhadores de outros Estados e até os encaminha de volta às suas cidades de origem, exercendo o papel que deveria ser do empregador.

Em razão de haver empresas prestadoras de serviços organizadas, as fiscalizações, tanto do Sindicato de Trabalhadores Rurais como do Ministério do Trabalho, fazem averiguações da situação contratual dos trabalhadores canavieiros, pelo menos duas vezes no período da safra, segundo os empregadores. No entanto, eles se queixam de que, a fiscalização não afeta aqueles que estão em situação irregular, já que não têm documentos legais naqueles órgãos.

Quanto à qualidade do trabalho, são os trabalhadores vindos de Minas Gerais e da Paraíba, aqueles considerados melhores, tanto pela sua produtividade quanto pelo bom comportamento. O fato de “não criarem qualquer tipo de problema” (sic), não fazerem reclamações trabalhistas e aceitarem todas as condições de trabalho e de vida que lhes são oferecidas, os credenciam. Já aqueles de outros Estados,

apresentam alguns problemas como de adaptação ao trabalho, de saúde, de alcoolismo e outros.

Uma posição defendida por todos os entrevistados, relativa ao pagamento dos trabalhadores, foi a de que há um cumprimento irrestrito ao dissídio coletivo da categoria o que tem levado os trabalhadores a receberem uma média de R\$ 400,00 por mês.

Já quanto aos “turmeiros”, disseram ganhar por volta de 50% do valor de R\$ 3,32 por tonelada de cana cortada, que receberam em 1998/99 e 1999/2000, das Usinas de açúcar ou dos proprietários/fornecedores, ou seja, dos contratantes do trabalho, valor esse suficiente para manterem seus negócios. Apenas um deles alegou que sua porcentagem de ganho não ultrapassava a 25% , em razão das despesas que tinha. Todos os cinco entrevistados disseram que esses valores eram suficientes para darem manutenção aos negócios a às despesas de suas famílias

Com todas as precauções tomadas pelos “turmeiros” relativas às contratações de trabalhadores, especialmente no período da safra, quatro deles afirmaram não ter recebido reclamações trabalhistas. Apenas um dos entrevistados estava respondendo a uma reclamação, de uma mulher trabalhadora, com a qual tivera diversas dificuldades, em razão de comportamentos inadequados no trabalho, que culminaram com a sua demissão e o processo trabalhista.

Com a contratação desses trabalhadores, através das empresas prestadoras de serviços, qualquer responsabilidade trabalhista passou a ser da própria empresa e todos tinham consciência disso. Daí afirmarem que cumprem as leis e dissídios da categoria, integralmente.

No entanto, nenhum “turmeiro” oferece qualquer outro tipo de benefício ao trabalhador, que não aqueles determinados pelas leis vigentes. As viagens às cidades deles e os alojamentos foram sempre pagos pelos trabalhadores, assim como suas despesas com alimentação e medicamentos. Neste último caso, eles utilizam-se dos serviços de saúde do município.

Já as Usinas de açúcar, ao contratarem trabalhadores rurais através de suas empresas agropecuárias, disseram fornecer: assistência médica, odontológica, farmacêutica; transporte, cestas básicas e material escolar para os filhos; uniformes e equipamentos de trabalho. No entanto, isso foi possível para 700 trabalhadores da Usina Santa Helena S/A e, 400, da Usina São José, na safra 1998/1999. Em 1999/2000, a primeira reduziu a contratação em 50% e a segunda, contratou por volta de 350 trabalhadores. Já na safra 2000/2001, foram terceirizados totalmente os serviços de corte da cana-de-açúcar, na Usina Santa Helena S/A. A Usina São José S/A, envolvida em problemas administrativos internos, contratou o mesmo número que em 1999.

Hoje, os trabalhadores canavieiros estão passando pelo mesmo processo de todos os trabalhadores agrícolas e urbanos: a

flexibilização e precarização de seus contratos de trabalho. Com a sazonalidade, a ampliação e o aperfeiçoamento das chamadas terceirizações, os trabalhadores canavieiros ficam submetidos a uma espécie de leilão de mão-de-obra, que tem sido chamado de “profissionalização do setor”, cuja seleção atinge aos mais fragilizados, deixando evidenciadas as formas neoliberais do capitalismo no campo.

Com relação à existência de muitas empresas individuais de prestação de serviços, legalizadas e organizadas, como pudemos constatar através de nossos entrevistados, sofrem elas também do mesmo processo de seleção/concorrência. Alguns dos “turmeiros” queixaram-se de dificuldades em manterem seus negócios em andamento. Ampliou-se muito a divisão do trabalho, que passou a concorrer também, com intermediários não organizados, situação essa de difícil controle, haja vista a quantidade de médias e até grandes propriedades, que os contrata, eventualmente.

A garantia das contratações, observadas através das entrevistas, é a existência, na maior parte das vezes, de determinados entendimentos pessoais entre os “turmeiros” e os empregadores, fazendo manter o vínculo de trabalho, sempre com as mesmas pessoas. O mesmo ocorre na relação do trabalhador com o “turmeiro” e vice-versa. Essa cumplicidade facilita a relação pessoal e de trabalho, evitando ocorrências e desentendimentos, especialmente em momentos de crises como a que está se passando.

Pudemos ainda observar que há uma forte preferência pela contratação do trabalhador safrista/volante, buscado em outros Estados do Brasil, especialmente do Nordeste. Esse procedimento confirma dados existentes no Serviço Social Municipal, órgão do município responsável pelos serviços e programas de atendimento social, relativos ao alto índice de desemprego do trabalhador canavieiro, morador do município.

Apesar de estudos anteriores como Maluf (1985) e Perez et al (1991) projetarem o desaparecimento da intermediação na contratação do trabalho na lavoura canavieira em geral e, em Piracicaba e região, fundamentados na grande crise ocorrida nas relações de trabalho do final dos anos 80 e início dos anos 90 e das perspectivas de redução desse tipo de mão-de-obra, não foi o que encontramos nesse nosso estudo.

Mesmo com a visível redução no volume desse trabalho, decorrente das secas, do menor trato recebido pela lavoura canavieira em razão dos baixos valores pagos aos produtores e a forte crise no setor canavieiro dos últimos cinco anos, com a queda nos preços internacionais e dificuldades de reorganização do mercado interno tanto para o açúcar, mas especialmente para o álcool – os dois maiores produtos da cana-de-açúcar – é a agricultura canavieira do município de Rio das Pedras que tem possibilitado, de forma significativa, tanto o trabalho dos chamados “turmeiros” como o do trabalhador safrista, volante, contratado ou não, em que pesem todas as irregularidades encontradas.

A situação hoje vivenciada pelos “turmeiros”, não garante a eles, ter trabalho contratado para o ano todo. Dos entrevistados, apenas um deles tinha garantido trabalho na safra 2000/2001, na forma terceirizada, para a Usina Santa Helena S/A. Os demais estavam tratando de contratos com grandes e médios proprietários, fornecedores de cana e, apenas um deles, acertara a prestação de serviços para um dos grandes fornecedores que assumia a terceirização da mão-de-obra de 2000 hectares de cana, a serem fornecidas para aquela mesma Usina.

Essas modificações nas relações de trabalho são decorrentes das mudanças nas relações de produção, da ampliação e introdução de tecnologia, tanto no âmbito da produção propriamente dita, agrícola ou industrial, como na administração dos negócios agrícolas.

Para os chamados “turmeiros”, a compreensão dessa nova realidade possibilitará que, tanto suas negociações com os detentores dos meios de produção – os Usineiros e os grandes proprietários rurais canavieiros – como com os trabalhadores, sejam facilitadas.

A partir do papel exercido pelos chamados “turmeiros”, esse trabalhador rural não pode ser considerado como a forma definitiva de proletário rural, em que pese o fato de se tratar de um proletário – trabalhador destituído dos meios de produção, dependente da venda de sua força de trabalho para sobreviver. Caso contrário, teríamos que acreditar “na incapacidade em levar a cabo o processo de modernização da agricultura, revolucionando o processo de produção em todas as suas

fases, não dependendo mais da mão-de-obra. O trabalho volante desse trabalhador, pode ser considerada uma forma transitória de exploração do capitalismo na agricultura, em que a tendência do processo de modernização aponte para a utilização da mão-de-obra permanente, como a forma definitiva de proletariado agrícola” (Maluf, 1987 apud Perez et al, 1991, p. 81-82)

O que encontramos até a presente data, com relação a essa mão-de-obra, foi a irregularidade na sua contratação e a existência de trabalhadores disponíveis, submetendo-se a esta situação irregular, justificando a predominância do trabalhador volante e, no processo de modernização, ser colocada em questão a permanência dessa situação, quando o tema atual é a mecanização da colheita da cana-de-açúcar, ainda pouco explorada nesta região, mas já bastante utilizada na região de Ribeirão Preto, segundo dados dos órgãos do setor.

No município estudado e na região onde ele se situa, a introdução da mecanização da colheita da cana-de-açúcar e até mesmo a possível substituição de parte da agricultura canavieira por outra, ou outras culturas, segundo especialistas da área⁶¹, terá ainda uma década pela frente. Já os procedimentos em defesa do meio ambiente terão repercussões imediatas, pois segundo a Lei nº 10547 de 02/05/2000, no seu Capítulo IV, estabelece a proibição da queimada da cana-de-açúcar em regiões próximas às cidades e perímetros urbanos (Anexo IV).

⁶¹ Informação baseada em estudos realizados pela Associação dos Fomecedores de Cana de Piracicaba e pela Organização de Plantadores de Cana do Estado de São Paulo – ORPLANA.

Essas condições de trabalho do canavieiro do município estudado e a ingerência do “turmeiro” – típicos das regiões canavieiras do Estado de São Paulo, têm bases no desenvolvimento do capitalismo no campo e na conseqüente intensificação do processo de proletarização do trabalhador rural. Este processo ocorreu com a destruição do colonato e da pequena propriedade que deu origem à relação de trabalho com o chamado trabalhador “volante”, assalariado à semelhança do operário da cidade, intimamente ligado ao processo de urbanização, quando o trabalho agrícola passou a ser organizado nas cidades, expressando uma certa forma de unificação do mercado de trabalho urbano e rural no que diz respeito à mão de obra não qualificada.

Esse “exército de reserva” passa a ser um só para a economia, quando o trabalhador não qualificado alterna empregos ou trabalhos rurais e urbanos, ou seja, os trabalhadores “volantes”, na entressafra, passam a executar pequenos trabalhos como jardineiros, vendedores ambulantes, ajudantes gerais e outros, aguardando o início da nova colheita ou safra da cana-de-açúcar.

Podemos então dizer que, o trabalhador canavieiro de Rio das Pedras, universo deste estudo, para desempenhar o seu trabalho e dele obter meios para sua subsistência e de sua família, passa pela intermediação do chamado “turmeiro” e, dependendo das condições que lhe são oferecidas, mantém a sua vida pessoal e familiar em melhores ou piores condições, na dependência das ações das políticas públicas do

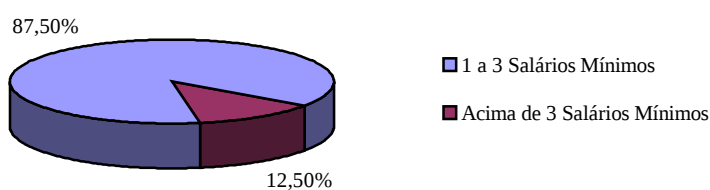
município, nem sempre voltadas às suas reais necessidades, análise essa que faremos a seguir.

4.3. As condições de vida dos canavieiros

Nos aspectos relativos à reprodução da sua força de trabalho que se baseiam, fundamentalmente, as condições de vida dos trabalhadores em geral e dos canavieiros, em especial. Assim sendo, a renda familiar que a condição de trabalhador rural assegura, constitui-se no elemento fundante dessa situação, ora estudada. Cabe ainda, neste trabalho, resgatar, entre outros, a origem desses trabalhadores, seu grau de escolaridade, especialização e tamanho de suas famílias, para entender melhor quais as condições que propiciam a esses trabalhadores atingir determinada renda familiar. Sabe-se que no final dos anos 80, o cortador de cana-de-açúcar recebia de 4 a 5 salários mínimos, segundo estudo realizado, em 1988, pela Copersucar- Cooperativa de Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, dados esses apresentados por Perez et al (1991) quando também identificou, para os trabalhadores manuais – cortadores de cana permanentes ou volantes, que o rendimento mensal de 88,6% da amostra pesquisada estava na

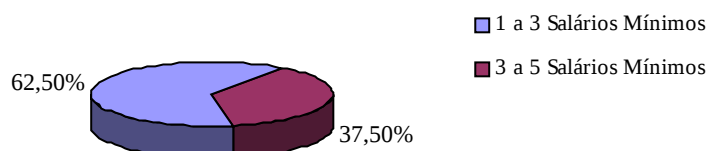
faixa de 1 a 3 salários mínimos, o mesmo ocorrendo neste estudo, conforme apresentado no Gráfico 3, abaixo:

Gráfico 3 - Renda Mensal



Na pesquisa por nós efetuada, encontramos a mesma proporção de 1 a 3 salários mínimos atuais, para 88,6% da amostra pesquisada, especialmente se considerarmos que o dissídio coletivo da categoria em 1998/1999 e 1999/2000 foram respectivamente: R\$ 221,91, sem a hora de transporte e, com ela, R\$267,21.

Já quanto à renda familiar, 37,5% dos trabalhadores pesquisados apresentaram de 3 a 5 salários mínimos e 62,5%, entre 1 e 3 salários mínimos, conforme nos apresenta o Gráfico 4, a seguir:

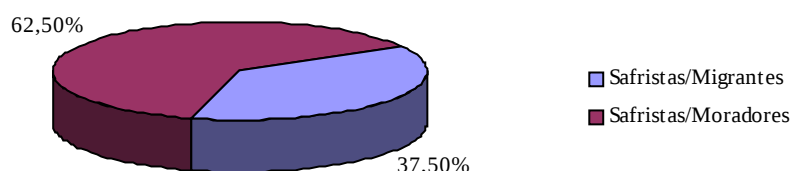
Gráfico 4 - Renda Familiar

Se considerarmos que os dados de renda pessoal e familiar foram mantidos dentro de um mesmo patamar de valores na década de 90, podemos concluir não ter havido melhoras nas condições de vida desse tipo de trabalhador, objeto dessa nossa pesquisa.

Ampliando este estudo e fazendo outras identificações dos entrevistados, dados complementares se fazem importantes. Quanto à faixa etária, os homens tinham entre 18 e 30 anos; as mulheres entre 30 e 45 anos. Do total de homens e mulheres, 75% eram analfabetos.

Para entendermos a qualificação que fizemos desses trabalhadores entrevistados, passamos abaixo o Gráfico 5, que identifica àqueles trabalhadores migrantes, safristas, vindos de outros Estados e de outras cidades exclusivamente para o trabalho da colheita da cana-de-açúcar. Por outro lado, os trabalhadores moradores da cidade, os quais, em cada período colocam-se como safristas, com contratos ou não para o trabalho da safra, e/ou como trabalhadores esporádicos e temporários, no período da entressafra.

Gráfico 5 - Situação de Trabalho



Tendo por base o fato de que todos, ou seja, 100% dos trabalhadores pesquisados não são originalmente do município de Rio das Pedras, temos que 37,5% deles são migrantes (vindos de outras localidades) e safristas (trabalhavam somente na safra ou colheita). Já os outros 62,5 %, colocaram-se em situação de safristas, já que os contratos de trabalho, quando houve, foram por tempo determinado, ou seja, para o período da safra, e tiveram como objetivo, aumentar a renda familiar. Este grupo era constituído de moradores da cidade, em sua maioria, instalados em Rio das Pedras há mais de cinco anos.

Para entendermos a análise organizada para o eixo que denominamos de **condições de vida** do trabalhador canavieiro, apresentamos a seguir, o quadro explicativo contendo os indicadores analíticos nele utilizados e os níveis de expectativas do pesquisador:

Qualidade de vida dos canavieiros	Indicadores Analíticos
1) Sob a ótica do migrante, safrista 2) Sob a ótica do morador, safrista ou não.	Níveis de moradia, saúde, alimentação e lazer. Nível da relação familiar e de enfrentamento de questões sociais. Nível da expectativa em relação à própria vida e a de suas famílias. Nível da relação de solidariedade em que vivem. Nível de participação social, política e religiosa Nível da utilização de serviços públicos.

Partindo da análise sob a ótica daqueles migrantes e safristas, ou seja, de 37,5% dos entrevistados, ouvimos e observamos que, parte significativa desses trabalhadores, ao aceitar todas as condições que lhe são oferecidas pelos seus contratantes, especialmente quando são buscados em suas cidades de origem, passam a viver em precárias condições, em moradias coletivas, pagando aluguéis relativamente caros, alimentando-se mal com comidas preparadas por eles próprios, nas madrugadas antes do horário de saída para o trabalho. As roupas, lavadas num único tanque em que todos os moradores se servem e sem local para banho, tendo um único vaso sanitário para utilização de mais de dez pessoas, o que precariza ainda mais, as condições de moradia, saúde, higiene pessoal e alimentação, significando, sob esses aspectos, não ter havido nenhuma melhora nas suas condições de vida.

Quanto ao lazer, à música e o uso moderado de bebida alcoólica, estes itens fazem parte dos hábitos desses trabalhadores. No entanto, o município se ressurte de muitos casos de alcoolismo entre a população masculina que chega à cidade, vício esse que tem levado a ocorrências policiais freqüentes.

Não participam de nenhuma atividade comunitária, religiosa ou política, e as sociais limitam-se às festas gerais da comunidade. Manifestaram desejo de estudar mais, reconhecendo, no entanto, dificuldade de tempo para participar de cursos ou freqüentar escolas, demonstrando conhecimento dos limites pessoais e dos que lhes são impostos pela realidade em que vivem. Também, manifestaram desejo de ter oportunidade em outro tipo de serviço fora da colheita da cana-de-açúcar, desejo esse que rebata no fato de nunca haverem exercido outro tipo de atividade profissional.

Demonstram preocupação com os familiares que ficaram em suas cidades de origem e com a responsabilidade em ajudar financeiramente os seus pais e irmãos. Era essa a incumbência recebida das famílias. Já o vínculo com suas terras de origem manifestou-se fortemente quando alegaram o desejo de casar-se e voltar a trabalhar nelas futuramente.

Essa população migrante tem suas atividades resumidas naquelas em que não se exigem qualificações mais intelectuais, na medida em que são semi-alfabetizados e/ou analfabetos em sua grande

maioria e a lavoura canavieira é a que oferece boa oportunidade de empregos e a ilusão de melhores rendimentos, comparativamente àqueles que recebiam nas suas cidades de origem, especialmente nos Estados do nordeste do país como Ceará, Paraíba e Bahia.

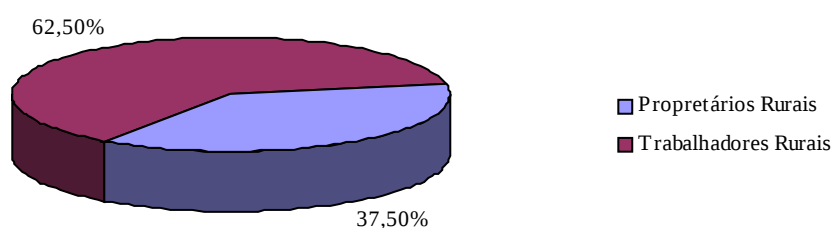
A permanência na lavoura canavieira vai dificultando cada vez mais o rompimento com a sua procedência “profissional” de trabalhador agrícola. Além disso, o ganho auferido com o trabalho, segundo seus depoimentos, foi suficiente para manterem-se na cidade, adquirirem pelo menos um bem de consumo durável, como o aparelho de som que todos os entrevistados tinham, e levarem, na volta, parte do dinheiro para a família, conforme o compromisso assumido na vinda.

São ainda as relações de parentesco, o elemento fundamental de arregimentação de mão-de-obra para a constituição desse segmento, pois 100% deles vieram para o município trazidos por parentes, como irmãos, tios e primos ou por pessoas com grande relação de amizade.

Parte desses migrantes são ex-produtores rurais expropriados de seus meios de produção, que não se mantiveram em seus Estados de origem, em razão das secas e pela ausência de incentivos governamentais voltados para as pequenas propriedades rurais. Dessa parcela entrevistada, 37,5 % tinham os pais como pequenos proprietários rurais. Já 62,5% eram filhos de trabalhadores rurais.

Interessante observar os dados acima, organizados no Gráfico 6, que nos dão a dimensão dessa realidade, conforme segue:

Gráfico 6 - Procedência Familiar



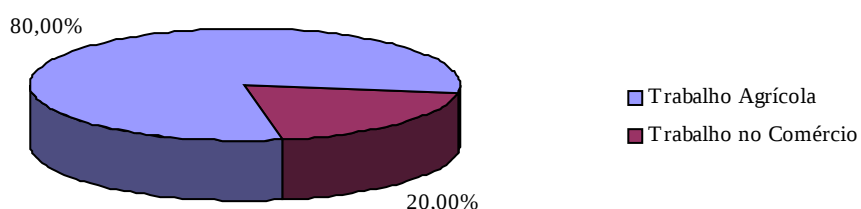
Estes dados confirmam o fato de que, dificilmente, trabalhadores originalmente agrícolas ou que tivessem tido vínculos com a agricultura, especialmente aqueles pouco escolarizados, deixariam o trabalho na lavoura.

Sobre movimentos de trabalhadores rurais, disseram apenas “ter ouvido falar” (sic), mas nunca participaram. Nenhum desses trabalhadores safristas era sindicalizado e pouco conhecia da função desse órgão.

Observando esta análise sob a ótica dos outros 62,5 % de moradores do município já estabelecidos, podemos dizer que eles também apresentaram condições semelhantes aos trabalhadores migrantes.

Provenientes, em sua maioria, do trabalho agrícola, formam com aqueles, o total da força de trabalho das atividades manuais da lavoura canavieira, conforme o Gráfico 7, abaixo apresentado:

Gráfico 7 - Procedência Profissional



Temos então que, 80% desses moradores têm a origem da família ou a própria, no trabalho agrícola. Apenas 20% deles tiveram no comércio sua atividade profissional anterior, significando que, dificilmente o trabalhador agrícola em geral e o canavieiro em especial, têm oportunidade para alcançarem outros níveis de trabalho, o que o leva a manter-se, especialmente na última década, onde a sua especialização permitiu uma colocação.

De maneira geral, 80% desses trabalhadores apresentaram precárias condições de moradia, tanto relativa às instalações da casa como aos aspectos de organização e higiene ambiental. Apenas 20%

apresentaram uma residência limpa e com os equipamentos básicos como geladeira, camas, mesas e sofás, em condições de uso.

Quanto à saúde, 100% deles utilizavam-se dos serviços oferecidos pela Prefeitura Municipal através do Sistema Único de Saúde – SUS. Não contavam com serviços odontológicos públicos e, regra geral, apresentavam-se em precárias condições dentárias, sem possibilidade de fazer qualquer tipo de tratamento.

Quanto à alimentação da família, 100% desses entrevistados, disseram gastar a maior parte de seus ganhos na compra de gêneros alimentícios. Têm ainda dificuldades para adquirir carnes, leite, ovos e frutas, cujo consumo é quase nenhum e, muitas vezes, dependem de ajudas assistenciais para conseguir manter a alimentação básica. Esta situação agrava-se muito no período da entressafra, quando a renda familiar torna-se ainda menor.

Das famílias residentes, 60% tinham os filhos (jovens adultos) trabalhando na lavoura canavieira os quais, pela baixa escolaridade, não tinham tido oportunidade de pleitear outro tipo de trabalho, projetando assim, a continuidade das condições de trabalho e de vida de seus pais. A parcela de filhos mais jovens e fora da faixa etária aceita no trabalho da lavoura canavieira, encontravam-se freqüentando a escola ou a creche. Apenas 10% dessas famílias, tinham as filhas em trabalhos domésticos.

A maior parte desses entrevistados, ou seja, 80% deles usavam fumo, 10% usavam bebida alcoólica e 10% não apresentaram

qualquer vício. Nenhum deles teve, ou membros de suas famílias tiveram, qualquer problema de ordem policial. Essas qualificações pessoais indicaram um certo nível de equilíbrio social, visto que todos eram moradores a mais de 5 anos na cidade e vinham recebendo, há alguns anos, orientações e ajudas do serviço de assistência social do município.

Outras aquisições materiais foram conseguidas, graças à programas assistenciais, pois, 50% desses trabalhadores/moradores entrevistados, eram participantes de programa assistencial realizado pelo Serviço Social Municipal do qual recebiam ajuda financeira mensal, por 12 meses, para cobrir gastos com remédios, pequenas dívidas em roupas, utensílios e alimentação, reformas e ampliação das casas e aquisição de bens que permitissem o desenvolvimento de atividades complementares da renda familiar, como máquina de costura, instalação de salão de beleza, marcenaria e outros. Nenhum deles havia adquirido qualquer bem durável durante aquele ano de ajuda recebida e, 25% havia aplicado na reforma e ampliação de suas casas. Os demais, em despesas e dívidas.

Em razão da recente crise no emprego e das condições pessoais e de origem, vários desses trabalhadores manifestaram o desejo de deixar o trabalho na lavoura canavieira, em razão do desgaste que ele provoca, especialmente para as mulheres. Observamos também não estarem amparados pela previdência social caso ocorresse um possível afastamento ou aposentadoria, já que 38% não vêm fazendo a necessária contribuição previdenciária. Seus contratos de trabalho têm sido limitados

ao período da colheita ou safra da cana-de-açúcar e, parte deles, nem mesmo contrato de trabalho vêm mantendo.

Quanto às necessidades financeiras, na falta de trabalho ou outras situações emergenciais, os entrevistados mencionaram, por diversas vezes, terem buscado ajudas junto a políticos locais como Vereadores e Prefeito Municipal, e, na maioria das vezes, foram encaminhados para os serviços e programas do Serviço Social Municipal. Também, utilizaram-se dos serviços municipais de saúde, tanto para consultas médicas como para aquisição de medicamentos. Nas emergências, como doenças e acidentes na família, foram os serviços municipais que os atenderam, bem como quando necessitaram de meios de transporte, ajudas policiais, encaminhamentos para recursos de outros municípios.

Através dessas informações pudemos constatar o papel desempenhado pelos serviços públicos municipais bem como de seus serviços sociais e a importância da disponibilização de pessoal técnico necessário à prestação desses atendimentos, à formulação de políticas públicas especialmente voltadas a essa parcela da população trabalhadora que, na medida em que não são remunerados suficientemente pelo seu trabalho, buscam nos programas sociais o suprimento de suas necessidades básicas.

Cabe, portanto, aos serviços públicos do âmbito municipal, acrescidos dos serviços estaduais e federais alocados no município,

oferecer adequadamente esses atendimentos através de políticas mais que compensatórias que superem a manutenção desse “exército de reserva”. Que, a partir de uma visão mais ampla, possibilitem mudanças nessa realidade, em favor da melhoria das condições de vida trabalho e de vida dessa população.

Com relação à participação social, religiosa e política, nenhum dos entrevistados disse participar de atividades comunitárias ou de reuniões nos seus bairros. Já nas atividades religiosas, 37,5% disseram freqüentar igrejas e receber delas, ajudas materiais. Quanto à participação política, 100% dos entrevistados disseram limitar-se a votar nas eleições. No entanto, se considerarmos o fato de buscarem ajudas de políticos em situações de necessidades pessoais e familiares o que temos observado nesses casos, é um maior envolvimento político dessas pessoas, detalhes esses que não foram suficientemente revelados.

Quanto ao nível de utilização dos serviços públicos observamos que, 25% dos entrevistados residentes em bairros periféricos da cidade bastante distantes da área central não tinham asfalto nas suas ruas, nem coleta de lixo. Já a rede de água e esgoto servia a todos eles. Quanto às escolas, 50% tinham-nas no próprio bairro e o restante, nos bairros vizinhos, o mesmo ocorrendo com as creches.

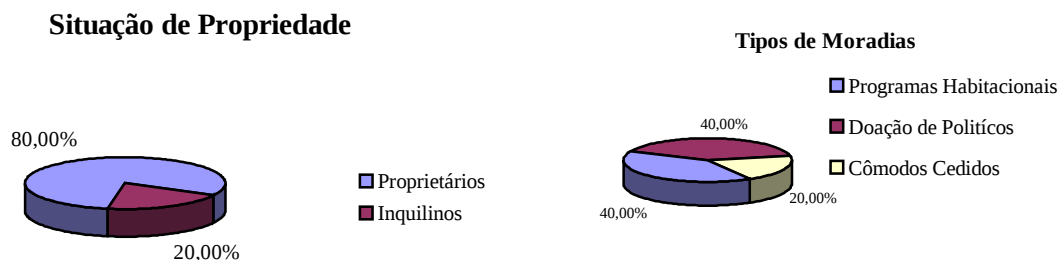
A situação acima permite-nos dizer que os serviços de infraestrutura vêm atingindo razoavelmente, os bairros periféricos, suportes

esses importantes para a melhoria das condições de vida desses trabalhadores.

Verificamos também que 80% dos entrevistados eram proprietários, sendo que 40%, adquiriram suas casas, dentro dos programas sociais de habitação municipal; outros 40% receberam em doação de políticos locais e 20%, moravam em cômodos cedidos.

Para visualizarmos os dados acima descritos, elaboramos o Gráfico 8, que nos apresenta a situação de propriedade por tipos de moradias, dos trabalhadores entrevistados:

Gráfico 8: Situação de Propriedades por Tipos de Moradias



Os dados acima nos permitem observar que a situação de propriedade por tipos de moradias nos últimos anos, oportunizaram a apenas 40% dos entrevistados, a participação em programas municipais de habitação popular. Os demais foram levados, pelas circunstâncias, a depender de favores, tanto de políticos como de benfeitores.

Todos esses fatores acima abordados determinam as condições de vida do trabalhador canavieiro, na relação direta com a

sazonalidade do trabalho, decorrente da monocultura canavieira, com os valores pagos a partir das relações de trabalho que se estabelecem e com os sistemas de proteção oferecidos pelo município. Em razão do desenvolvimento de uma única cultura agrícola, acentua-se o desemprego temporário, ficando essa mão-de-obra dependente de ser absorvida no manuseio de um único produto, ou seja, da cana-de-açúcar. Na sua ausência, coloca os trabalhadores dentro das ações engendradas pelas políticas públicas de saúde, educação, segurança e assistência social, entre outras.

Se considerarmos que a qualidade de vida das pessoas está ligada às condições de saúde, educação e renda “per capita” conforme estabelece o Índice de Desenvolvimento Humano de Municípios – IDH – M, publicado na Folha de São Paulo (8 ago 1999) nenhum dos adultos entrevistados tem ou poderia ter uma boa classificação. Quanto aos seus filhos, há uma expectativa de melhora já que, a maior parte deles tem mais escolaridade que seus pais; têm interesse por outros tipos de trabalhos e contam com os serviços de saúde do município que vêm respondendo às necessidades básicas da população.

No entanto, esse índice melhorado ocorrerá se forem ampliadas as chances de trabalho para essa população jovem, engendrada a partir das novas formas de exploração agrícola, mantida ou não a monocultura canavieira.

Para entendermos um pouco mais sobre os possíveis caminhos que essa modalidade de exploração agrícola em suas faces econômica, social e política tem percorrido, faremos abaixo um estudo complementar sobre o eixo que chamamos de **questão canavieira**, acrescentando outras informações e dados, além daqueles que estiveram permeando os demais eixos de análise já apresentados neste trabalho.

4.4. – A questão canavieira: importância e perspectivas

É a monocultura canavieira quem dá ao município, segundo declarações do atual Prefeito Municipal na Folha de São Paulo (21 jul 2000), um valor que corresponde a 50% da sua arrecadação tributária e possibilita grande parte dos serviços prestados à população. Possibilita também, o desenvolvimento das políticas públicas⁶² que cumprem o papel de fornecer a manutenção básica desse grupo significativo de trabalhadores preparados para assumir, a cada safra da cana-de-açúcar, o trabalho necessário na colheita das grandes propriedades rurais e tornar possível o funcionamento das Usinas de açúcar. São estes os

⁶² Segundo Demonstrativos de Despesas por Órgãos e Funções da Prefeitura Municipal de Rio das Pedras, em 1998, o total das despesas ou gastos realizados, foi de R\$10.008.158,38 sendo em Obras e Serviços Públicos, 35,7% incluídos ai Saúde e Saneamento; em Educação e Cultura, 26,8%; na Chefia do Executivo aplicou 22,8% dos gastos, sendo 64,3% em Previdência e Assistência Social. No exercício de 1999, o valor total gasto foi de R\$12.690.036,46. Em Obras e Serviços Públicos aplicaram-se 31,5% desse total, em Educação e Cultura 25,5% e na Chefia do Executivo, 28,9. As demais despesas não excederam a 5% do total gasto nesses 2 últimos anos.

principais meios que permitem a manutenção do sistema sócio-econômico e político do município estudado, na razão direta da concentração da propriedade e do poder econômico nele encontrado.

Podemos ainda dizer que, diante da monocultura que se estabeleceu no município, onde quase 90% dos espaços agrícolas são ocupados pela cana-de-açúcar, a vida de 70% dos seus trabalhadores decorre do desenvolvimento e das dificuldades daquela atividade econômica, e do caráter sócio-político que ela adquire naquela realidade.

Neste eixo de análise, que denominamos de **questão canavieira**, podemos dizer que todos os movimentos que vêm ocorrendo desde o início da década de 90 e posteriormente, a partir de 1995, com a desregulamentação do setor sucroalcooleiro, fizeram com que, tanto os produtores de cana-de-açúcar com suas Associações e Organizações, como os industriais canavieiros e a ÚNICA – União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo, os Sindicatos e as Federações de Trabalhadores Rurais e a Associação dos Municípios Canavieiros, onde se inclui Rio das Pedras, se mobilizaram, cada um no seu âmbito de ação, buscando soluções para a crise que se instalou, dada a sua importância econômica, social e política..

As primeiras manifestações ocorreram, em 1999, nas cidades canavieiras em diversas regiões do Estado de São Paulo, com a participação dos interessados e daqueles organismos. (Moraes, 2000 p. 214).

Na segunda fase, duas ações objetivas foram determinantes no processo de reestruturação do setor canavieiro, segundo Moraes (2000). São elas: a constituição do Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – CONSECAN – SP e o Pacto pelo Emprego no Agronegócio Sucroalcooleiro.

O Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, foi constituído em 7 de junho de 1999, pelos membros representantes da União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo – ÚNICA e pela Organização de Plantadores de Cana do Estado de São Paulo – ORPLANA, como uma “... associação civil, pessoa jurídica de direito privado, com a finalidade precípua de possibilitar a manutenção da cadeia produtiva da agroindústria canavieira no Estado de São Paulo no sentido de criar instrumentos que viabilizem a continuidade desta atividade, mantendo a alta qualidade e produtividade da cana-de-açúcar em suas diversas espécies, bem como dos produtos decorrentes de sua industrialização” (Manual de Instruções , 2000. p. 12)

O Manual de Instruções de 2000, elaborado pelo Conselho acima, no seu Prefácio, diz que “... decorridos dois anos de implantação, o Modelo CONSECAN-SP para a safra 2000/2001 procurou adotar um sistema que deverá minimizar os problemas ocorridos nas safras anteriores e tornar o Sistema mais justo” naquilo que se refere à remuneração da tonelada de cana-de-açúcar dos fornecedores de cana, através de vários procedimentos técnicos e administrativos. Para isso, foi

elaborado um Regulamento que deixa claro, para os interessados, quais os procedimentos que estão sendo adotados. As instruções contidas no Manual acima referido têm como objetivo "... aperfeiçoar o Modelo de Relacionamento entre os fornecedores de cana e as unidades industriais", relação essa que influenciará os demais níveis, dentre eles o de relações de produção e de trabalho.

Esse organismo e seus procedimentos têm sua importância reconhecida neste estudo, na medida em que fica explicitado o grande interesse dos detentores dos meios de produção canavieira, após a retirada da proteção estatal, a chamada desregulamentação do setor, em organizar-se para manter essa atividade econômica em funcionamento. Essa postura supõe a continuidade da presença do trabalhador rural canavieiro na cadeia produtiva sucroalcooleira. As formas e condições em que isto ocorrerá, especialmente a partir da safra 2000/2001, posições já foram colocadas, como a ampliação das terceirizações, a redução das contratações, a manutenção da remuneração em baixa, entre outras, sobre as quais faremos considerações ao longo deste trabalho. Esses desdobramentos somente poderão ser observados num acompanhamento sistematizado a partir de agora, o qual, no entanto, não se constitui objeto deste estudo.

Quanto ao Pacto pelo Emprego no Agronegócio Sucroalcooleiro (Anexo V), assinado em 17 de agosto de 1999, foi considerado um esforço conjunto dos Governos Municipais, Estadual e

Federal e de toda a cadeia produtiva do setor canavieiro, para preservar 1,2 milhão de postos de trabalhos, pois, metade dele está nos municípios do Estado de São Paulo assim como, 90% da produção de açúcar e álcool do País. A atividade sucroalcooleira tem grande importância sócio-econômica para 350 municípios deste Estado, cujo setor representa 35% do PIB agrícola paulista e 8%, do nacional.⁶³

Serão os dados, abaixo mencionados, que nos permitirão entender a importância econômica que a movimentação dessa atividade tem no Estado de São Paulo. Apenas na safra 1999/2000, cujos dados encerraram-se em abril de 2000, produziu-se no Estado, 194.234.474 toneladas de cana-de-açúcar. A industrialização dessa cana possibilitou a fabricação de 261.828.240 sacas de açúcar de 50 quilos cada; ainda, 4.688.420 de metros cúbicos de álcool hidratado e 3.810.962 de álcool anidro. A região expandida de Piracicaba, compreendida pelas Usinas pertencentes às regiões abrangidas pelas Associações de Fornecedores de Cana de Açúcar de Capivari, Piracicaba, Porto Feliz e Santa Bárbara D'Oeste, naquela mesma safra, produziu 38.136.949 toneladas de cana de açúcar, 54.483.740 sacas de açúcar, 848.969 metros cúbicos de álcool hidratado e 550.767 de álcool anidro, mantendo-se como uma das maiores regiões açucareiras do Estado. No município de Rio das Pedras, as Usinas Santa Helena S/A e São José S/A, produziram 2.386.643 toneladas de cana-de-açúcar e 4.346.180 sacas de açúcar. Já o álcool

⁶³ Ver Revista da Associação dos Municípios Canavieiros do Estado de São Paulo- Ano 1 – Jan 2000. p.4.

anidro foi produzido apenas pela Usina Santa Helena S/A num total de 39.850 metros cúbicos; o álcool hidratado produzido por ambas, foi de 12.661 metros cúbicos. Interessante observar que todo o açúcar da Usina Santa Helena S/A, foi de tipo especial e destinado ao mercado externo.⁶⁴

Quanto ao mencionado Pacto celebrado pelo Estado de São Paulo, a União, a Associação dos Municípios Canavieiros do Estado de São Paulo e entidades ligadas ao setor sucroalcooleiro e à fabricação de veículos automotores, teve como justificativas, além daquelas acima mencionadas, outras como: a existência de barreiras internacionais ao açúcar brasileiro; a irreversível modernização dos processos agrícolas e a necessidade de compatibilizar as relações de emprego e os avanços tecnológicos e manter estabilização nos empregos nessa fase de ajustes; a prioridade do Governo Brasileiro.

Já para manter uma matriz energética baseada em recursos naturais renováveis, o álcool encaixa-se perfeitamente seja na substituição ao petróleo, como no suprimento da energia elétrica, no uso em veículos e no estímulo à fabricação de carros, na cadeia produtiva do combustível e na redução da poluição, justificativas essas que têm por base, o papel relevante dos governos na geração e manutenção de empregos, na qualificação dos trabalhadores e na preservação do meio-ambiente.

⁶⁴ Dados constantes do Relatório Anual da safra 1999/2000 da União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo – ÚNICA, fornecido pela Organização de Plantadores de Cana do Estado de São Paulo – ORPLANA, sede e escritório de Piracicaba- SP.

Quanto aos principais objetivos que foram definidos, de acordo com cada agente participante, podemos destacar a partir da visão deste estudo: manter os empregos, permanentes e temporários, no setor da agroindústria da cana de açúcar existentes, em 1 de julho de 1999, e buscar soluções de longo prazo para geração e manutenção da oferta de trabalho nos anos subseqüentes; ainda, contratar trabalhadores da região onde se encontra a propriedade; respeitar as conquistas sociais dos trabalhadores, levando-se em conta as características de cada segmento e a liberdade das negociações coletivas; assegurar continuidade de assistência social aos trabalhadores da agroindústria e auxiliar na promoção da saúde pública.⁶⁵

Com relação ao papel a ser desempenhado pela Federação dos Trabalhadores neste Pacto, podemos destacar também: a organização de programas de requalificação dos trabalhadores da agroindústria da cana-de-açúcar, em conjunto com o Governo, com os produtores, os industriais e organismos como o FAT, Senar, Senai, Sebrae e outros.

Outra questão considerada importante, é relativa ao fato de que, esta iniciativa, também visou estimular a fabricação e o uso de carros movidos álcool, na tentativa de assegurar empregos na área industrial e a utilização da tecnologia já existente, desenvolvida para esse fim. Também, para manter uma matriz energética baseada em recursos

⁶⁵ Ver CLAUSULA PRIMEIRA – Dos objetivos, Item 1, sub-itens: 1.06, 1.07, 1.08, 1.09 do Pacto pelo Emprego no Agronegócio Sucroalcooleiro, Anexo VI deste trabalho.

renováveis e que contribua para a redução de poluentes advindos da queima de combustíveis petrolíferos. Para isso, incentivos específicos foram estabelecidos, justificando a presença de outros organismos assinando este Pacto, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP e a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA.

Este Pacto pelo Emprego no Agronegócio Sucroalcooleiro terá validade até o ano 2005, podendo ser revisto anualmente e renovado por igual período. Diante disso, e entendendo a importância que esta parceria estabeleceu, haja vista a presença de todos os envolvidos diretamente na questão canavieira, do industrial ao produtor rural, do pequeno ao grande, dos trabalhadores aos Governos, situações novas deverão surgir nesse prazo estabelecido, bem como, discussões e definições para a questão que fundamenta este nosso estudo: as condições de trabalho do canavieiro e seu direito a melhores condições de vida.

Queremos ressaltar que essas situações novas da questão canavieira e as atuais crises sociais, econômicas e políticas, levarão à desdobramentos que serão sentidos a partir dos resultados das ações desses novos organismos. Por isso, na continuidade deste estudo serão feitas, no item abaixo, algumas análises pertinentes sobre os pontos significativos e contraditórios encontrados na pesquisa de campo.

4.5. Análise dos pontos significativos e contraditórios da pesquisa de campo

Tendo tomado por base neste estudo, o complexo agroindustrial canavieiro que se constitui na mais antiga atividade econômica do Brasil, (Ramos, 1999, p. 9) o qual tem como base econômico-histórica a questão agrária brasileira, entendida neste estudo como a sua parte fundante, pudemos identificar e qualificar quatro eixos de análise, a saber: as condições de trabalho e a ingerência do “turmeiro”, as condições de vida e a questão canavieira decorrente da monocultura, como aspectos ou fenômenos determinantes das relações sociais, econômicas e políticas existentes no município de Rio das Pedras, pertencente à região canavieira de Piracicaba, Estado de São Paulo, sobre o qual se pretendeu fazer um estudo de caso.

Vale destacar, segundo Ramos (1999) que “... Piracicaba e região deixaram de ser, ao longo das últimas seis décadas, as referências principais no tocante à produção de cana e de seus derivados, embora tenha ampliado suas produções, elas tornaram-se secundárias em nível estadual”. No entanto, Piracicaba como cidade sede da região canavieira, continua sendo referência do complexo canavieiro no Brasil e até mundial, pelo fato de ter diversas atividades, tanto voltadas para o aperfeiçoamento técnico daquela cultura, como as atividades industriais

afins, sejam elas as metalúrgicas ou fabricantes de máquinas e equipamentos para a lavoura canavieira.

Foram as transformações ocorridas na base técnica da produção agropecuária, especialmente a da cana-de-açúcar, que provocaram o processo de diminuição da população rural, transferida para as áreas urbanas, em busca de novas atividades de trabalho (Ramos, 1999). No entanto, os dados que encontramos neste estudo revelam, especialmente no município de Rio das Pedras, o morador urbano trabalhando na lavoura canavieira e sem oportunidade para colocar-se em outro tipo de atividade, reforçando sua origem no trabalho rural e a inexperience em qualquer outro ramo de trabalho.

A manutenção e o aperfeiçoamento da intermediação na contratação do trabalho para a lavoura canavieira, observada neste estudo, demonstra a rede de intermediação existente e o uso/abuso que dela se faz. Não nos foi indicado que esse sistema tende a desaparecer, ao contrário, a quarteirização da mão-de-obra, via “turmeiro”, parece-nos que se instalou definitivamente. É dessa forma que se estabelecerá a redução gradativa do uso da mão-de-obra e a introdução da mecanização da lavoura canavieira. Até lá, desce ao terceirizador, níveis de responsabilidade na contratação da mão-de-obra, que já não interessa mais aos grandes proprietários canavieiros e/ou industriais sucroalcooleiros.

Com a prevista redução no número de contratação da mão-de-obra (estima-se que na safra 2000/2001, ela seja de 40%), esse sistema permanecerá com parte dos trabalhadores destituídos dos aparatos legais/trabalhistas, facilitando enormemente essa fase de transição, em que pesem as ações da fiscalização do Ministério do Trabalho ou do Sindicato da categoria. A existência ou a possibilidade do trabalho em si, diante da crise no chamado mundo do trabalho e o alto índice de desemprego que se abateu também sobre o trabalho sazonal da agricultura, como é a situação da colheita da cana-de-açúcar, tem determinado a quase nula movimentação reivindicatória desse segmento, nos últimos cinco anos.

Aliada a essa situação, que tem permitido a sobrevivência de um significativo número de trabalhadores e de suas famílias no município estudado, encontram-se as condições pessoais, que não permitem mudanças significativas, seja no âmbito de trabalho como naquele de qualidade de vida, conforme dados levantados nesta pesquisa. O analfabetismo; as doenças e/ou vícios adquiridos; a precária ou inexistente participação social; a dependência de ajudas materiais de manutenção básica; o inadequado vínculo com o sistema político vigente, baseado no clientelismo e no favor, dentre outros, são fatores determinantes.

É Silva (1994 p. 42) quem nos diz que a concentração da propriedade da terra caracteriza a questão agrária brasileira. Desde 1850,

com a Lei de Terras, estabeleceu-se no Brasil a aquisição da propriedade da terra através da compra por dinheiro. Na falta dele, para a grande maioria das pessoas, caberia à reforma agrária, esse papel. No entanto, o que ocorre, são ações distantes desta região, contribuindo para que a estrutura fundiária do município de Rio das Pedras, não se modifique. Ao contrário, ela permanece intacta desde a sua implantação, com uma tendência à maior concentração das propriedades, mesmo se considerarmos a “tradição da região de Piracicaba, na produção do complexo canavieiro, de uma presença relativa de pequenos (proprietários) fornecedores de cana”. (Ramos, 1999, p.11)

O mesmo vem ocorrendo com relação à concentração de capital, “evidenciado na importância que tinha o forte apoio estatal ao complexo canavieiro no Brasil. Desde o início da atual década, ele vem passando por um processo de concentração/centralização de capital, cuja manifestação é o fechamento de muitas empresas nas várias regiões produtoras e um deslocamento de capitais em várias direções”. (Ramos, 1999, p.18)

A reestruturação produtiva do complexo canavieiro nos desdobramentos da economia brasileira deverá ter grande importância, entre outras razões, por estar relacionada à questão social, cujos pontos fundamentam-se na mecanização da atividade da colheita da cana-de-açúcar, na drástica redução da mão-de-obra, no impedimento legal que

vem se implantando por etapas em razão da proibição da queima da cana-de-açúcar, entre outras.

A mecanização da lavoura dependerá das condições topográficas dos terrenos onde se localizam as plantações. A região canavieira de Piracicaba não tem a topografia adequada e o processo de reestruturação deverá ser mais lento, segundo especialistas da região. No entanto, há estudiosos estimando que, no Estado de São Paulo a redução da superfície ocupada com cana-de-açúcar será muito significativa, podendo atingir mais de um milhão de hectares. (Gonçalves e Souza, apud Ramos 1999, p. 20)

Segundo notícias publicadas no Jornal de Piracicaba de 3/03/1998⁶⁶, a maior usina existente em Piracicaba, anunciou que, a partir daquele ano, estaria diminuindo a área plantada em cana-de-açúcar em 15 mil hectares, abrangendo não só suas propriedades, mas especialmente, pequenas propriedades arrendadas pela usina em referência, ou seja, aquelas terras que “alugavam” por um determinado tempo/preço (sempre baseado no valor de venda do açúcar produzido), para que a usina cultivasse mais um pouco de cana-de-açúcar. Segundo especialistas, será uma mudança significativa para a região.

Há ainda um fator novo, que alterará e deverá ser determinante no processo de reestruturação do complexo canavieiro,

⁶⁶ Constante do Artigo de Ramos, P. e Peres, A. M. de P. (1999): Complexo Agroindustrial e Desenvolvimento: O caso da região de Piracicaba, publicado nos Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia rural – SOBER. Foz do Iguaçu-PR. 1 a 5 ago 1999. p. 11 (mimeog.)

especialmente porque se trata de um sistema que dará qualificação para produtos no mercado externo, o qual também atingirá o mercado interno. É a “certificação sócio-ambiental” do açúcar e do álcool “... recentemente proposta e aceita por pesquisadores, entidades civis e alguns poucos produtores, com a coordenação de uma ONG com vínculos internacionais. A sua implementação deverá ocorrer em breve. (Imaflora, 1998, apud Ramos, 1999, p. 20).

Outro ponto diz respeito, mais especificamente, ao município estudado, a partir dos dados levantados nas entrevistas, junto ao trabalhador canavieiro. Foi possível aferir a significativa dependência que esses trabalhadores têm da seguridade social (saúde, previdência e assistência social), realizada através das políticas públicas de cada setor, no âmbito municipal.

Na assistência social e nos programas e serviços organizados pelo município, utilizados pelos trabalhadores, pudemos identificar o papel importante que eles exercem na manutenção das condições básicas de vida e de trabalho desse segmento. Daí a importância do sistema participativo na formulação dessas políticas, no âmbito municipal, o que ainda, nos dias de hoje, não ocorre. São ainda vigentes os sistemas paternalistas, emergenciais, cooptador desses beneficiários que são, na grande maioria, trabalhadores rurais.

Caberia dizer, nessa configuração, que o Serviço Social e seus profissionais, devem, através de um conhecimento mais

especializado e fundado na busca do desenvolvimento dos sistemas descentralizado e participativo da assistência social, apregoados pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e pela Constituição Federativa Brasileira, em seu artigo 194, estabelecer concretamente formas modernas e atualizadas de reestruturar este importante setor de prestação de serviços à população do município, saindo das políticas compensatórias, para aquelas que alterem verdadeiramente a realidade.

O atendimento à saúde, complementa esses serviços e também tem, para esse segmento, um papel fundamental na qualidade de vida e nas condições para o trabalho.

Quanto à previdência social, somente uma mudança nas relações de trabalho para sistemas cooperativos, associativos, poderia alterar a situação encontrada. De outra forma, o trabalhador canavieiro do município, dificilmente será beneficiário dela.

O que podemos depreender deste estudo é que não haverá como desvincular da estrutura agrária do município de Rio das Pedras, vigente no chamado “complexo canavieiro”, e a sua trajetória sócio-econômica e política, como a questão que mais diretamente interfere na vida da maioria de seus trabalhadores. Às políticas públicas caberá o papel de instrumentalizador da recomposição individual, grupal e coletiva, não como concessão de favores, mas como direitos inalienáveis daqueles cidadãos.

Considerações Finais

Todo o processo de modernização, ocorrido na trajetória das sociedades contemporâneas, levou seus atores a enfrentar situações favoráveis e desfavoráveis, dependendo do ponto de vista sob o qual a análise foi realizada.

Com a crise mundial de 1929, abalou-se o “reinado” dos “barões do café”, que até então determinavam o estilo de vida econômico, social, cultural e político, e se implanta, na década de 30, em Rio das Pedras, a cultura da cana-de-açúcar, com a decorrente transformação deste, em município canavieiro.

Sua trajetória teve o apogeu na década de 50, com a implantação de quatro usinas de açúcar, acompanhando a grande expansão da cana-de-açúcar e da produção açucareira, quando o Estado de São Paulo chega a desbancar o tradicional Estado açucareiro de Pernambuco, tanto na produção para o mercado externo, como para o interno.

Essa tradição se manteve no município, nos últimos 50 anos, sofrendo com os altos e baixos da agricultura canavieira, valendo-se e fortalecendo-se do processo intervencionista do Estado, apresentado neste estudo, com detalhes que consideramos importantes.

A partir da década de 70, com a nova expansão canavieira, mudanças importantes começaram a ocorrer. Chega-se à crise dos anos 80, que leva o município a outras situações difíceis, como o fechamento de duas de suas usinas de açúcar. Na década de 90, com o advento da era Collor, a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool, situações novas atingem especialmente o processo de produção canavieira e conseqüentemente, o setor do trabalho, acompanhando o processo de globalização que vem no bojo da revolução tecnológica. A partir de 94 – com o advento do plano de estabilização – o Plano Real atinge em cheio todas as atividades econômicas. Há uma redução na produção, no consumo e na oferta de empregos. Inicia-se uma crise de grandes proporções e ninguém fica fora dela. Ao contrário, atinge a todos e ao trabalhador canavieiro em especial, objeto deste nosso estudo, fazendo com que ele volte à estágios anteriores, ainda mais difíceis. Reduzem-se os contratos e o volume de trabalho do setor; o direito à seguridade social de parcela significativa desses trabalhadores, bem como, estabilizam-se em baixa, o valor dos salários. Inicia-se o ano 2000 com a perspectiva próxima de mudanças significativas, como a mecanização da colheita da cana-de-açúcar, como a proibição da queimada dos canaviais, mobilizada especialmente pelos defensores do meio-ambiente.

Com a reestruturação da agricultura nas regiões exclusivamente canavieiras, instalam-se dificuldades nos caminhos, seja do álcool para uso combustível, esbarrando nos interesses da

petroquímica e sua possível participação, como uma das novas fontes de energia. Quanto ao açúcar, no mercado interno, teria sua ampliação baseada na redistribuição de renda, para o qual o próprio complexo canavieiro deveria contribuir, na medida em que ainda há significativo emprego no setor, apesar da tendência de queda na remuneração.

Para o atual processo de concentração/centralização de capital que vem marcando o complexo canavieiro em São Paulo e no Brasil, será necessária uma reestruturação que, futuramente, possa fazer com que sua dinâmica e expansão ocorra em novas bases.

Provavelmente a contribuição do complexo canavieiro para uma melhor distribuição de renda e da riqueza estará na liberação de terras hoje ocupadas com canaviais que não interessam mais à grande indústria açucareira. Nesse contexto é que parece justificável socialmente que, a desregulamentação do setor estabeleça uma nova política para o complexo canavieiro em geral e para o paulista, em especial.

Essas políticas setoriais, mesmo justificadas, serão alento para um segmento de trabalhadores, formado exclusivamente para as funções de exploração da agricultura e da indústria canavieiras.

Nestes novos tempos da economia e da política neoliberais, o que se observa é o enfraquecimento do sindicalismo e da representação dos trabalhadores; a flexibilização dos contratos de trabalho; a ampliação do desemprego estrutural e a conseqüente perda de vagas; o recolhimento das políticas públicas por falta de recursos em

razão da queda de arrecadações tributárias; a necessidade da volta à solidariedade e à organização comunitária como meios de apoio aos indivíduos e aos grupos.

A modificação e redução do papel do Estado, ampliam o sentimento de exclusão do trabalhador tanto do processo produtivo, como da vida social, com a instalação de um estado de pobreza, uma inclusão perversa, porque discriminatória, aliadas à perda de novas possibilidades de trabalho.

As perspectivas para o século XXI deverão ser de mudanças inevitáveis e de novos modelos sócio-econômicos e políticos. Rever-se-á a estrutura produtiva e agrária das regiões canavieiras, caracterizadas pela presença dos latifúndios monocultores, bem como das políticas agrícolas; poder-se-á permitir o equacionamento do desemprego estrutural que se avizinha, especialmente com a mecanização da colheita da cana. Daí a importância do Pacto pelo Emprego no Agronegócio Sucroalcooleiro, firmado em 17 de Agosto de 1999, em São Paulo.

Com relação às demais ações e seus atores políticos e técnicos, temos a destacar dentro da Seguridade Social, o papel a desempenhar pelo Serviço Social, como o articulador mais próximo possível dos interesses manifestados pelos trabalhadores, sujeitos deste estudo. Que a sua atuação possibilite a retirada desse segmento da apatia em que se encontra e o fortaleça para muito além do papel de “massa de reserva” a que hoje se submete. Que esses trabalhadores,

nessa fase de transição sócio-econômica e política, consigam superar as limitações existentes em seu grupo e segmento de trabalho, como sujeitos do processo político-social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. e GENTILLI, P.(org.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1995.
- ANDRADE, M. C. *Modernização e Pobreza*. São Paulo: Ed. Unesp. 1994.
- ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 3^a. ed. São Paulo: Cortez. 1997.
- BATISTA, P. N. *O Consenso de Washington; a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. São Paulo: Programa Educativo da Dívida Externa, 1994 (Cadernos da Dívida Externa, n. 6).
- CABRAL, M. S. R. As políticas brasileiras de seguridade social. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 3 – Brasília: CEAD – UnB, 2000. p.117-135.
- CANABRAVA, A. P.; MENDES, M.T. A região de Piracicaba. In: *Revista do Arquivo Municipal*, ano IV, vol. XLV, São Paulo, mar 1938.
- CARDOSO, R.C.S. *Acervo de Publicações Especializadas e Dossiê de Informações Regionais*. Núcleo de Pesquisa e Documentação Regional. Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Volume II. Parte 1. 1995 (mimeog)
- CARLI, G. O açúcar na Formação Econômica do Brasil. apud Queda, O. *A Intervenção do Estado e a Agro-Indústria Açucareira Paulista*. Piracicaba, 1972, 173p. Tese (Doutoramento – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ). Universidade de São Paulo – USP, 1972.p. 65.
- CARLI, G.de *Gênese e Evolução da Indústria Açucareira de São Paulo*. apud Queda, O. *A Intervenção do Estado e a Agro-Indústria Açucareira Paulista*. Piracicaba, 1972, 173p. Tese (Doutoramento – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ). Universidade de São Paulo – USP, 1972.p.67.
- CARNEIRO, W. A Concentração Econômica da Agroindústria Açucareira. apud Queda, O. *A Intervenção do Estado e a Agro-Indústria Açucareira Paulista*. Piracicaba, 1972, 173 p. Tese (Doutoramento –

- Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ).
Universidade de São Paulo – USP, 1972.p.67.
- CARRO A ÁLCOOL. O Pacto pelo Emprego no Agronegócio
Sucroalcooleiro. São Paulo. *Revista da Associação dos Municípios
Canavieiros do Estado de São Paulo*. Ano 1 – Janeiro de 2000. p. 4-7.
- CHINAGLI, I. G. *De Volta ao Lar? Trabalho Feminino e Globalização*.
São Paulo: 1997. 257 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) –
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.
- CLAUDIO, A. *Uma Análise da Região entre o Potencial de Crescimento e
o Suprimento de Matéria Prima: O Caso da Usina Costa Pinto*. apud
PEREZ, M.T.M. et al. *Estudo do Mercado de Trabalho na
Agroindústria Canavieira: Região de Piracicaba- Relatório Final*.
Núcleo de Pesquisa e Documentação Regional –NPDR. Universidade
Metodista de Piracicaba- UNIMEP. 1991. (mimeog). p.44.
- COSTA, E. V. *Da Monarquia à República : Momentos Decisivos*.
Ciências Humanas Ed. São Paulo: Ciências Humanas Ed. 2^a. Ed.
1979.
- DIAS, A.; MESSIAS, J. Optando pela Terceirização. *JornalCana*. Série II.
Ano VI. No. 60. Ribeirão Preto-SP. Dez 1998. p. 11.
- DOMINGUES, P.P. *Seminário: Desafio 2000 de Campinas e Região*.
Campinas: EPTV, 1999.
- DRUCKER, P. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1993.
- DUNNING, J. *Capital movements in the twentieth century*. Apud Singer,
P. *Globalização e Desemprego – Diagnóstico e Alternativas*. São
Paulo: Contexto, 1998.p.19-20.
- FALEIROS, V. P. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no
Brasil. In: *Capacitação em Serviço social e Política Social*, Módulo 3 –
Brasília : CEAD – UnB, 2000. p. 41-56.
- FOLHA de São Paulo. *Justiça Social não é feita em tribunais*. Especial:
Direitos Humanos – 50 Anos. 3dez1998. p.6
- FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*, apud Andrade, M. C.
Modernização e Pobreza. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.p.35.
- GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 4^a. ed. São Paulo:
Atlas, 1994. .

- GONÇALVES, J.S.; SOUZA, S.A.M. *Proibição da queima de cana no Estado de São Paulo: simulação dos efeitos na área cultivada e na demanda pela força de trabalho*. apud RAMOS, P. *Situação atual, problemas e Perspectivas da Agroindústria Canavieira de São Paulo*. In: Informações Econômicas. Vol. 29, n. 10, Outubro 1999. p. 20.
- GOULART, M.P. *Principais Instrumentos Jurídicos Rurais*. Trabalho apresentado ao Curso de Mestrado em Serviço Social, 1998. Unesp, Franca, SP. (mimeog)
- GRANEMANN, S. Processo de Trabalho e Serviço Social. In: *Capacitação em serviço social e política social: Módulo 2*: Brasília: CEAD – UnB, 1999. p. 153-166.
- HABERMAS J. A nova intransparência: a crise do Estado de Bem-Estar Social e o esgotamento das energias utópicas. In: *Novos Estudos do Cebrap*, n. 18, set. 1987. apud Teixeira, F. J.S., Oliveira, M. A. (org.). *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva – As Novas determinações do mundo do trabalho*. 2^a. ed. São Paulo: Cortez – Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998. p.16.
- HADDAD, F. *Em defesa do Socialismo: Por ocasião dos 150 anos do Manifesto*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. Tradução de Adail U. Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7^a. ed. São Paulo, Loyola. 1998.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas*. Debate CRESS-CE. Fortaleza : Expressão Gráfica e Editora. No.6, 1997.
- IANNI, O. *A Sociedade Global*. 6^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- IMAFLOA. Padrões para avaliação, monitoramento e certificação socioambiental da cana-de-açúcar e seu processamento industrial: regulamentação para certificação socioambiental do setor sucroalcooleiro.(no prelo) apud RAMOS, P. *Situação atual, problemas e Perspectivas da Agroindústria Canavieira de São Paulo*. In: Informações Econômicas. Vol. 29, n. 10, Outubro 1999. p. 20.
- JUNCÁ, D. C. M. Ilhas de Exclusão: o cotidiano dos catadores de lixo de Campos. In: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 52, 1996. p. 106-126.

- LAROUSSE Cultural. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- LEITE, M.. Excluídos devem ser alvo principal. *Folha de S. Paulo.Especial: Direitos Humanos – 50 Anos*. São Paulo, 03 dez. 1998. p.6.
- LÊNIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. apud Silveira, U. *Igreja e Conflito Agrário: a Comissão Pastoral da Terra na região de Ribeirão Preto*. Franca : UNESP/Franca, 1998. p.27.
- LESSA, S. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: *Capacitação em serviço social e política social: Módulo 2*: Brasília: CEAD – UnB, 1999. p. 22.
- LIMA, B. L. *Problemas Econômicos e Sociais da Lavoura Canavieira*. apud Queda, O. *A Intervenção do Estado e a Agro-Indústria Açucareira Paulista*. Piracicaba, 1972, 173p. Tese (Doutoramento – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ). Universidade de São Paulo – USP, 1972.
- LIMA, B. L. *Os fundamentos Nacionais da Política do Açúcar*. apud Queda, O. *A Intervenção do Estado e a Agro-Indústria Açucareira Paulista*. Piracicaba, 1972, 173p. Tese (Doutoramento – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ). Universidade de São Paulo – USP, 1972.
- LUKÁCS, G. *Ontologia De1'Essere Sociale II*, vols. 1 e 2. apud Antunes, R. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 1997.p.100.
- MAIZELS, A. *Industrial growth and world trade..* apud Singer, P. *Globalização e desemprego – Diagnostico e Alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.p.32-33.
- MALUF, R.S. *Evolução Recente das Condições de Emprego Urbano e Rural em Piracicaba*. apud Perez, M.T.M. et al. *Estudo do Mercado de Trabalho na Agroindústria Canavieira: Região de Piracicaba- Relatório Final*. Núcleo de Pesquisa e Documentação Regional –NPDR. Universidade Metodista de Piracicaba- UNIMEP. 1991. (mimeog)
- MANUAL DE INSTRUÇÕES. Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo. Edição Consecana – SP, Piracicaba-SP, 2000.

- MAPA da Exclusão da Cidade de São Paulo. *Núcleo de Estudos de Segurança e Assistência Social*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica - PUC-SP.1995. 22p. (Mimeogr.).
- MARTINS, J. S. *O Cativo da Terra*. 6ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARX, K. Manuscritos Econômicos-Filosóficos. In: Fernandes, F. (org.) *Marx/Engels, História*. apud *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 1997. p.123-124.
- MATTOSO, J. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: Scritta/Página Aberta,1996.
- MERCADANTE, A. *A terra grita!* Folha de São Paulo. São Paulo. Seção Dinheiro. 14 mai 2000. p.2.
- MÉSZÁROS, I. *Marx: A Teoria da Alienação*. apud Antunes, R. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do trabalho*. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 1997.p.133.
- MINAYO, M. C. S. *O Desafio do Conhecimento – Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 5ª. ed. São Paulo- Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco, 1998.
- MONTEIRO, M. N. *Retalhos da história de Rio das Pedras*. Pedreira : Ed. Phoenix , 1980.
- MONTEIRO, N. *Manual do Município de Rio das Pedras*. Piracicaba : Ed. Jornalística de Municípios, 1991.
- MORAES, M. A. F. D. *A Desregulamentação do Setor Sucroalcooleiro do Brasil*. Americana, SP : Caminho Editorial, 2000.
- MÜLLER, G.A *Velha Senhora Agrária e os Novos Balangandãs*. *Novos Estudos* . CEBRAP. São Paulo. No. 11. Jan 1985. p.2-9.
- NEME, M. Piracicaba no século XVIII. In: *Revista do Arquivo Municipal*. Ano VI, volume XLV, São Paulo. mar 1938.
- PAIVA, B. A. O “Social”de FHC e o Programa Comunidade Solidária: o atraso da modernidade. In: *Anais do VIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Salvador,BA., jun, 1995.

- PASTORINI, A. Liberalismo e Neoliberalismo – A Questão do Estado Mínimo. In: Caderno de Comunicações. *VIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Salvador-BA, 1995.
- PEREIRA, A. P.P. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*, Módulo 1, CEAD – UnB, 1999. p.45-58.
- PEREIRA, L. C. B. Nova esquerda social-liberal em Berlim. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 jun 2000. p. A3.
- PEREZ, M.T.M. et al. *Estudo do Mercado de Trabalho na Agroindústria Canavieira: Região de Piracicaba*- Relatório Final. Núcleo de Pesquisa e Documentação Regional –NPDR. Universidade Metodista de Piracicaba- UNIMEP. 1991. (mimeog)
- PETRONE, M. T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo*. apud Scarfon M. de L. *Crescimento e Miséria*. São Paulo : :Ed. Símbolo, 1979.p. 38.
- PICARD J. *Usinas Açucareiras de Piracicaba, Villa-Rafard, Porto Feliz, Lorena e Cupim*. Missão de Inspeção do Senhor J. Picard, Engenheiro, de 1 de março a 15 de Julho de 1903. Tradução de. Kok, M.G.P. e Martins, A.A.. Revisão Técnica, Introdução e Notas de Queda, O. Szmrecsányi, T.. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS. *Memórias e Imagens de Rio das Pedras*. Rio das Pedras-SP, 1996. 40p. Ed. Gráfica Riopedrense.
- QUEDA, O. *A Intervenção do Estado e a Agro-Indústria Açucareira Paulista*. Piracicaba, 1972, 173p. Tese (Doutoramento – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ). Universidade de São Paulo – USP, 1972.
- RAMOS, P. Situação atual, problemas e Perspectivas da Agroindústria Canavieira de São Paulo.In: *Informações Econômicas*. Revista Técnica do Instituto de Economia Agrícola –IEA da Coordenadoria de Pesquisa dos Agronegócios da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo. Vol. 29, n. 10, Outubro 1999. p. 20.
- RAMOS, P. e PERES, A. M. de P. *Complexo Agroindustrial e Desenvolvimento: O caso da região de Piracicaba*. Publicado nos Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER. Foz do Iguaçu, PR. 01 a 05 ago 1999. (mimeog)

- RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. São Paulo : Makron Books, 1995.
- RODRIGUES, M.L.; NEVES, N. P. (org). *Cultivando a Pesquisa. Reflexões sobre a investigação em ciências sociais e humanas*. – Franca: Unesp, 1998.
- ROUANET, S. P. *Mal-estar na modernidade*. apud Teixeira, F. J.S., Oliveira, M. A. (org.). *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva – As Novas determinações do mundo do trabalho*. 2^a. ed. São Paulo: Cortez – Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.p.16.
- SCARFON, M. de L. *Crescimento e Miséria*. São Paulo : :Ed. Símbolo, 1979.
- SILVA, A. A.. As relações Estado-sociedade e as formas de regulação social. In: *Capacitação em serviço social e política social: Módulo 2*: Brasília: CEAD – UnB, 1999. p. 55-71.
- SILVA, J. G. *O que é Questão Agrária?* 18^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SILVEIRA, U. Igreja e Conflito Agrário: a Comissão Pastoral da Terra na região de Ribeirão Preto. Franca : UNESP/Franca, 1998.174p.
- SINGER, P. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. apud Queda, O. *A Intervenção do Estado e a Agro-Indústria Açucareira Paulista*. Piracicaba, 1972, 173p. Tese (Doutoramento – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ). Universidade de São Paulo – USP, 1972.p.64 e 91.
- SINGER, P. *Globalização e Desemprego – Diagnóstico e Alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.
- STIGLIST. J. O pós-Consenso de Washington. *Folha de São Paulo – Caderno Mais!*. São Paulo, 12 jul 1998. p.4-5.
- SZMRECSÁNYI, T. *O planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975)*. – São Paulo : HUCITEC, Universidade Estadual de Campinas, 1979.
- TEIXEIRA, F.J.S.; OLIVEIRA, M. A. (org.). *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva – As Novas determinações do mundo do trabalho*. 2^a. ed. São Paulo: Cortez – Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.
- TOLEDO, J. R. Globalização Aprofunda o abismo entre ricos e pobres. *Folha de São Paulo*. Especial: Globalização São Paulo, 02 nov 1997. p.12.

VELLOSO, L. *Legislação Açucareira e Alcooleira* (2 Vol.) apud Queda, O. *A Intervenção do Estado e a Agro-Indústria Açucareira Paulista*. Piracicaba, 1972, 173p. Tese (Doutoramento – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ). Universidade de São Paulo – USP, 1972.

WEBER, W.L. Marcio Pochman acredita que desemprego é opção política. *Jornal de Piracicaba*, Piracicaba, 14 mai.2000. Caderno B, p. B2.

ANEXOS

ANEXO III

Roteiro para Entrevista Semi-Estruturada

a) Dados de identificação

Nome: _____ idade: _____

Nível de escolaridade (último ano na escola)

Estado civil:

Nº. de Filhos (por sexo): M F

Qual sua cidade de origem?

Por que mudou-se para esta cidade?

Há quanto tempo reside nesta cidade?

b) Eixo : Condições de trabalho.

Qual é a sua profissão ?

Há quanto tempo trabalha na lavoura de cana-de-açúcar ?

Que tipos de trabalho você faz na lavoura de cana-de-açúcar ?

De quanto tem sido sua produção diária?

Você trabalha com carteira assinada ?

Já trabalhou sem contrato de trabalho ?

Quantas horas você trabalha diariamente e em que horário?

Você sabe quanto vai receber no final da quinzena?

Além do seu salário, o que mais recebe?

Para quem você trabalha ?

Que empregador paga melhor?

Para quem você mais gosta de trabalhar ? Por quê?

Você sabe de quanto é a parcela do “turmeiro”?

Você gostaria de ter outro tipo de trabalho ?

Você já teve outros tipos de trabalho?

Você acha que tem condições para exercer outro tipo de trabalho?

Que dificuldades você sente para isso?

Você pretende voltar para sua cidade de origem?

Você paga sindicato ?

Você já fez reclamação trabalhista ? Se não, porquê ?

Eixo: Ingerência do “Turmeiro”

Quantas pessoas são contratadas na safra e na entressafra?

Qual a origem da maioria delas?

Quantas tem registro em carteira?

O Sindicato da Categoria ou o Ministério do Trabalho controlam os contratos?

Que trabalhadores são considerados os melhores?

Qual o valor médio de salário desses trabalhadores?

Qual é a porcentagem do “turmeiro”?

Há muitas reclamações trabalhistas?

De quem é a responsabilidade trabalhista?

Que benefícios são dados ao trabalhador?

Nessa atividade, qual a importância do trabalhador?

Você tem uma empresa organizada?

Você tem trabalho o ano todo?

Para quem você presta serviço?

Você já trabalhou na lavoura canavieira?

Houvera mudanças nessa trabalho, nos últimos anos?

Como se dá seu relacionamento com as Usinas e os grandes proprietários?

Como é o seu relacionamento com os trabalhadores?

Que futuro você acha que terá este trabalho?

Eixo : Qualidade de Vida

A casa em que mora é alugada, própria ou cedida?

Quanto paga de aluguel?

Você gasta muito com alimentação? E com saúde?

Com o que você mais gasta dinheiro?

Quais são os seus divertimentos?

Você ou alguém na família usa bebida alcoólica, fumo ou drogas?

Você ou alguém da família tem ou tiveram problemas policiais?

Seus filhos estudam ou estudaram ?

Seus filhos trabalham na lavoura de cana-de-açúcar?

Você tem passado por dificuldades financeiras?

Você recebe ajudas nessas ocasiões? De quem?

O que você conseguiu ter até agora?

Você frequenta reuniões de seu bairro ?

Você frequenta alguma igreja ? Qual ?

Você vota nas eleições ?

Você participa da política local?

Tem esgoto, água encanada, coleta de lixo neste bairro?

Tem escola e creche no bairro ?

Resumen

El estudio que se presenta enfocó los asuntos relativos al trabajo y a la vida de una porción significativa de obreros del cultivo de cañaveral, los habitantes de Río das Pedras, el distrito municipal que pertenece a la región de Piracicaba considerada la segunda más importante del Estado de San Pablo.

Con esta investigación, se buscó identificar datos de la realidad local relativos a las relaciones de trabajo y condiciones de vida del obrero cañaveral, ya que la observación empírica nos mostró situaciones de mucha precaridad material en sus varios aspectos. También precarias las relaciones sociales que dejaban visibles la dependencia de los favores políticos y de los programas sociales desarrollados por los órganos públicos municipales, principales administradores de la política pública, sobre todo de la asistencia social.

También se buscó identificar la relación existente entre la estructura agraria y el monocultor cañaveral, su importancia histórica, económica, social y política para el distrito municipal, a través de referenciales teóricos donde la globalización capitalista y su esqueleto ideológico, el neoliberalismo, interfieren y determinan las situaciones en aquel micro-espacio.

Aún fue verificado que, los datos históricos más marcantes en la composición de la trayectoria socio-económica y política del distrito municipal estudiado tuvo, como telón de fondo, la cuestión agraria para la concentración de la propiedad de la tierra y del poder económico.

Concluyendo este trabajo podemos decir que, en la última década, los acontecimientos actuales de la crisis del sector sucro-alcoholero, definió los nuevos caminos a ser recorridos. Sin embargo, los hechos concretos registrados hasta ahora forman la base en que deben construirse las nuevas relaciones de la producción que, ciertamente, modificarán las condiciones de trabajo y de vida del obrero cañaveral en general y los de Río de las Piedras, en especial.